

CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares de reais - R\$)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A CPFL Energias Renováveis S.A. (“CPFL Renováveis” ou “Companhia”) tem como principais atividades, conforme determinado em seu objeto social:

- a) Investimento no capital social de sociedades no segmento de energias renováveis.
- b) Identificação e desenvolvimento de potenciais de geração de energia e exploração dos referidos potenciais.
- c) Comercialização de energia elétrica, que compreende a compra e venda, a importação e exportação de energia elétrica para outros comercializadores, geradores, distribuidores ou consumidores que tenham a livre opção de escolha do fornecedor, bem como atuação perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

A controlada direta SPE CPFL Solar 1 Energia S.A. e as controladas indiretas SPE Barra da Paciência Energia S.A., SPE Corrente Grande Energia S.A., SPE Ninho da Águia Energia S.A., SPE Paiol Energia S.A., SPE São Gonçalo Energia S.A., SPE Várzea Alegre Energia S.A., nomearam a Companhia como agente que as representam na CCEE. Desta forma, a Companhia gerencia o portfólio e o risco de geração das mesmas, conforme os compromissos assumidos descritos nas notas explicativas nº 28.3 e nº 28.4.

Em 19 de agosto de 2013, foi concluída a Oferta Pública de distribuição primária de 28,0 milhões de ações ordinárias, secundária de 43,9 milhões de ações ordinárias e complementar de 1,2 milhão de ações ordinárias da Companhia, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, lançada em 27 de junho de 2013. Foram distribuídas, no total, 73,1 milhões de ações ao preço fixo de R\$12,51 cada, perfazendo o montante de R\$914.686. A operação promoveu a captação bruta: (i) de R\$364.687 na oferta primária e complementar, que foram destinadas à conta de capital social até o valor do preço por ação correspondente ao patrimônio líquido dividido pelo número total de ações na data base de 31 de março de 2013, data da última informação contábil disponível antes da Oferta, e o valor remanescente de recursos líquidos foi destinado à conta de reserva de capital; e (ii) de R\$549.999 na oferta secundária, tendo sido vendidas 43,9 milhões de ações ordinárias por determinados acionistas da Companhia. Os custos de captação incorridos nesta operação montam a R\$36.187.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apresentou nas demonstrações financeiras consolidadas o capital circulante líquido negativo no montante de R\$42.338, decorrente principalmente do endividamento de curto prazo (empréstimos ponte) obtido para financiar as obras de construções das suas usinas eólicas, no montante de R\$573.352. Durante o ano de 2012 e de 2013, a Companhia financiou a construção de suas controladas, Atlântica I, Atlântica II, Atlântica IV e Atlântica V, Macacos, Pedra Preta, Juremas, Costa Branca e Campos dos Ventos II, através da captação de recursos de curto prazo (conforme nota explicativa nº 15 referente aos empréstimos ponte BNDES I, II, III e IV e Notas Promissórias). Em novembro de 2013, as controladas Macacos, Pedra Preta, Juremas, Costa Branca e Campos dos Ventos II celebraram financiamento de longo prazo com o BNDES, no montante de R\$391.245, com prazo de amortização de 16 anos, a partir de julho de 2014 e juros baseados na TJLP, acrescida de 2,8% ao ano. O montante captado até 31 de dezembro de 2013 foi de R\$333.745, o saldo remanescente será liberado posteriormente. Para as demais controladas, a Companhia solicitou financiamento de longo prazo ao BNDES, que será utilizado para quitação dos empréstimos ponte obtidos e aguarda os trâmites de aprovação.

A maior parte das controladas diretas e indiretas foi constituída ou adquirida com o propósito específico de implantar e explorar o potencial de pequenas centrais hidrelétricas ("PCHs"), usinas termelétricas movidas à biomassa, parques eólicos e projeto de geração de energia solar, conforme descrito nas notas explicativas nº 1.6 a nº 1.9.

1.1. Aquisição do Complexo Eólico Atlântica - 2012

Em 12 de janeiro de 2012, a Companhia adquiriu da Cobra Instalaciones y Servicios S.A. a totalidade das ações de emissão das seguintes SPEs: (i) Atlântica I Parque Eólico S.A.; (ii) Atlântica II Parque Eólico S.A.; (iii) Atlântica IV Parque Eólico S.A.; e (iv) Atlântica V Parque Eólico S.A. As quatro empresas que, em conjunto, possuem uma potência instalada de 120 MW, tiveram toda sua energia certificada e comercializada no leilão de fontes alternativas - LFA, realizado em 26 de agosto de 2010. A transferência do controle do Complexo Eólico Atlântica para a Companhia foi aprovada pela ANEEL, conforme fato relevante divulgado em 26 de março de 2012 (informações físicas e relativas a medidas de capacidade energética não auditadas pelos auditores independentes).

O valor total de aquisição foi de R\$24.528 foi pago aos vendedores em março de 2012: (i) valor principal R\$24.000; e (ii) ajuste de preço R\$528.

1.2. Aquisição da BVP S.A. - 2012

Conforme Comunicado ao Mercado, publicado em 19 de junho de 2012, a Companhia adquiriu 100% das ações da sociedade BVP S.A, controladora da sociedade Bons Ventos Geradora de Energia S.A., sendo o preço total da aquisição no valor de R\$1.095.291, que compreende: (i) o valor de R\$445.124 pago aos vendedores; (ii) assunção de dívida líquida no valor R\$439.191; e (iii) R\$127.548 destinado à liquidação de debêntures emitidas pela Bons Ventos Geradora de Energia S.A. Adicionalmente, a Companhia complementou, como ajuste de preço da aquisição, o montante de R\$83.428.

A Bons Ventos detém autorização, outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, para explorar os parques eólicos: Taíba Albatroz, Bons Ventos, Enacel, Canoa Quebrada, com capacidade instalada atual de 155,0 MW. Todos os Parques Eólicos localizam-se no litoral do Estado do Ceará e se encontram em operação comercial plena, sendo que a totalidade da energia está contratada com a Eletrobrás por vinte anos, através do PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (informações físicas e relativas a medidas de capacidade energética não auditadas pelos auditores independentes).

A transferência do controle da BVP para a Companhia foi aprovada pela ANEEL, conforme divulgado em fato relevante divulgado em 19 de junho de 2012.

1.3. Aquisição da Usina Ester (SPE Lacenas) - 2012

Em 9 de março de 2012, a Companhia assinou contrato de aquisição de 100% dos ativos de cogeração de energia elétrica e vapor d'água da SPE Lacenas Participações Ltda., controlada pela Usina Açucareira Ester. Cerca de 7 MW médios de energia de cogeração da Usina Ester já foram comercializados no leilão de fontes alternativas (LFA) de 2007, com prazo de 15 anos e com preço médio de venda de R\$177 por MWh (na data-base de janeiro de 2012). O restante, 3,2 MW médios de energia, será comercializado no mercado livre (informações físicas e relativas a medidas de capacidade energética não auditadas pelos auditores independentes).

Em 18 de outubro de 2012, a Companhia concluiu a aquisição da Usina Ester (SPE Lacenas). O valor pago pela SPE Lacenas foi de R\$110.187, sendo R\$55.244 pagos em caixa aos vendedores, e com assunção de dívida líquida no valor de R\$56.256. Em 30 de outubro de 2013, houve a conclusão da aquisição da SPE Lacenas, com ajuste a receber no preço pago, no montante de R\$1.313.

A transferência de controle da SPE Lacenas para a Companhia foi aprovada pela ANEEL, em 02 de outubro de 2012, e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES em 14 de agosto de 2012.

1.4. Aquisição de Rosa dos Ventos Geração e Comercialização de Energia S.A. - RDV

Em 18 de junho de 2013, a Companhia assinou contrato de aquisição de 100% dos ativos dos parques eólicos (i) Canoa Quebrada, com capacidade instalada de 10,5 MW; e (ii) Lagoa do Mato, com capacidade instalada de 3,2 MW, localizados no litoral do Estado do Ceará. Ambos encontram-se em operação comercial, sendo que a totalidade da energia gerada pelos Parques Eólicos está contratada com a Eletrobrás, através do PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (informações físicas e relativas a medidas de capacidade energética não auditadas pelos auditores independentes).

Em 27 de fevereiro de 2014, a Companhia concluiu a aquisição de Rosa dos Ventos. O preço total da aquisição é de R\$103.367, que compreende: (i) o valor de R\$70.296 pago ao vendedor; e (ii) a assunção de dívida líquida da Rosa dos Ventos no valor de R\$33.071; os quais poderão ser ajustados até a data do balanço de fechamento, conforme previsto no contrato de compra e venda de ações (vide nota explicativa nº 33).

1.5. Informações adicionais sobre aquisição das controladas Complexo Eólico Atlântica, BVP e Lacenas e da aquisição de Rosa dos Ventos

a) Contraprestações

	<u>Complexo</u> <u>Atlântica</u> <u>26.03.12</u>	<u>BVP</u> <u>19.06.12</u>	<u>Lacenas</u> <u>18.10.12</u>	<u>Rosa dos</u> <u>Ventos</u> <u>(estimado)</u>
Contraprestações transferidas ou a transferir em caixa e equivalentes de caixa pelos acionistas compradores:				
Caixa transferido ou a transferir diretamente aos acionistas	24.000	445.124	55.244	70.296
Caixa transferido diretamente para a Jantus e BVP para pagamento de dívida e despesas de responsabilidade dos vendedores	-	127.548	-	-
Ajuste de preço pago (abatido) aos vendedores de acordo com cláusula contratual	528	83.428	(1.313)	-
Total da contraprestação	<u>24.528</u>	<u>656.100</u>	<u>53.931</u>	<u>70.296</u>

b) Ativos adquiridos e passivos reconhecidos na data de aquisição

Para as aquisições do Complexo Eólico Atlântica, BVP e Lacenas a totalidade das contraprestações transferidas (pagas) foi alocada aos ativos adquiridos e passivos assumidos a valores justos, incluindo os ativos intangíveis associados ao direito de exploração de cada autorização, os quais serão amortizados pelos prazos remanescentes das autorizações vinculadas à exploração dos empreendimentos eólicos e de PCHs adquiridas. Consequentemente, como a totalidade do valor pago foi alocado a ativos e passivos identificados, nenhum valor residual foi alocado como ágio nestas transações.

A alocação do valor pago foi suportada por laudo de avaliação econômico-financeiro e por análises conduzidas pela própria Administração.

A Administração da CPFL Renováveis não espera que o valor alocado como direito de exploração dessas aquisições seja dedutível para fins fiscais e, portanto, constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos relacionados à diferença entre os valores alocados e as bases fiscais destes ativos.

A contabilização inicial da aquisição do Complexo Eólico Atlântica em 29 de fevereiro de 2012, BVP em 31 de maio de 2012 e Lacenas em 30 de setembro de 2012 foram concluídas. Em decorrência da aquisição de Rosa dos Ventos não estar concluída em 31 de dezembro de 2013, apresentamos abaixo a melhor estimativa da Companhia.

A seguir apresentamos os ativos adquiridos e passivos assumidos do Complexo Atlântica, BVP e Lacenas, e a melhor estimativa da Companhia para a aquisição da Rosa dos Ventos a valor justo:

	Complexo <u>Atlântica</u> <u>26.03.12</u>	<u>BVP</u> <u>19.06.12</u>	<u>Lacenas</u> <u>18.10.12</u>	Rosa dos <u>Ventos</u> <u>(estimado)</u>
Ativos circulantes:				
Caixa e equivalentes de caixa	186	28.092	-	1.992
Contas a receber de clientes	-	16.232	-	1.803
Impostos a recuperar	-	5.116	-	67
Despesas antecipadas	121	848	-	-
Contas a receber energia excedente	-	-	-	4.371
Outros créditos	37	1.023	-	109
Ativos não circulantes:				
Aplicações financeiras vinculadas	-	38.752	-	4.191
Impostos diferidos	-	57.121	-	-
Outros créditos	-	10.000	-	-
Imobilizado	23.007	571.495	100.591	51.122
Intangível	1.873	760.029	15.873	64.689
Passivos circulantes:				
Fornecedores	54	14.430	-	1
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	39.324	7.418	1.982
Obrigações tributárias e trabalhistas	5	4.571	-	56
Adiantamentos de clientes	-	17.553	880	-
Dividendos propostos	-	-	-	67
Outros passivos	-	603	-	866
Passivos não circulantes:				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	461.126	48.838	33.081
Fornecedores	-	5.818	-	-
Impostos diferidos	-	16.629	-	-
Impostos diferidos sobre o direito de exploração	637	258.410	5.397	21.995
Provisões para desmobilização de ativos e compromissos socioambientais	-	14.144	-	-
Ativos líquidos adquiridos	<u>24.528</u>	<u>656.100</u>	<u>53.931</u>	<u>70.296</u>
Contrapartida transferida	<u>24.528</u>	<u>656.100</u>	<u>53.931</u>	<u>70.296</u>

No processo de alocação do preço de aquisição, foi identificado o ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada, estando este ativo suportado por laudo de avaliação econômico-financeira. Esses valores, ajustados por efeitos tributários, serão amortizados pelo prazo remanescente das autorizações, pelo método da linha reta, vinculadas à exploração dos empreendimentos eólicos adquiridos, sendo o prazo médio estimado em 23 anos para o Complexo Eólico Atlântica, 21 anos para a BVP, 20 anos para Lacenas (Usina Ester) e 20 anos para Rosa dos Ventos (estimado).

c) Saída de caixa líquido na aquisição das controladas

	<u>Complexo</u>			
	<u>Atlântica</u>	<u>BVP</u>	<u>Lacenas</u>	<u>Rosa dos</u>
	<u>26.03.12</u>	<u>19.06.12</u>	<u>18.10.12</u>	<u>Ventos</u>
				<u>(estimado)</u>
Contrapartidas pagas em caixa	24.528	656.100	53.931	70.296
Menos: Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(186)	(28.092)	-	(1.992)
Caixa líquido de aquisição	<u>24.342</u>	<u>628.008</u>	<u>53.931</u>	<u>68.304</u>

d) Informações financeiras sobre a receita operacional líquida e lucro líquido (prejuízo) das empresas adquiridas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas no ano da aquisição

		Receita	
		Operacional	(Prejuízo) Lucro
		Líquida	Líquido
		2012	2012
Atlântica	01/03/2012 a 31/12/2012	-	(1.969)
BVP	01/06/2012 a 31/12/2012	103.919	27.312
Lacenas	01/10/2012 a 31/12/2012	6.793	715
		<u>110.712</u>	<u>26.058</u>

e) Informações financeiras combinadas sobre a receita operacional líquida e lucro líquido (prejuízo) do exercício caso as aquisições tivessem ocorrido no início do exercício

	Receita	
	Operacional	Lucro (prejuízo)
	Líquida	Líquido
	2012	2012
CPFL Renováveis - Histórico	806.420	8.261
Ajuste pro forma (i)	68.759	(20.290)
Total	<u>875.179</u>	<u>(12.029)</u>

- (i) Os ajustes pró-forma da receita operacional consideram a adição da receita operacional líquida das controladas BVP e Lacenas para os exercícios em que elas não eram consolidadas pela Companhia.

Os ajustes pró-forma do lucro (prejuízo) líquido consideram: (i) adição do resultado das controladas BVP, Lacenas e Atlântica para os exercícios em que elas não eram consolidadas pela Companhia; (ii) exclusão dos efeitos de despesas não recorrentes de consultorias e comissões para a aquisição das controladas; (iii) inclusão dos efeitos financeiros da captação de empréstimos para viabilizar a aquisição da BVP; e (iv) inclusão da amortização do direito de exploração e da depreciação do valor justo do ativo imobilizado, líquidos de impactos fiscais, caso essas empresas tivessem sido adquiridas no início do exercício.

A aquisição do complexo eólico Atlântica (projeto em construção com previsão de entrada parcial em operação comercial em janeiro de 2014) foi concluída em 26 de março de 2012 e o balanço de abertura preparado na data-base de 29 de fevereiro de 2012. O balanço de partida foi levantado em data diferente da data da aquisição por praticidade, sendo que as diferenças não são significativas. Assim sendo, as informações consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 contemplam 10 (dez) meses de operações dessa controlada.

A aquisição da BVP foi concluída em 19 de junho de 2012 e o balanço de abertura preparado na data-base de 31 de maio de 2012. O balanço de partida foi levantado em data diferente da data da aquisição por praticidade, sendo que as diferenças não são significativas. Assim sendo, as informações consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 contemplam 7 (sete) meses de operações desta controlada.

A aquisição de Lacenas foi concluída em 18 de outubro de 2012 e o balanço de abertura preparado na data-base de 30 de setembro de 2012. O balanço de partida foi levantado em data diferente da data da aquisição por praticidade, sendo que as diferenças não são significativas. Assim sendo, as informações consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 contemplam 3 (três) meses de operação dessa controlada.

A aquisição de Rosa dos Ventos foi concluída em 27 de fevereiro de 2014 e o balanço de abertura será preparado para a data-base de 28 de fevereiro de 2014. Portanto, em 31 de dezembro de 2013, esta aquisição não está contabilizada nos livros da Companhia.

1.6. Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía as seguintes concessões e autorizações outorgadas pela ANEEL para exploração do potencial hidrelétrico:

<u>PCHs</u>	<u>Status</u>	<u>Resolução original</u>	<u>Data</u>	<u>Prazo</u>	<u>Capacidade de energia instalada (MW)**</u>
Aiuruoca	3	Res.357	22/12/1999	30 anos	18,0
Alto Irani	1	Res.587	29/10/2002	30 anos	21,0
Americana	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	30,0
Andorinhas	1	Des.1990	30/11/2005	Indeterminado ***	0,5
Arvoredo	1	Res.606	05/11/2002	30 anos	13,0
Barra da Paciência	1	Res.348	17/12/1999	30 anos	23,0
Boa Vista II	3	Em andamento *	-	-	29,9
Burititis	1	Contrato de Concessão nº014	19/11/1997	30 anos	0,8
Cachoeira Grande	3	Res.540	14/10/2003	30 anos	16,0
Capão Preto	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	4,3
Chibarro	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	2,6
Cocais Grande	1	Res.349	22/12/1999	30 anos	10,0
Corrente Grande	1	Res.17	14/01/2000	30 anos	14,0
Diamante	1	Portaria 475	13/11/1997	30 anos	4,2
Dourados	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	10,8
Eloy Chaves	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	18,8
Esmeril	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	5,0
Gavião Peixoto	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	4,8
Guaporé	1	Res.1987	30/11/2005	Indeterminado ***	0,7
Jaguari	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	11,8
Lençóis	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	1,7
Monjolinho	1	Contrato de Concessão nº014	19/11/1997	30 anos	0,6
Ninho da Águia	1	Res.370	29/12/1999	30 anos	10,0
Paiol	1	Res.406	06/08/2002	30 anos	20,0
Penedo	3	Em andamento *	-	-	17,0
Pinhal	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	6,8
Pirapó	1	Des.1989	30/11/2005	Indeterminado ***	0,8
Plano Alto	1	Res.607	07/11/2002	30 anos	16,0
Saltinho	1	Desp.1988	30/11/2005	Indeterminado ***	0,8
Salto Góes	1	Res.2510	10/08/2010	30 anos	20,0
Salto Grande	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	4,6
Santa Cruz	3	Res.718	17/12/2002	30 anos	12,5
Santa Luzia	1	Portaria 352	20/12/2007	35 anos	28,5
Santana	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	4,3
São Gonçalo	1	Res.13	13/01/2000	30 anos	11,0
São Joaquim	1	Contrato de Concessão nº015	19/11/1997	30 anos	8,1
Socorro	1	Contrato de Concessão nº014	19/11/1997	30 anos	1,0
Três Saltos	1	Contrato de Concessão nº014	19/11/1997	30 anos	0,6
Varginha	1	Res.355	22/12/1999	30 anos	9,0
Várzea Alegre	1	Res.367	29/12/1999	30 anos	7,5
Total					<u>420,0</u>

* Resolução autorizativa em processo de obtenção.

** Informação não auditada pelos auditores independentes

*** Potenciais hidráulicos iguais, ou inferiores a 1,0 MW estão dispensados de concessão, permissão ou autorização, devendo apenas ser registrados junto à ANEEL.

(1) - Operação

(2) - Construção

(3) - Preparação

Os prazos das autorizações e concessões são contados a partir da data da assinatura dos

respectivos contratos.

1.7. Projetos de geração eólica

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía as seguintes autorizações outorgadas pela ANEEL para exploração do potencial eólico:

<u>Projetos Eólicos</u>	<u>Status</u>	<u>Resolução original</u>	<u>Data</u>	<u>Prazo</u>	<u>Capacidade de energia instalada (MW)**</u>
Atlântica I	2	Portaria 134	25/02/2011	35 anos	30,0
Atlântica II	2	Portaria 148	03/03/2011	35 anos	30,0
Atlântica IV	2	Portaria 147	03/03/2011	35 anos	30,0
Atlântica V	2	Portaria 168	21/03/2011	35 anos	30,0
Baixa Verde	3	Em andamento *	-	-	13,8
Bons Ventos	1	Resolução 093	07/03/2003	30 anos	50,0
Cajueiro	3	Em andamento *	-	-	29,9
Campos dos Ventos I	2	Resolução 3967	26/03/2013	30 anos	30,0
Campos dos Ventos II	1	Portaria 257	18/04/2011	35 anos	30,0
Campos dos Ventos III	2	Resolução 3968	26/03/2013	30 anos	30,0
Campos dos Ventos V	2	Resolução 3969	27/03/2013	30 anos	26,0
Canoa Quebrada	1	Resolução 680	10/12/2002	30 anos	57,0
Costa Branca	2	Portaria 585	11/10/2011	35 anos	20,7
Costa das Dunas	3	Em andamento *	-	-	29,9
Curral Velho I	3	Em andamento *	-	-	26,0
Curral Velho II	3	Em andamento *	-	-	28,0
Curral Velho IV	3	Em andamento *	-	-	30,0
Enacel	1	Resolução 625	12/11/2002	30 anos	31,5
Eurus VI	1	Portaria 749	24/08/2010	35 anos	8,0
Farol de Touros	3	Em andamento *	-	-	23,0
Figueira Branca	3	Em andamento *	-	-	13,8
Foz do Rio Choró	1	Resolução 306	04/06/2002	30 anos	25,2
Ventos de Gameleira	3	Em andamento *	-	-	18,4
Icaraízinho	1	Resolução 454	27/08/2002	30 anos	54,6
Juremas	2	Portaria 556	27/09/2011	35 anos	16,1
Macacos	2	Portaria 557	27/09/2011	35 anos	20,7
Paracuru	1	Resolução 460	27/08/2002	30 anos	25,2
Pedra Cheirosa	3	Em andamento *	-	-	27,0
Pedra Cheirosa II	3	Em andamento *	-	-	24,3
Pedra Preta	2	Portaria 564	11/10/2011	35 anos	20,7
Pontal das Falésias I	3	Em andamento *	-	-	7,2
Pontal das Falésias II	3	Em andamento *	-	-	9,0
Pontal das Falésias III	3	Em andamento *	-	-	9,0
Pontal das Falésias IV	3	Em andamento *	-	-	12,6
Praia da Atalaia	3	Em andamento *	-	-	151,2
Praia de Bitupitá I	3	Em andamento *	-	-	30,0
Praia de Bitupitá II	3	Em andamento *	-	-	28,0
Praia de Bitupitá III	3	Em andamento *	-	-	12,0
Praia Formosa	1	Resolução 307	04/06/2002	30 anos	105,0
Santa Clara I	1	Portaria 609	01/07/2010	35 anos	30,0
Santa Clara II	1	Portaria 683	04/08/2010	35 anos	30,0
Santa Clara III	1	Portaria 610	01/07/2010	35 anos	30,0
Santa Clara IV	1	Portaria 672	29/07/2010	35 anos	30,0
Santa Clara V	1	Portaria 838	08/10/2010	35 anos	30,0
Santa Clara VI	1	Portaria 670	29/07/2010	35 anos	30,0
Santa Mônica	3	Em andamento *	-	-	30,0
Santa Úrsula	3	Em andamento *	-	-	28,0
Ventos de São Benedito	3	Em andamento *	-	-	29,9
São Domingos	3	Em andamento *	-	-	29,9
Taíba Albatroz	1	Resolução 778	23/12/2002	30 anos	16,5
Ventos de Santo Dimas	3	Em andamento *	-	-	29,9
Ventos de São Martinho	3	Em andamento *	-	-	29,9
Total					<u>1.567,9</u>

* Resolução autorizativa em processo de obtenção.

** Informação não auditada pelos auditores independentes

- (1) - Operação
- (2) - Construção
- (3) - Preparação

Os prazos das autorizações são contados a partir da data da assinatura das autorizações.

1.8. Projetos de geração à biomassa

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía as seguintes autorizações outorgadas pela ANEEL para exploração de energia movida à biomassa:

<u>Projeto Biomassa</u>	<u>Status</u>	<u>Resolução original</u>	<u>Data</u>	<u>Prazo</u>	<u>Capacidade de energia instalada (MW)*</u>
Alvorada	1	Res.3714	29/10/2012	30 anos	50,0
Baía Formosa	1	Res.259	14/05/2002	30 anos	40,0
Baldin	1	Res.2106	22/09/2009	30 anos	45,0
Buriti	1	Res.2643	07/12/2010	30 anos	50,0
Coopcana	1	Res.3328	07/02/2012	30 anos	50,0
Ipê	1	Res.2375	27/04/2010	30 anos	25,0
Lacenas	1	Res.117	20/05/1999	30 anos	40,0
Pedra	1	Prt.129	24/02/2011	35 anos	70,0
Total					<u>370,0</u>

* Informação não auditada pelos auditores independentes

(1) - Operação

Os prazos das autorizações são contados a partir da data da assinatura das autorizações.

1.9. Projetos de geração de energia solar

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía a seguinte autorização outorgada pela ANEEL para exploração do potencial solar:

<u>Projeto Solar</u>	<u>Status</u>	<u>Resolução original</u>	<u>Data</u>	<u>Prazo</u>	<u>Capacidade de energia instalada (MW)*</u>
Solar 1	1	Of.ANEEL n°961/2012	29/10/2012	Indeterminado**	1,1
Total					<u>1,1</u>

* Informação não auditada pelos auditores independentes

**Usina com capacidade reduzida, dispensada de outorga, devendo apenas ser registrado na ANEEL.

(1) - Operação

1.10. Acordo de Acionistas

Desde 24 de agosto de 2011, a Companhia é regida por Acordo de Acionistas, do qual fazem parte, com as respectivas participações no capital votante, Grupo CPFL (58,84%), Pátria Energia - Fundo de Investimento em Participações (4,77%), Secor - LLC (5,49%), Fundo de Investimento em Participações Multisetorial Plus (2,97%), DEG Deutsche Investitions und Entwicklungsgesellschaft MbH (1,47%), GMR Energia S.A. (1,93%), Fundo de Investimento em Participações Brasil Energia (7,12%), Pátria Energia Renovável - Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (0,84%).

Em resumo, o Acordo de Acionistas da Companhia dispõe sobre questões relativas ao exercício de direitos de voto em Assembleias Gerais de Acionistas e Reuniões do Conselho de Administração; a participação dos Acionistas e de seus respectivos representantes societários nos órgãos diretivos da Companhia; ao direito de preferência em relação à aquisição das ações e outras determinadas restrições relativas à transferência das ações e direitos econômicos associados à titularidade das ações; a administração da Companhia; ao direito de preferência nos aumentos de capital e restrições na transferência de ações, tais como o direito de “tag along”; e ao ingresso de novos acionistas.

Em decorrência da Oferta Pública de Ações, o acordo de acionista está sendo ajustado considerando as seguintes principais alterações: (i) ingresso de novos acionistas; (ii) composição do Conselho de Administração, incluindo mandato e voto múltiplo; e (iii) exigências socioambientais estabelecidas pelo IFC.

1.11. Informações por segmento

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras considerando somente um segmento operacional, o de geração e comercialização de energia elétrica gerada e comprada por meio de contratos de longo prazo, que representam integralmente a receita total da Companhia, uma vez que a natureza dos serviços e processos de produção, categoria de clientes e dos serviços, métodos de distribuição e comercialização e outros aspectos, como o ambiente regulatório, são os mesmos para os diversos tipos de usinas (biomassa, solar, eólica e pequenas centrais hidrelétricas).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- As demonstrações financeiras individuais da Companhia que foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.
- As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e de suas controladas, que foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade (“International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC”) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado.

- As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

2.2. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o valor justo de ativos adquiridos em combinação de negócios e ainda por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, quando requerido nas normas. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia são apresentadas em reais (R\$), que é sua moeda funcional e de apresentação.

2.4. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações de valor adicionado, individual e consolidada, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC aplicáveis às companhias abertas, enquanto para as IFRSs representam informação financeira adicional.

2.5. Principais estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva.

As contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que apresentam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas são:

- Impostos a recuperar (nota explicativa nº 8).
- Impostos de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 25.2).
- Imobilizado (nota explicativa nº 12).
- Intangível (nota explicativa nº 13).

- Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis (nota explicativa nº 20).
- Provisão para custos socioambientais e de desmobilização de ativos (nota explicativa nº 19).
- Instrumentos financeiros (nota explicativa nº 26).
- Pagamento baseado em ações (nota explicativa nº 10.2).
- Provisão para créditos de liquidação duvidosa (notas explicativas nº 7 e nº 9).

2.6. Reapresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012

A Administração da Companhia, com o objetivo de aprimoramento do conjunto de suas demonstrações financeiras, revisitou as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e concluiu pela necessidade de reapresentação das demonstrações de resultados, conforme prevê o Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro.

As reclassificações não produziram efeitos no lucro líquido e patrimônio líquido nas demonstrações financeiras da controladora e consolidadas, como anteriormente apresentadas, assim como também não produziram efeitos nos períodos anteriores a 1º de janeiro de 2012.

As reclassificações efetuadas estão resumidas a seguir:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Consolidado		
	Publicado	Reclassificações	Reapresentado
	2012	Ref.1	2012
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	806.420	-	806.420
CUSTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	(387.815)	16.401	(371.414)
LUCRO BRUTO	418.605	16.401	435.006
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	(84.467)	(16.401)	(100.868)
Remuneração dos administradores	(5.992)	-	(5.992)
Depreciação	(2.001)	-	(2.001)
Amortização do direito de exploração	(111.006)	-	(111.006)
Total	(203.466)	(16.401)	(219.867)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS	215.139	-	215.139
Receitas financeiras	56.461	-	56.461
Despesas financeiras	(254.084)	-	(254.084)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	17.516	-	17.516
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(36.226)	-	(36.226)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	26.971	-	26.971
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	8.261	-	8.261

1. Reclassificação de despesas de pessoal, anteriormente alocadas como custo de geração de energia elétrica, para o grupo de despesas gerais e administrativas, como forma de aprimorar a comparação das informações.

3. BASE DE CONSOLIDAÇÃO E INVESTIMENTO EM CONTROLADAS

As demonstrações financeiras incluem as demonstrações da CPFL Renováveis e suas controladas abaixo relacionadas:

<u>Empresas</u>	<u>Forma de Consolidação</u>	<u>Participação - %</u>		<u>Empresas</u>	<u>Forma de Consolidação</u>	<u>Participação - %</u>	
		<u>Direta</u>	<u>Indireta</u>			<u>Direta</u>	<u>Indireta</u>
Aiuruoca	Integral	-	100%	Figueira Branca	Integral	100%	-
Alto Irani	Integral	100%	-	Gameleira	Integral	100%	-
Arvoredo	Integral	-	100%	Jayaditya	Integral	-	100%
Atlântica I	Integral	100%	-	Juremas (i)	Integral	-	95%
Atlântica II	Integral	100%	-	Bio Ester	Integral	100%	-
Atlântica IV	Integral	100%	-	Macacos (i)	Integral	-	95%
Atlântica V	Integral	100%	-	Mohini	Integral	-	100%
Baixa Verde	Integral	95%	-	Navegantes	Integral	95%	-
Barra da Paciência	Integral	-	100%	Ninho da Águia	Integral	-	100%
Bio Alvorada	Integral	100%	-	Paíol	Integral	-	100%
Bio Burity	Integral	100%	-	PCH Holding	Integral	100%	-
Bio Coopcana	Integral	100%	-	PCH Holding 2	Integral	100%	-
Bio Formosa	Integral	100%	-	PCH Participações	Integral	100%	-
Bio Ipê	Integral	100%	-	Pedra Preta (i)	Integral	-	95%
Bio Pedra	Integral	100%	-	Penedo	Integral	100%	-
Bioenergia	Integral	100%	-	Plano Alto	Integral	100%	-
Bitupitá I	Integral	-	100%	Pedra Cheirosa I	Integral	-	100%
Bitupitá II	Integral	-	100%	Pedra Cheirosa II	Integral	-	100%
Bitupitá III	Integral	-	100%	Salto Góes	Integral	100%	-
Boa Vista 1	Integral	100%	-	Santa Clara I	Integral	100%	-
Boa Vista 2	Integral	100%	-	Santa Clara II	Integral	100%	-
BVP	Integral	-	100%	Santa Clara III	Integral	100%	-
Bons Ventos	Integral	-	100%	Santa Clara IV	Integral	100%	-
Cachoeira Grande	Integral	100%	-	Santa Clara V	Integral	100%	-
Cajueiro	Integral	95%	-	Santa Clara VI	Integral	100%	-
Campos dos Ventos I	Integral	100%	-	Santa Cruz	Integral	100%	-
Campos dos Ventos II	Integral	-	100%	Santa Luzia	Integral	-	100%
Campos dos Ventos III	Integral	100%	-	Santa Mônica	Integral	100%	-
Campos dos Ventos IV	Integral	100%	-	Santa Ursula	Integral	100%	-
Campos dos Ventos V	Integral	100%	-	São Benedito	Integral	100%	-
Chimay	Integral	-	100%	São Domingos	Integral	100%	-
Cocais Grande	Integral	-	100%	São Gonçalo	Integral	-	100%
Corrente Grande	Integral	-	100%	SIIF Cinco	Integral	-	100%
Costa Branca (i)	Integral	-	95%	SIIF Desenvolvimento (i)	Integral	100%	-
Costa das Dunas	Integral	90%	-	SIIF Energies (i)	Integral	100%	-
Curral Velho I	Integral	-	100%	Solar 1	Integral	100%	-
Curral Velho II	Integral	-	100%	Sul Centrais Elétricas	Integral	-	100%
Curral Velho IV	Integral	-	100%	T-15	Integral	100%	-
Eólica Formosa	Integral	-	100%	Tombo	Integral	100%	-
Eólica Holding	Integral	100%	-	Turbina 16	Integral	100%	-
Eólica Icaraizinho	Integral	-	100%	Turbina 17	Integral	100%	-
Eólica Paracuru	Integral	-	100%	Varginha	Integral	-	100%
Eurus V	Integral	100%	-	Varzea Alegre	Integral	-	100%
Eurus VI	Integral	100%	-	Ventos de Santo Dimas	Integral	100%	-
Farol de Touros	Integral	90%	-	Ventos de São Martinho	Integral	100%	-

(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 as sociedades participaram de reestruturação societária (ver nota explicativa 11).

Os principais critérios de consolidação estão descritos a seguir:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.
- Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas.

- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.
- d) Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas, como parte integrante do patrimônio líquido. Quando os acionistas não controladores não possuem obrigações adicionais nos casos em que as controladas apresentam passivo a descoberto, provisões são constituídas para cobrir responsabilidades adicionais pela deficiência de patrimônio líquido e cujo valor é de R\$53.511 (R\$9.896 em 2012) em 31 de dezembro de 2013 registrada na conta provisão para perda de investimentos, no passivo não circulante. Os valores das participações dos acionistas não controladores em 31 de dezembro de 2013 são de R\$13.879 e 31 de dezembro de 2012 é de R\$10.383.

A seguir estão destacadas as controladas diretas que apresentaram patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) em 31 de dezembro de 2013:

<u>Empresas</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
	<u>R\$ mil</u>	<u>R\$ mil</u>
PCH Holding II	23.381	9.896
SIIF Desenvolvimento	30.101	-
Navegantes	16	-
Solar I	13	-
Total	<u>53.511</u>	<u>9.896</u>

Dessa forma, a Companhia registra no passivo não circulante o saldo de passivo a descoberto das controladas.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

4.1. Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição ou de aquisição reversa. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição.

As participações dos acionistas não controladores, que correspondam a participações atuais e conferem aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da Companhia no caso de liquidação, são mensuradas com base na parcela proporcional das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida.

As transações relacionadas às aquisições do Complexo Atlântica, BVP e Lacenas, ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, e a transação relacionada à aquisição de Rosa dos Ventos, concluída em fevereiro de 2014, foram avaliadas de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de negócios. A forma de apresentação das demonstrações financeiras, incluindo registro contábil e impactos tributários dessas transações, estão detalhadas nas notas explicativas nº 1.1 a nº 1.5.

A aquisição de Rosa dos Ventos foi concluída em 27 de fevereiro de 2014 e o balanço de abertura será preparado para a data-base de 28 de fevereiro de 2014. Portanto, em 31 de dezembro de 2013, esta aquisição não está contabilizada nos livros da Companhia.

4.2. Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros

São reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O não reconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais ativos financeiros:

- a) Instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia e suas controladas gerenciam esses ativos e tomam decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros que a Companhia e suas controladas possuem e mantêm classificados nesta categoria são: títulos e valores mobiliários.

- b) Empréstimos e recebíveis: são ativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, após o reconhecimento inicial, avaliados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável.

A Companhia e suas controladas têm como principais ativos financeiros classificados nessa categoria: (i) caixa e equivalentes de caixa, (ii) contas a receber de clientes, (iii) partes relacionadas, (iv) aplicações financeiras, e (v) aplicações financeiras vinculadas.

- Passivos financeiros:

São reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais passivos financeiros:

- a) Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis, e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Os principais passivos financeiros classificados nessa categoria são: (i) fornecedores; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) encargos de dívidas; e (iv) outras contas a pagar.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de liquidação, em uma base líquida, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

4.3. Arrendamentos

No começo de um contrato deve-se determinar se ele é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato dependa do uso daquele ativo. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito ao arrendatário de controlar o uso do ativo subjacente.

Os arrendamentos, nos quais os riscos e benefícios permanecem substancialmente com o arrendador, são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos/recebimentos relacionados aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesas/receitas na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos, nos quais se contemplem não só o direito de uso de ativos, mas também a transferência substancial dos riscos e benefícios para o arrendatário, são classificados como arrendamentos financeiros.

Para os arrendamentos financeiros em que a Companhia ou suas controladas atuam como arrendatárias, os bens são capitalizados no ativo imobilizado no início do arrendamento, em contrapartida a um passivo mensurado pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. O imobilizado é depreciado de acordo com a política aplicável para o ativo.

Para os arrendamentos financeiros em que a Companhia ou suas controladas atuam como arrendadora, o investimento é inicialmente reconhecido pelos custos incorridos na construção/aquisição do bem.

Em ambos os casos, as receitas/despesas financeiras são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício durante o período do arrendamento, de modo que seja obtida uma taxa constante sobre o saldo do investimento/passivo existente.

A Companhia e suas controladas participam de transações de arrendamento operacionais relacionados ao uso de terrenos dos parques eólicos.

4.4. Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que este esteja em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e suas controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente reposto. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas anuais variáveis de 2% a 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens. Os ativos estão sendo depreciados por essas taxas, desde que a vida útil estimada dos bens não ultrapasse o prazo da concessão/autorização, quando, então, são depreciados por este prazo.

Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos ao líquido, dentro de outras receitas/despesas operacionais.

4.5. Intangível

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, direito de exploração de concessões, software e servidão.

Nas demonstrações financeiras individuais, o direito de exploração de autorização, e respectivos impostos, são incluídos no valor contábil dos investimentos e são apresentados como intangível e impostos diferidos nas demonstrações financeiras consolidadas.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de autorização decorrente de combinação de negócios é amortizado com base no prazo remanescente de autorização.

A Administração da CPFL Renováveis não espera que o valor alocado como direito de exploração dessas aquisições seja dedutível para fins fiscais na data da aquisição e, portanto, constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos relacionados à diferença entre os valores alocados e as bases fiscais destes ativos.

4.6. Redução ao valor recuperável (“impairment”)

- Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia e suas controladas avaliam a evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento, tanto no nível individualizado, como no nível coletivo, para todos os títulos significativos. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

A redução do valor recuperável de um ativo financeiro é reconhecida como segue:

- a) Custo amortizado: pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão parcial ou total da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.
- b) Disponíveis para venda: pela diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As perdas são reconhecidas no resultado.

- Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou o seu valor em uso.

O ágio integrante do valor contábil de um investimento em uma coligada, por não ser reconhecido individualmente, é testado em conjunto com o valor total do investimento, como se fosse um ativo único.

O ativo imobilizado é submetido ao teste de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

4.7. Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

4.8. Reconhecimento de receita

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Controladora e suas controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a controladora e suas controladas, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

4.9. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou na conta de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido reconhecidos líquidos desses efeitos fiscais.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Conforme facultado pela legislação tributária, determinadas empresas consolidadas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 32% sobre as receitas brutas provenientes da prestação de serviços e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Por esse motivo, essas empresas consolidadas não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos e diferenças temporárias e não estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.

4.10. Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício.

O lucro por ação diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período, considerando os efeitos dilutivos e de instrumentos conversíveis em ações (vide nota explicativa nº 21-i).

4.11 Novas normas, alterações e interpretações de normas

IFRSs novas e revisadas adotadas sem efeitos relevantes nas demonstrações financeiras

As “International Financial Reporting Standards - IFRSs” novas e revisadas a seguir foram adotadas nas demonstrações financeiras. A adoção dessas IFRSs novas e revisadas não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para os exercícios corrente e anterior; no entanto, poderá afetar a contabilização de transações ou acordos futuros.

- Alterações à IFRS 7 - divulgação - transferência de ativos financeiros.
- IAS 12 - Imposto de renda diferido: recuperação de ativos subjacentes.
- IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas.
- IFRS 11 - Negócios em Conjunto.
- IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades.
- IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo.
- Modificações às IFRSs - Ciclo de Melhorias anuais aos 2009-2011.
- IAS 19 (revisada em 2011) - Benefícios a Empregados.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (2).
- Modificações às IFRS 9 e IFRS 7 Data de Aplicação Mandatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição (2).
- Modificações às IFRS 10, 12 e IAS 27 Entidades de Investimento (1).
- Modificações à IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros (1).

(1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

(2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas acima. Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

A Administração da Companhia avaliou as novas normas e não espera efeitos significativos sobre os valores reportados.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Circulante				
Saldos de caixa e bancos	271	1.005	58.008	17.718
Aplicações financeiras:				
Certificado de depósitos bancários (a)	-	-	1.862	264
Fundos de investimento (b)	250.131	74.117	662.215	609.253
Operações compromissadas em debêntures (a)	-	-	8.970	12.850
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>250.402</u>	<u>75.122</u>	<u>731.055</u>	<u>640.085</u>

- (a) Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário - CDBs e debêntures compromissadas, e são remunerados a taxas médias equivalentes a 82,57% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, na data do balanço.
- (b) Representa valores aplicados no Fundo Exclusivo da CPFL Renováveis, o qual foi constituído em setembro de 2012 e tem como característica aplicações pós-fixadas lastreadas no CDI, substancialmente em CDBs, títulos públicos federais, debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte e fundos de investimentos de baixo risco e alta liquidez. A taxa média de remuneração destes fundos é 101,51% do CDI na data do balanço.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata, em montante sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. São instrumentos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis (nota explicativa nº 26.1) e estão registrados pelo valor do custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, o qual corresponde ao valor justo do instrumento financeiro.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Controladas	Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Indexador	Remuneração	Consolidado	
						31/12/2013	31/12/2012
Arvoredo (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	100,81% *	2.021	1.888
Barra da Paciência (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	100,81% *	3.134	2.928
Cocais Grandes (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	100,81% *	1.554	1.452
Corrente Grande (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	100,81% *	2.286	2.136
Ninho da Águia (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	100,81% *	1.535	1.435
PCH Holding (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	100,81% *	18.649	17.421
Paiol Energia (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	100,81% *	3.533	3.301
São Gonçalo (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	100,81% *	1.910	1.785
Varginha (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	100,81% *	1.954	1.825
Varzea Alegre (a)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	100,81% *	1.164	1.089
Bio Formosa (e)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	100,81% *	2.259	2.068
Salto Góes (f)	Bradesco	(FIC) FEDERAL	Indefinido	Diversos	100,81% *	2.714	-
Bons Ventos (b)	BNB	LFTs	Indefinido	Diversos	99,00% *	38.720	35.903
SIIF Energies (c)	BNB	Fundo aberto e CDB	Indefinido	Diversos	97,57% *	42.015	38.657
Santa Luzia (d)	Banco do Brasil	Fundo aberto	Indefinido	Diversos	89,80% *	6.541	6.208
Bio Pedra (e)	Itaú	CDB/Op. Compromissada	Diversos	DI	93,28% *	3.902	3.335
Total						133.891	121.431

(*) Remuneração média na data base, tendo como referência o Depósito Interbancário - DI.

- (a) Referem-se a contas reservas constituídas nas controladas. De acordo com os contratos de financiamento com o BNDES, 80% do faturamento de venda de energia é destinado às contas de reservas até a total integralização da garantia do empréstimo, a qual deve corresponder a três meses de serviço de dívida. Em 31 de dezembro de 2013, a garantia estava 100% integralizada.
- (b) Refere-se a contas reservas constituídas por Letras Financeiras do Tesouro, nas controladas, de acordo com o contrato de financiamento firmado com o BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A., BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e NIB - Nordic Investment Bank e deverão ser mantidas até a amortização do empréstimo. Em 31 de dezembro de 2013, a garantia estava 100% integralizada.
- (c) Refere-se a contas reservas constituídas nas controladas das empresas controladas pela SIIF Energies, de acordo com os contratos de financiamento firmados com o BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A. e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e deverão ser mantidas até a amortização dos empréstimos dessas empresas. Em 31 de dezembro de 2013, a garantia estava 100% integralizada.
- (d) Refere-se a contas de reservas constituídas na controlada Santa Luzia, de acordo com o contrato de financiamento firmado com o Banco do Brasil S.A. e o BNDES, que devem corresponder a três meses de serviço da dívida e deverão ser mantidas até a amortização do empréstimo dessa empresa. Em 31 de dezembro de 2013, a garantia estava 100% integralizada.
- (e) Referem-se a contas reservas constituídas nas controladas diretas Bio Formosa e Bio Pedra. De acordo com o contrato com o BNDES, o faturamento de venda de energia é destinado às contas de reserva até a total integralização da garantia, a qual deve corresponder a três vezes o último serviço da dívida. Em 31 de dezembro de 2013, a garantia estava 100% integralizada.
- (f) Refere-se a conta reserva constituída na controlada Salto Góes, de acordo com o contrato de financiamento com o BNDES, o faturamento de venda de energia é destinado às contas de reserva até a total integralização da garantia, a qual deve corresponder a três vezes o último serviço da dívida mais três vezes o próximo serviço da dívida vincendo. Em 31 de dezembro de 2013, a garantia estava 100% integralizada.

Os instrumentos financeiros relativos a essas contas de reservas são contratados exclusivamente para atendimento às exigências legais e contratuais e são designados como empréstimos e recebíveis e mensurados pelo custo amortizado.

Os saldos das contas de reservas destinados as garantias dos empréstimos e financiamentos são apresentados por Instituição Financeira no quadro abaixo:

Instituição Financeira	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
BNDES	71.758	66.120
Outros Bancos	62.133	55.311
Total	133.891	121.431

6.1. Aplicações financeiras

SPE	Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Indexador	Remuneração	Consolidado	
						31/12/2013	31/12/2012
Bons Ventos	BNB	Fundo aberto	indeterminado	Diversos	74,17%	23.854	-
						23.854	-

Representam o valor aplicado no Fundo Aberto BNB FI Curto Prazo. O fundo tem como característica aplicações em títulos federais e/ou operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. Este fundo é remunerado a taxa média equivalente a 74,17% do CDI na data do balanço.

6.2. Títulos e valores mobiliários

SPE	Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Indexador	Remuneração	Consolidado	
						31/12/2013	31/12/2012
SIIF Energies (a)	BNB	Título de capitalização	indeterminado	TR	100,00%	635	1.853
Bons Ventos (b)	Sulamérica	Título de capitalização	indeterminado	TR	100,00%	9	8
Bons Ventos (b)	BNB	Título de capitalização	indeterminado	TR	100,00%	203	200
Bons Ventos (b)	Itaú	Título de capitalização	indeterminado	TR	100,00%	105	100
						952	2.161

- (a) A controlada direta SIIF Energies possui títulos e valores mobiliários com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB no montante de R\$635, remunerados pela TR, referentes a títulos de capitalização com prazo de vencimento superior a 90 dias, de alta liquidez, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.
- (b) A controlada indireta Bons Ventos possui títulos e valores mobiliários com a SulAmerica S.A, Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB e Banco Itaú no montante de R\$317, remunerados pela TR, referentes a títulos de capitalização com prazos de vencimento superiores a 90 dias, de alta liquidez, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os saldos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 referem-se a contas a receber de concessionárias e permissionárias de energia, como demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Circulante				
Concessionárias e permissionárias	6.474	5.248	210.746	170.898
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4)	-	(1.637)	-
Total	<u>6.470</u>	<u>5.248</u>	<u>209.109</u>	<u>170.898</u>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
CCEAR (*)	-	-	44.803	28.863
CER (**)	-	-	23.625	23.193
Mercado Livre	6.474	5.248	37.264	27.538
Proinfa	-	-	105.054	91.304
Total	<u>6.474</u>	<u>5.248</u>	<u>210.746</u>	<u>170.898</u>

* Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado

** Contrato de Energia de Reserva

Composição das contas a receber:

Controladora		Consolidado	
A vencer	Total	A vencer	Total
0 - 15 dias	1.645	0 - 15 dias	40.318
16 - 30 dias	4.137	16 - 30 dias	53.733
31 - 45 dias	692	31 - 45 dias	51.694
Acima de 45 dias	-	Acima de 45 dias	65.000
	<u>6.474</u>		<u>210.746</u>
Vencidos	(4)	Vencidos	(1.637)
Total	<u>6.470</u>	Total	<u>209.109</u>

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de contas a receber de clientes, consolidado, inclui entre outros, valores devidos pelos seguintes agentes: (i) R\$105.054 (50% do total) pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS, (Proinfa); (ii) R\$51.340 (24% do total) pela Câmara de Comercialização de Energia; (iii) R\$24.672 (12% do total) pelo grupo CPFL, (acionista controlador); (iv) R\$6.959 (3% do total) por um grande consumidor; e (v) R\$22.721 (11% do total) por outras empresas.

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de 45 dias da data do faturamento.

No consolidado, foi constituída uma provisão para créditos a vencer no montante de R\$1.637 que refere-se, substancialmente, a débitos de agentes inadimplentes na liquidação financeira feita pela CCEE, relativa às transações realizadas no âmbito daquele mercado. Tais valores estão sendo objeto de negociações bilaterais. Contudo, em razão das incertezas quanto ao recebimento, a Companhia constituiu tal provisão para perda.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Impostos de renda e contribuição social a compensar	263	264	17.743	11.275
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	1.943	9.496	20.719	26.766
COFINS	1.284	97	28.893	43.850
PIS	276	21	6.220	9.459
Outros	35	33	948	-
	<u>3.801</u>	<u>9.911</u>	<u>74.523</u>	<u>91.350</u>
Ativo circulante	3.801	6.783	48.177	53.317
Ativo não circulante	-	3.128	26.346	38.033
Total	<u>3.801</u>	<u>9.911</u>	<u>74.523</u>	<u>91.350</u>

O saldo da rubrica “Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF” refere-se a retenções sobre aplicações financeiras, foi gerado a partir das operações da Companhia e de suas controladas, não depende de decisões judiciais nem administrativas para sua realização, e é compensado com o pagamento do imposto devido.

Os saldos das rubricas “PIS” e “COFINS” a recuperar referem-se, basicamente, a créditos apurados na aquisição de bens para o ativo imobilizado nas controladas diretas da SIIF Energies. Os créditos referentes à aquisição desses bens, notadamente máquinas e equipamentos utilizados na geração de energia elétrica, serão compensados com pagamento de PIS e COFINS das controladas diretas da SIIF Energies na base de 1/48 avos do valor original.

9. OUTROS CRÉDITOS NÃO CIRCULANTES

<u>Não Circulante</u>	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Créditos a receber - consórcios (a)	-	-	43.245	43.245
Provisão para perda Baldin Bioenergia S.A. (a)	-	-	(13.838)	(13.838)
Contratos de pré-compra de energia (a)	-	-	30.981	31.627
Ativos por indenização (b)	-	-	23.950	23.950
Outros créditos a receber	87	1.764	3.535	2.327
Total	<u>87</u>	<u>1.764</u>	<u>87.873</u>	<u>87.311</u>

(a) Baldin Bioenergia S.A.

Em 2008, a Companhia constituiu a SPE denominada CPFL Bioenergia S.A. com o objetivo de formar um consórcio para construir, operar e manter uma usina termelétrica movida a biomassa (bagaço de cana), com capacidade de geração de 45 MW. Esse consórcio foi firmado em conjunto com o Grupo Baldin, através da controlada Baldin Bioenergia S.A. (parte não relacionada), pelo prazo de 17 anos.

De acordo com os instrumentos jurídicos integrantes dessa transação, destacamos os seguintes: (i) a CPFL Bioenergia foi a responsável primária pelo financiamento da construção do empreendimento e em contrapartida a Baldin Bioenergia deveria reembolsar o valor correspondente a sua participação no consórcio (50%); e (ii) a CPFL Bioenergia realizou pré-pagamento a Baldin Bioenergia referente à entrega futura de energia a ser gerada pelo empreendimento (parcela do Grupo Baldin), pelo prazo de 15 anos da data de entrada em operação.

A Administração da Baldin Bioenergia S.A. protocolou, em 25 de junho de 2012, pedido de recuperação judicial.

No dia 8 de março de 2013, ocorreu a aprovação do Plano de Recuperação Judicial. A opção escolhida pela CPFL Renováveis para o recebimento possui as seguintes condicionantes:

- Com Garantia Real: (a) deságio de 25%; (b) pagamento do principal em parcela única com vencimento em 31.12.2025; e (c) remuneração de 110% do CDI, a serem pagos anualmente após dois anos de carência;
- Quirografários: (a) deságio de 35%; (b) pagamento do principal em parcela única com vencimento em 31.12.2025; (c) remuneração de 110% do CDI, a serem pagos anualmente após dois anos de carência.

Determinados credores interpuseram agravos de instrumento alegando que o Plano contemplaria ilegalidades e, em 25 de abril de 2013, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo decidiu conferir efeito suspensivo aos agravos interpostos, isto é, a decisão que homologou o Plano foi suspensa até a decisão final nos agravos.

Em agosto de 2013 o plano de recuperação judicial foi anulado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo ("TJ/SP"), que determinou que um novo plano de recuperação deveria ser apresentado no prazo de 60 dias. A Administração da Baldin Bioenergia S.A. apresentou embargos de declaração contra a decisão do TJ/SP e entende que os mesmos suspendem os efeitos dessa decisão, inclusive em relação ao prazo para apresentação de novo plano de recuperação. Consequentemente, a decisão do TJ/SP sobre os embargos apresentados e seus respectivos efeitos estão suspensos.

A Companhia estima que os embargos sejam julgados durante o exercício de 2014. A exposição total da Companhia relacionada às operações da Baldin Bioenergia S.A. compreende:

- (i) O montante de R\$29.407 inclui: (i) R\$36.871 de valor de principal, (ii) R\$6.374 de encargos financeiros e (iii) R\$13.838 de provisão para perdas no saldo a receber. Este saldo é referente ao direito da controlada CPFL Bioenergia S.A. receber da Baldin Bioenergia S.A. os investimentos realizados para a construção da usina termelétrica de cogeração movida à queima de biomassa como combustível. A Administração da Companhia, com base nas informações disponíveis sobre a situação financeira e operacional da Baldin Bioenergia S.A., assim como no plano de recuperação judicial, mantém provisão para cobrir potenciais perdas no saldo a receber da Baldin Bioenergia S.A. no valor de R\$13.838 em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a qual julga suficiente para cobrir riscos na realização desse saldo.
- (ii) O montante de R\$30.981, refere-se ao contrato de pré-compra de energia, para o qual não foi registrada provisão para perda, tendo em vista que a usina termelétrica de cogeração está operando normalmente. A realização desse saldo ocorre através do fornecimento de bagaço de cana pelo Grupo Baldin, utilizado para geração de energia, que é entregue a CPFL Bioenergia.

Adicionalmente, a Companhia possui registrado no ativo imobilizado e intangível o montante de R\$45.715, referente ao custo incorrido na construção da usina termelétrica de cogeração. A Companhia não identificou a necessidade de registro de provisão para perda na realização deste ativo imobilizado, tendo em vista que a usina termelétrica de cogeração está operando normalmente e gerando energia.

(b) O montante de R\$23.950 refere-se à indenização decorrente da avaliação a valor justo de passivos contingentes identificados na combinação de negócios, conforme condições determinadas no contrato de compra e venda da Jantus no valor de R\$13.950 e Bons Ventos no valor de R\$10.000. A Companhia tem garantia de reembolso por parte dos vendedores da Jantus e Bons Ventos sobre determinadas contingências, caso estas sejam materializadas dentro do período contratual. Esse valor tem como contrapartida provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis (nota explicativa nº 20).

10. PARTES RELACIONADAS

	Controladora					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Circulante:						
Caixa e equivalentes de caixa						
Banco Bradesco (nota nº 5)	250.188	74.279	-	-	13.736	488
	250.188	74.279	-	-	13.736	488
Valores a receber de pessoas ligadas (nota nº 7)						
CPFL Brasil	-	2.225	-	-	11.191	16.953
Arvoredo	-	-	-	-	21	988
Atlântica I	-	-	-	-	601	-
Atlântica II	549	-	-	-	561	-
Atlântica IV	2.021	-	-	-	2.807	-
Atlântica V	-	-	-	-	5.170	-
Bio Alvorada	-	-	-	-	5.023	-
Bio Coopcana	-	-	-	-	5.636	-
Bio Formosa	860	307	-	-	4.614	16
Bio Energia	-	2	-	-	3.581	-
Bio Ipê	-	-	-	-	-	12
Bio Pedra	-	125	-	-	-	-
Bio Buriti	-	132	-	-	342	362
Campos dos Ventos III	-	8	-	-	-	-
Chimay	-	18	-	-	241	-
Jayaditya	-	104	-	-	-	-
Lacenas	-	-	-	-	678	-
Mohini	49	199	-	-	477	-
Santa Clara I	-	80	-	-	-	-
Santa Clara II	-	21	-	-	-	-
Santa Clara IV	-	21	-	-	-	-
Santa Luzia	453	44	-	-	3.352	110
Sul Centrais Elétricas	183	-	-	-	800	-
Varginha	-	-	-	-	3	578
	4.115	3.286	-	-	45.098	19.019
Valores a receber de empresas ligadas (a)						
Alto Irani	27	30	-	-	309	329
Arvoredo	23	25	-	-	264	296
Barra da Paciência	27	30	-	-	308	376
Bioenergia	15	17	-	-	176	188
Bons Ventos	73	230	-	-	2.381	937
Chimay Empreendimentos	92	101	-	-	1.057	1.285
Cocais Grande	35	38	-	-	396	554
Corrente Grande	23	25	-	-	264	360
Eólica Formosa	46	63	-	-	623	332
Eólica Icaraizinho	81	84	-	-	916	442
Eólica Paracuru	46	34	-	-	570	177
Jayaditya	50	55	-	-	573	798
Mohini	54	59	-	-	617	769
Ninho da Águia	35	38	-	-	396	452
Paioi	35	38	-	-	396	437
PCH Holding	-	29	-	-	281	997
Plano Alto	35	38	-	-	396	423
Salto Goês	23	-	-	-	261	-
Santa Clara I	35	-	-	-	173	-
Santa Clara II	27	-	-	-	143	-
Santa Clara III	27	-	-	-	155	-
São Gonçalo	46	67	-	-	581	829
Siif Cinco	31	46	-	-	392	243
Sul Centrais	73	80	-	-	837	981
Varginha	23	25	-	-	264	356
Várzea Alegre	12	13	-	-	132	215
	994	1.165	-	-	12.861	11.776
Total	255.297	78.730	-	-	45.973	7.731

	Controladora					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Não circulante:						
Mútuos:						
Sul Centrais (b)	3.908	3.610	-	-	298	129
Campos dos Ventos II (e)	79.534	-	-	-	1.595	-
Bio Formosa(e)	7.436	-	-	-	1	-
Bio Alvorada (e)	22.345	-	-	-	619	-
Bio Coopcana (e)	6.851	-	-	-	210	-
Lacenas (e)	829	-	-	-	30	-
Sócios não controladores (c)	5.589	3.401	-	-	1.041	266
	<u>126.492</u>	<u>7.011</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.794</u>	<u>395</u>
Dividendos:						
Bio Pedra	-	3.593	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>3.593</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>126.492</u>	<u>10.604</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.794</u>	<u>395</u>

	Controladora					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Passivo circulante						
Mútuos:						
Arvoredo (e)	-	-	6.327	-	(249)	-
Barra da Paciência (e)	-	-	3.059	-	(121)	-
Cocais Grande (e)	-	-	4.092	-	(161)	-
Corrente Grande (e)	-	-	844	-	(33)	-
Ninho da Águia (e)	-	-	9.462	-	(373)	-
Paíol (e)	-	-	3.530	-	(139)	-
São Gonçalo (e)	-	-	3.699	-	(146)	-
Varginha (e)	-	-	3.772	-	(154)	-
Varzea Alegre (e)	-	-	1.723	-	(68)	-
SIIF Enérgies do Brasil (e)	-	-	1.163	-	-	-
T-15 (d)	-	-	12.810	12.810	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>50.481</u>	<u>12.810</u>	<u>(1.444)</u>	<u>-</u>
Fornecedor: (nota nº 14)						
Arvoredo	-	-	-	1.113	(210)	(1.380)
Atlântica I	-	-	-	-	(990)	-
Atlântica II	-	-	-	-	(1.316)	-
Atlântica IV	-	-	-	-	(2.587)	-
Atlântica V	-	-	-	-	(1.782)	-
Bio Alvorada	-	-	-	-	(464)	-
Bio Buri	-	-	-	-	(31)	-
Bio Coopcana	-	-	-	-	(521)	-
Bio Formosa	-	-	-	-	(347)	-
Bio Ipê	-	-	-	33	-	-
Bioenergia	-	-	-	-	(4.489)	-
Costa Branca	-	-	-	-	(552)	-
Chimay	-	-	-	-	-	(204)
Lacenas Participações	-	-	-	-	(833)	-
Macacos	-	-	-	-	(1.451)	-
Mohini	-	-	-	-	(39)	-
Plano Alto	-	-	-	194	-	-
Santa Luzia	-	-	-	33	(473)	(327)
Sul Centrais	-	-	-	-	(267)	(303)
Nect consultoria	-	-	157	337	(2.037)	-
Varginha	-	-	178	725	(991)	(1.023)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>335</u>	<u>2.435</u>	<u>(19.380)</u>	<u>(3.237)</u>
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>50.815</u>	<u>15.245</u>	<u>(20.824)</u>	<u>(3.237)</u>
Patrimônio líquido						
Pagamento baseado em ações (Diretoria)	-	-	1.171	1.097	(74)	(271)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.171</u>	<u>1.097</u>	<u>(74)</u>	<u>(271)</u>
Resultado						
Despesas operacionais						
Consultoria de sócios	-	-	-	-	(30)	(236)
Alocação com despesa de pessoal (a)	-	-	-	-	11.867	9.375
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>11.837</u>	<u>9.139</u>
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>11.837</u>	<u>9.139</u>

	Consolidado					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Circulante:						
Caixa e equivalentes de caixa						
Banco Bradesco (nota nº 5)	720.583	631.080	-	-	47.694	5.753
Banco BTG Pactual	-	-	-	-	-	1.168
	<u>720.583</u>	<u>631.080</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>47.694</u>	<u>6.921</u>
Valores a receber de pessoas ligadas (nota nº 7)						
BTG Pactual	-	-	-	-	-	-
CPFL Brasil	22.903	7.694	-	-	-	-
CPFL Paulista	528	11.640	-	-	-	-
CPFL Piratininga	1.167	769	-	-	-	-
Cia de Luz e Força	57	8	-	-	-	-
RGE Rio Grande Energia	17	32	-	-	-	-
	<u>24.672</u>	<u>20.143</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>745.255</u>	<u>651.223</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>47.694</u>	<u>6.921</u>
	Consolidado					
	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Não circulante:						
Aplicações financeiras vinculadas (nota nº 6)						
Banco Bradesco	42.713	37.328	-	-	3.249	2.893
Mútuo:						
Sócios não controladores (c)	6.862	3.401	-	-	1.041	266
	<u>49.575</u>	<u>40.729</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.779</u>	<u>3.159</u>
Passivo circulante						
CPFL Brasil (nota nº18) (e)	-	-	-	-	-	-
CPFL Brasil (nota nº 14)	-	-	7.725	-	-	-
CPFL Paulista (nota nº14)	-	-	725	1.026	-	-
CPFL Serviços (nota nº14)	-	-	126	-	-	-
Nect consultoria (nota nº14)	-	-	158	-	-	-
RGE Rio Grande Energia (nota nº14)	-	-	6	6	-	-
Sócios não controladores (nota nº17)	-	-	4.442	4.252	(160)	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>13.182</u>	<u>5.284</u>	<u>(160)</u>	<u>-</u>
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>13.182</u>	<u>5.284</u>	<u>(160)</u>	<u>-</u>
Patrimônio líquido						
Pagamento baseado em ações (Diretoria)	-	-	1.171	1.097	(74)	(271)
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.171</u>	<u>1.097</u>	<u>(74)</u>	<u>(271)</u>
Resultado						
Venda de energia - mercado livre						
CPFL Brasil	-	-	-	-	220.875	80.191
CPFL Paulista	-	-	-	-	4.416	133.087
CPFL Piratininga	-	-	-	-	6.958	3.446
Cia de Luz e Força	-	-	-	-	212	37
RGE Rio Grande Energia	-	-	-	-	194	143
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>232.655</u>	<u>216.904</u>
Compra de energia - mercado livre						
CPFL Brasil	-	-	-	-	(32.799)	(8.127)
Centrais Elétricas da Paraíba	-	-	-	-	-	(4.792)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(32.799)</u>	<u>(12.919)</u>
Despesas operacionais						
Consultoria de sócios	-	-	-	-	(30)	(355)
Consultoria Nect	-	-	-	-	(2.037)	(3.439)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.067)</u>	<u>(3.794)</u>
Total resultado	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>197.789</u>	<u>199.920</u>

- (a) Valores a receber de empresas ligadas: referem-se a rateios de despesas de operação e manutenção registradas na rubrica “Outros créditos” no ativo circulante. Parte do pessoal da CPFL Renováveis é alocada para a operação e manutenção das usinas e o valor é cobrado das controladas por meio de rateio de despesas.
- (b) Mútuo realizado entre a CPFL Renováveis e a controlada indireta CPFL Sul Centrais, com prazo de um ano e taxa de juros de 8% ao ano para a quitação antecipada de empréstimo com o BNDES.
- (c) A controladora e um sócio não controlador celebraram contratos de mútuo, visando à concessão de financiamento, para que o acionista não controlador pudesse integralizar sua parcela de capital subscrito nas SPEs (em decorrência dos aumentos de capital pela CPFL Renováveis), evitando que sua participação acionária fosse diluída. Os contratos foram assinados em abril de 2012, renovados em abril de 2013 e um novo contrato foi assinado em novembro de 2013, todos com vigência de um ano, a remuneração é de 8% ao ano mais atualização monetária pelo IGP-M.
- (d) O saldo de R\$12.810 refere-se a acerto de contas a pagar para a controlada T-15 Energia S.A., como parte de pagamento na aquisição da BVP.
- (e) Referem-se a contratos de mútuo com a controladora CPFL Renováveis, com remuneração de 8% ao ano e atualização monetária pelo IGP-M, para capital de giro.

A Companhia divulgou os contratos de compra e venda de energia vigentes com a CPFL Brasil na nota explicativa nº 28.3.

10.1. Informações financeiras das controladas

Conforme o disposto na letra “b” do item 37 do pronunciamento técnico, CPC 18 demonstramos abaixo as informações financeiras resumidas das controladas:

CPFL Energias Renováveis S.A. e Controladas

Empresa	Ativo		Passivo		Patrimônio Líquido		Receita Líquida		Lucro (Prejuízo)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Aiuruoca	14.311	13.472	23	42	14.288	13.430	-	-	(31)	(42)
Alto Irani	64.079	71.038	18.448	33.212	45.631	37.826	21.851	21.696	14.825	13.431
Arvoredo	96.103	100.686	39.815	45.946	56.288	54.740	12.034	12.025	1.848	769
Atlântica I	121.012	71.601	115.529	59.978	5.483	11.623	7.572	-	(6.140)	(410)
Atlântica II	113.968	71.480	110.486	59.971	3.482	11.509	11.875	-	(8.027)	(213)
Atlântica IV	139.156	75.156	134.670	63.809	4.486	11.347	7.728	-	(6.861)	(417)
Atlântica V	217.930	105.789	211.419	92.907	6.511	12.882	8.651	-	(6.371)	(724)
Baixa Verde	291	310	-	1	291	309	-	-	(19)	30
Barra da Paciência	127.730	129.706	66.731	72.633	60.999	57.073	23.047	20.256	8.876	5.366
Bio Alvorada	227.871	154.915	200.929	128.262	26.942	26.653	23.417	-	(33.151)	(1.258)
Bio Buri	151.834	151.145	3.434	3.928	148.400	147.217	32.999	30.118	5.187	5.037
Bio Coopcana	172.094	138.126	148.631	111.677	23.463	26.449	25.739	-	(20.862)	(808)
Bio Formosa	146.635	143.524	31.574	20.702	115.061	122.822	22.988	22.549	(8.106)	(869)
Bio Ipê	27.618	29.188	837	784	26.781	28.404	13.373	9.707	3.181	4.418
Bio Pedra	209.350	214.934	945	24.782	208.405	190.152	37.964	22.109	22.460	1.806
Bioenergia	111.199	137.172	68.572	92.362	42.627	44.810	20.219	14.132	(2.183)	2.816
Boa Vista 1	12	17	-	-	12	17	-	-	(5)	(780)
Boa Vista 2	3.049	2.752	593	145	2.456	2.607	-	-	(151)	(166)
Bons Ventos	838.241	-	520.232	-	318.009	-	156.707	-	52.419	-
BVP	376.899	773.852	9.719	590.496	367.180	183.356	-	107.063	49.330	30.001
Cachoeira Grande	7.589	7.529	19	-	7.570	7.529	-	-	41	50
Cajueiro	507	521	3	1	504	520	-	-	(17)	33
Campos dos Ventos I	9.701	14.241	447	4	9.254	14.237	-	-	(74)	(107)
Campos dos Ventos II	236.968	13.999	181.133	33	55.835	13.966	5.120	-	(382)	(183)
Campos dos Ventos III	9.254	14.216	450	23	8.804	14.341	-	-	(294)	(160)
Campos dos Ventos IV	127	176	4	3	123	173	-	-	(49)	109
Campos dos Ventos V	9.720	14.589	304	-	9.416	14.589	-	-	31	235
Chimay	132.826	149.062	18.199	17.236	114.627	131.826	36.805	45.906	14.921	32.193
Cocais Grande	51.235	53.252	26.186	29.024	25.049	24.228	7.949	8.410	1.410	837
Corrente Grande	98.081	103.698	47.170	53.315	50.911	50.383	12.534	12.107	1.178	9
Costa Branca	137.225	44.744	101.017	30.695	36.208	14.049	501	149	(486)	(455)
Costa das Dunas	921	954	(1)	1	922	953	-	-	(32)	101
Curral Velho	5.188	3	5.117	15	71	(12)	-	-	(97)	(4)
Eólica Formosa	479.737	485.081	367.069	398.430	112.668	86.651	90.580	94.115	22.387	19.301
Eólica Holding	178.989	62.531	91.232	48.650	87.757	13.881	-	-	(783)	(852)
Eólica Icaraizinho	282.138	269.002	194.013	194.681	88.125	74.321	63.625	72.406	25.233	24.615
Eólica Paracuru	116.761	117.132	77.685	83.333	39.076	33.799	32.682	33.509	17.358	14.673
Eurus V	115	162	4	3	111	159	-	-	(48)	102
Eurus VI	42.356	42.247	767	1.422	41.589	40.825	4.531	2.192	2.388	1.147
Farol de Touros	375	419	-	-	375	419	-	-	(44)	(26)
Figueira Branca	145	240	32	3	113	237	-	-	(124)	(28)
Gameleira	1.115	1.196	1	1	1.114	1.195	-	-	(81)	45
Jantus SL	-	268.804	-	13.627	-	255.177	-	-	8.488	67.462
Jayaditya	42.921	57.736	9.069	9.924	33.852	47.812	22.478	40.873	11.261	22.130
Juremas	72.504	21.246	47.313	7.474	25.191	13.772	-	-	(86)	(98)
Lacenas	113.369	108.225	59.223	64.055	54.146	44.170	26.558	6.793	9.976	849
Macacos	97.036	28.615	63.739	14.074	33.297	14.541	1.317	-	(528)	(259)
Mohini	71.247	89.718	4.303	7.941	66.944	81.777	33.282	41.895	18.592	23.871
Navegantes	3	13	20	-	(17)	13	-	-	(29)	(201)
Ninho da Águia	76.119	77.829	31.388	34.489	44.731	43.340	9.567	8.991	2.391	1.324
Paol	102.680	105.458	64.130	70.419	38.550	35.039	17.584	16.923	6.539	4.654
PCH Holding	448.075	443.617	499	784	447.576	442.833	-	-	26.945	15.490
PCH Holding 2	195.198	192.442	218.579	192.442	(23.381)	-	-	-	(13.485)	(14.137)
PCH Participações	956.337	932.650	238.879	249.118	717.458	683.532	-	-	33.926	14.696
Pedra Preta	93.660	27.386	61.616	13.158	32.044	14.228	-	-	(86)	(145)
Penedo	1.818	1.820	10	1	1.808	1.819	-	-	(11)	(67)
Plano Alto	46.053	49.073	12.231	23.312	33.822	25.761	16.478	16.557	10.812	9.771
Pontal das Falésias	5.191	4	5.043	3	148	1	-	-	(14)	(1)
Praia de Atalaia I	234	3	293	2	(59)	1	-	-	(56)	(4)
Praia de Atalaia II	233	3	287	2	(54)	1	-	-	(51)	(4)
Praia de Atalaia III	233	3	286	2	(53)	1	-	-	(50)	(4)
Praia de Atalaia IV	186	3	256	2	(70)	1	-	-	(67)	(4)
Praia de Atalaia V	188	3	251	2	(63)	1	-	-	(60)	(4)
Praia de Atalaia VI	189	2	240	1	(51)	1	-	-	(48)	(4)
Salto Góes	172.021	164.763	77.518	75.648	94.503	89.115	16.750	-	5.388	(567)
Santa Clara I	153.010	190.507	3.037	40.213	149.973	150.294	19.691	9.560	8.986	4.316
Santa Clara II	132.147	136.372	2.392	5.759	129.755	130.613	18.154	8.800	9.633	5.191
Santa Clara III	133.026	134.852	2.470	4.023	130.556	130.829	18.123	8.769	9.520	4.988
Santa Clara IV	138.002	141.467	2.555	5.759	135.447	135.708	18.158	8.804	9.951	5.171
Santa Clara VI	137.836	139.894	2.391	3.706	135.445	136.188	18.123	8.767	9.924	5.156
Santa Clara V	138.306	140.307	2.439	4.484	135.867	135.823	18.123	8.767	9.856	5.118
Santa Cruz	6.281	6.261	8	7	6.273	6.254	-	-	19	23
Santa Luzia	229.260	236.652	117.138	130.462	112.122	106.190	34.995	29.912	5.932	3.582
Santa Mônica	8.352	8.377	7	-	8.345	8.377	-	-	(32)	(89)
Santa Ursula	7.713	7.748	6	-	7.707	7.748	-	-	(41)	(76)
São Benedito	7.811	7.826	4	-	7.807	7.826	-	-	(19)	(76)
São Domingos	7.946	8.188	6	2	7.940	8.186	-	-	(246)	(180)
São Gonçalo	71.808	73.573	35.299	38.378	36.509	35.195	10.445	11.263	2.215	1.812
SIIF Cinco	123.178	122.292	91.201	100.280	31.977	22.012	26.149	24.616	8.858	5.156
SIIF Desenvolvimento	2.255	1.414	32.356	29.948	(30.101)	(28.534)	-	-	(1.567)	(2.500)
SIIF Energies	453.050	405.991	26.937	11.337	426.113	394.654	-	1	90.373	65.188
Solar 1	8.445	8.927	8.458	8.840	(13)	87	277	-	(100)	68
Sul Centrais Elétricas	28.274	26.100	9.547	9.062	18.727	17.038	7.036	6.373	1.688	1.545
T-15	668.625	689.084	343.203	399.032	325.422	290.052	-	-	35.370	50.905
Tombo	937	936	5	1	932	935	-	-	(3)	(115)
Turbina 16	20	24	-	1	20	23	-	-	(5)	(1)
Turbina 17	19	24	1	1	18	23	-	-	(5)	(1)
Varginha	59.551	60.941	27.697	30.150	31.854	30.791	8.688	7.725	1.250	(474)
Varzea Alegre	56.978	58.060	25.662	27.437	31.316	30.623	7.071	7.011	993	236
Ventos de Santo Dâmas	8.356	8.379	4	-	8.352	8.379	-	-	(27)	(56)
Ventos de São Martinho	7.973	8.197	6	1	7.967	8.196	-	-	(229)	(166)

10.2. Pagamentos baseados em ações

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 29 de outubro de 2009, foi aprovado o Programa de 2009, com outorga de 1.114.938 opções de compra de ações. Em 9 de março de 2010, foi aprovado o Programa de 2010, com outorga de 1.220.791 opções de compra de ações. Em 1º de março de 2011, foi aprovado o Programa de 2011, com outorga de 2.350.000 opções de compra de ações, sendo que cada 5 (cinco) opções atribuem aos participantes à subscrição de 1 (uma) ação.

As opções somente poderiam ser exercidas pelos participantes do programa em caso de ocorrência de um dos dois eventos: (a) Oferta Pública Inicial (“IPO”) (primária ou secundária) para ações ordinárias; e (b) alienação, direta ou indireta, por qualquer acionista da Companhia, de número de ações representativas de 10% ou mais do capital social da Companhia, a terceiros adquirentes, antes da ocorrência de um IPO. Com a conclusão da Oferta Pública de Ações, ocorrida em 19 de agosto de 2013 (nota explicativa nº1), os beneficiários passaram a poder exercer as opções em que o “vesting” já tinha ocorrido.

Os beneficiários do Plano de Opção de Ações poderão exercer suas opções dentro de até dez anos contados da respectiva outorga. O “vesting” das opções ocorre em quatro anos, com liberações de 25% a partir do primeiro aniversário, 50% a partir do segundo aniversário, 75% a partir do terceiro aniversário e 100% a partir do quarto aniversário.

As opções em aberto a serem exercidas ao final dos planos de 2009, 2010 e 2011 representa o montante de 565.713 ações.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 21.c), a Companhia agrupou suas ações na proporção 5 para 1. Para fins de apresentação, os quadros abaixo consideram o grupamento de ações.

<u>Séries de opções</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Data de outorga</u>	Valor justo na data <u>da outorga</u> <u>R\$</u>	Saldo <u>Contabilizado</u> <u>R\$</u>
Programa de 2009				
1ª Tranche	55.747	29/10/2009	1,83	102
2ª Tranche	45.026	29/10/2009	1,55	70
3ª Tranche	27.873	29/10/2009	1,26	35
4ª Tranche	27.873	29/10/2009	1,33	37
	156.519			244
Programa de 2010				
1ª Tranche	48.832	09/03/2010	2,87	140
2ª Tranche	32.554	09/03/2010	3,01	98
3ª Tranche	32.554	09/03/2010	2,73	89
4ª Tranche	27.129	09/03/2010	2,88	78
	141.069			405
Programa de 2011				
1ª Tranche	82.500	01/03/2011	1,93	159
2ª Tranche	82.500	01/03/2011	2,06	170
3ª Tranche	68.750	01/03/2011	1,83	126
4ª Tranche	34.375	01/03/2011	1,95	67
	268.125			522
Total	565.713			1.171

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foi provisionado o montante de R\$74 (R\$271 em 2012) na rubrica “Remuneração dos Administradores”.

Durante os exercícios de 2010 a 2013 nenhuma opção foi exercida.

10.3. Pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 alcançou o montante de R\$7.755 (R\$5.992 em 2012), como segue:

	Controladora/Consolidado	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Benefícios de curto prazo a empregados		
Salários e honorários	4.126	3.606
Encargos sociais e benefícios	1.664	1.336
Remuneração variável:		
Pagamento baseado em ações	74	271
Outros	1.891	779
Total	7.755	5.992

A Companhia e suas controladas não têm nenhuma obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferecem outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia e suas controladas também não oferecem outros benefícios no desligamento de seus membros da Alta Administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

11. INVESTIMENTOS

A composição é como segue:

	Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012
Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial:		
Pelo patrimônio líquido da controlada	3.284.267	3.166.323
Adiantamentos para futuro aumento de capital	172.833	54.398
Direito de exploração de atividade de geração - autorização incluindo os efeitos fiscais	1.350.832	1.415.337
Total do investimento	4.807.932	4.636.058

	Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012
Composição da equivalência patrimonial:		
Equivalência patrimonial	193.907	189.156
Amortização de juros capitalizados	(1.365)	(677)
Amortização direito de autorização (i)	(88.210)	(86.428)
Impostos diferidos (i)	30.117	29.206
Subtotal	(58.093)	(57.222)
Total	134.449	131.257

(i) Apresentado líquido R\$58.093 (conforme nota nº11) - Direito de exploração, líquido dos impostos diferidos

Participações em empresas controladas diretas e indiretas:

Informações gerais:

Controladas diretas	Quantidade (mil) de ações/quotas	Participação no capital %	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Participação patrimônio líquido		Resultado de equivalência patrimonial	
		31/12/2013			31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Alto Irani	1.510	100%	45.631	14.825	45.631	37.826	14.825	13.380
Atlântica I	125.404	100%	5.483	(6.140)	5.483	11.623	(6.140)	(454)
Atlântica II	118.568	100%	3.482	(8.027)	3.482	11.509	(8.027)	(257)
Atlântica IV	118.916	100%	4.486	(6.861)	4.486	11.347	(6.861)	(461)
Atlântica V	139.087	100%	6.511	(6.371)	6.511	12.882	(6.371)	(796)
Baixa Verde	54	95%	291	(19)	276	294	(18)	28
Bio Alvorada	41.020	100%	26.942	(33.151)	26.942	26.653	(33.151)	(1.338)
Bio Buriiti	144.825	100%	148.400	5.187	148.400	147.217	5.187	5.050
Bio Coopcana	35.891	100%	23.463	(20.862)	23.463	26.449	(20.862)	(898)
Bio Energia	46.288	100%	42.627	(2.183)	42.627	44.810	(2.183)	(12.026)
Bio Formosa	126.910	100%	115.061	(8.106)	115.061	122.822	(8.106)	(869)
Bio Ipe	26.241	100%	27.811	3.181	27.811	29.495	3.181	4.420
Bio Pedra	204.972	100%	212.617	22.460	212.617	194.613	22.460	1.806
Boa Vista 1	892	100%	12	(5)	12	17	(5)	(779)
Boa Vista 2	2.938	100%	2.456	(151)	2.456	2.607	(151)	(166)
Cachoeira Grande	7.632	100%	7.570	41	7.570	7.529	41	50
Cajueiro	47	95%	504	(17)	479	494	(15)	31
Campos dos Ventos I	8.139	100%	9.254	(74)	9.254	14.237	(73)	(95)
Campos dos Ventos II	13.049	0%	55.835	-	-	-	-	(67)
Campos dos Ventos III	7.953	100%	8.804	(294)	8.804	14.193	(293)	(148)
Campos dos Ventos IV	64	100%	123	(49)	123	173	(50)	110
Campos dos Ventos V	7.845	100%	9.416	31	9.416	14.589	31	249
Chimay	85.538	0%	114.627	-	-	-	-	7.993
Costa Branca	14.566	0%	36.208	(486)	-	13.347	(380)	(194)
Costa das Dunas	61	90%	922	(32)	830	858	(28)	91
Eólica Holding	14.082	100%	87.757	(783)	87.757	13.881	(782)	(848)
Eurus V	57	100%	111	(48)	111	159	(48)	102
Eurus VI	36.495	100%	41.981	2.388	41.981	41.240	2.388	1.149
Farol de Touro	54	90%	375	(44)	338	377	(39)	(23)
Figueira Branca	47	100%	113	(124)	113	237	(124)	(28)
Gameleira	855	100%	1.114	(81)	1.114	1.195	(81)	44
Jantus	-	100%	-	-	-	255.179	-	69.036
Jayaditya	17.691	0%	33.852	-	-	-	-	4.468
Juremas	14.075	0%	25.191	(86)	-	13.083	(68)	(17)
Lacenas	43.455	100%	54.146	9.976	54.146	44.170	9.976	715
Macacos	15.417	0%	33.297	(528)	-	13.813	(375)	(42)
Mohini	59.933	0%	66.944	-	-	-	-	7.938
Navegantes	308	95%	(17)	(29)	-	11	-	(191)
PCH Holding	436.180	100%	447.576	26.945	447.576	442.833	26.946	14.794
PCH Participações	67.153.569	41%	717.458	33.926	294.158	280.220	13.910	4.869
Pedra Preta	14.594	0%	32.044	(86)	-	13.516	(67)	(10)
Penedo	2.000	100%	1.808	(11)	1.808	1.819	(11)	(67)
Plano Alto	1.337	100%	33.822	10.812	33.822	25.761	10.813	9.730
Salto Góes	74.919	100%	94.503	5.388	94.503	89.115	5.388	(660)
Santa Clara I	139.189	100%	154.024	8.986	154.024	154.583	8.986	4.322
Santa Clara II	136.697	100%	133.406	9.633	133.406	134.478	9.631	5.196
Santa Clara III	136.697	100%	133.706	9.520	133.706	134.164	9.519	4.993
Santa Clara IV	136.697	100%	137.934	9.951	137.934	138.341	9.953	5.176
Santa Clara V	136.697	100%	137.789	9.924	137.789	138.305	9.925	5.162
Santa Clara VI	136.697	100%	137.743	9.856	137.743	138.174	9.856	5.125
Santa Cruz	6.703	100%	6.273	19	6.273	6.254	19	23
Santa Mônica	8.163	100%	8.345	(32)	8.345	8.377	(32)	(87)
Santa Ursula	7.521	100%	7.707	(41)	7.707	7.748	(41)	(75)
São Benedito	7.620	100%	7.807	(19)	7.807	7.826	(19)	(74)
São Domingos	8.071	100%	7.940	(246)	7.940	8.186	(246)	(178)
SIIF Energies	327.895	100%	426.113	90.373	309.722	-	95.596	-
Solar	4	100%	(13)	(100)	-	87	-	87
Sul Centrais Elétricas	14.183	0%	18.727	-	-	-	-	467
T-15	9.969.135	100%	325.422	35.370	325.422	290.052	35.370	48.610
Tombo	1.239	100%	932	(3)	932	934	(2)	(115)
Turbina 16	34	100%	20	(5)	20	23	(4)	(1)
Turbina 17	27	100%	18	(5)	18	23	(5)	(1)
Ventos de Santo Dimas	8.200	100%	8.352	(27)	8.352	8.379	(27)	(55)
Ventos de São Martinho	8.090	100%	7.966	(229)	7.966	8.196	(230)	(165)
Subtotal					3.284.267	3.166.323	209.086	204.029
Navegantes	308	95%	(17)	(29)	(16)	-	(27)	-
PCH Holding 2	4.977	100%	(23.381)	(13.485)	(23.381)	(9.896)	(13.485)	(14.873)
SIIF Desenvolvimento	1.958	100%	(30.101)	(1.567)	(30.101)	-	(1.567)	-
Solar	4	100%	(13)	(100)	(13)	-	(100)	-
Total					3.230.756	3.156.427	193.907	189.156

Controladas indiretas	Quantidade	Participação	Patrimônio líquido	Resultado do período	Participação		Resultado de	
	(mil) de	no			patrimônio líquido		equivalência patrimonial	
	<u>ações/quotas</u>	<u>capital %</u>			<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Aiuruoca	21.303	100%	14.288	(31)	14.288	13.430	(31)	(42)
Arvoredo	45.995	100%	56.288	1.848	56.288	54.740	1.848	685
Barra da Paciência	31.264	100%	60.999	8.876	60.999	57.073	8.876	5.210
Bitupitá I	164	100%	(59)	(56)	(59)	(4)	(56)	(4)
Bitupitá II	219	100%	(54)	(51)	(54)	(4)	(51)	(4)
Bitupitá III	164	100%	(53)	(50)	(53)	(4)	(50)	(4)
Bons Ventos	233.067	100%	318.009	52.419	318.009	239.667	52.419	27.312
BVP	311.106	100%	367.180	49.330	367.180	183.356	49.330	28.875
Campos dos Ventos II	13.049	100%	55.835	(382)	55.835	13.966	(382)	(179)
Chimay	85.538	100%	114.627	14.921	114.627	131.826	14.921	24.200
Cocais Grande	15.377	100%	25.049	1.410	25.049	24.228	1.410	778
Corrente Grande	27.521	100%	50.911	1.178	50.911	50.383	1.178	(100)
Costa Branca	14.566	95%	36.208	(486)	36.208	13.347	(81)	(261)
Curra Velho I	155	100%	(70)	(67)	(70)	(4)	(67)	(4)
Curra Velho II	150	100%	(63)	(60)	(63)	(4)	(60)	(4)
Curra Velho IV	145	100%	(51)	(48)	(51)	(4)	(48)	(4)
Eólica Formosa	92.900	100%	112.668	22.387	112.668	86.651	22.387	20.081
Eólica Icaraizinho	57.930	100%	88.125	25.233	88.125	74.321	25.233	25.791
Eólica Paracuru	22.230	100%	39.076	17.358	39.076	33.799	17.358	14.533
Jayaditya	17.691	100%	33.852	11.261	33.852	47.812	11.261	17.662
Juremas	14.075	95%	25.191	(86)	25.191	13.083	(13)	(80)
Macacos	15.417	95%	33.297	(528)	33.297	13.813	(127)	(218)
Mohini	59.933	100%	66.944	18.592	66.944	81.777	18.592	(15.933)
Ninho da Água	33.897	100%	44.731	2.391	44.731	43.340	2.391	1.261
Paio	27.428	100%	38.550	6.539	38.550	35.039	6.539	4.505
PCH Participações	67.153.569	59%	717.458	33.926	423.300	403.284	20.016	7.084
Pedra Cheirosa I	173	100%	71	(97)	71	(4)	(97)	(4)
Pedra Cheirosa II	163	100%	148	(14)	148	(1)	(14)	(1)
Pedra Preta	14.594	95%	32.044	(86)	32.044	13.516	(14)	(135)
Santa Luzia	89.288	100%	112.122	5.932	112.122	106.190	5.932	3.246
São Gonçalo	28.734	100%	36.509	2.215	36.509	35.195	2.215	1.733
SIIF Cinco	24.030	100%	31.977	8.858	31.977	22.012	8.858	4.958
SIIF Energies	327.895	0%	-	-	-	394.654	-	66.759
SIIF Desenvolvimento	1.958	0%	-	-	-	-	-	(2.500)
SUL Centrais Elétricas	14.183	100%	18.727	1.688	18.727	17.038	1.688	1.078
Varginha	20.692	100%	31.854	1.250	31.854	30.791	1.250	(532)
Varzea Alegre	24.644	100%	31.316	993	31.316	30.623	993	179

Movimentação dos investimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2013 - controladora:

	Saldo em 31/12/2011	Aumento / (Reduções) de capital	Capitalização de juros	Amortização da capitalização de juros	Aquisição de investimento	Transferência de investimento	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos Pagos	Saldo em 31/12/2012
Alto Irani	24.313	4.260	-	-	-	-	13.380	(4.127)	37.826
Atlântica I	-	6.508	-	-	5.569	-	(454)	-	11.623
Atlântica II	-	6.512	-	-	5.254	-	(257)	-	11.509
Atlântica IV	-	6.656	-	-	5.152	-	(461)	-	11.347
Atlântica V	-	6.361	-	-	7.317	-	(796)	-	12.882
Baiva Verde	6.467	(6.201)	-	-	-	-	28	-	294
Bio Alvorada	2.235	25.756	-	-	-	-	(1.338)	-	26.653
Bio Buriiti	131.268	12.664	-	-	-	-	5.050	(1.765)	147.217
Bio Coopcana	2.118	25.229	-	-	-	-	(898)	-	26.449
Bio Energia	56.836	-	-	-	-	-	(12.026)	-	44.810
Bio Formosa	130.362	329	-	-	-	-	(869)	(7.000)	122.822
Bio Ipe	26.006	735	713	(30)	-	-	4.420	(2.349)	29.495
Bio Pedra	142.034	51.790	2.700	(124)	-	-	1.806	(3.593)	194.613
Boa Vista 1	776	20	-	-	-	-	(779)	-	17
Boa Vista 2	2.583	190	-	-	-	-	(166)	-	2.607
Cachoeira Grande	7.479	-	-	-	-	-	50	-	7.529
Cajueiro	12.968	(12.505)	-	-	-	-	31	-	494
Campos dos Ventos I	14.332	-	-	-	-	-	(95)	-	14.237
Campos dos Ventos II	14.144	-	-	-	-	(14.077)	(67)	-	-
Campos dos Ventos III	14.341	-	-	-	-	-	(148)	-	14.193
Campos dos Ventos IV	14.343	(14.280)	-	-	-	-	110	-	173
Campos dos Ventos V	14.340	-	-	-	-	-	249	-	14.589
Chimay	124.237	9.679	-	-	-	(124.710)	7.993	(17.199)	-
Costa Branca	14.505	(728)	-	-	-	(236)	(194)	-	13.347
Costa das Dunas	14.323	(13.556)	-	-	-	-	91	-	858
Eólica Holding	-	-	-	-	-	14.729	(848)	-	13.881
Eurus V	14.343	(14.286)	-	-	-	-	102	-	159
Eurus VI	6.811	33.430	346	(11)	-	-	1.149	(485)	41.240
Farol de Touros	10.858	(10.458)	-	-	-	-	(23)	-	377
Figueira Branca	6.665	(6.400)	-	-	-	-	(28)	-	237
Gemeleira	9.151	(8.000)	-	-	-	-	44	-	1.195
Jantus	186.143	-	-	-	-	-	69.036	-	255.179
Jayaditya	43.715	-	-	-	-	(39.335)	4.468	(8.848)	-
Juremas	13.879	(700)	-	-	-	(79)	(17)	-	13.083
Lacenas	-	-	-	-	43.455	-	715	-	44.170
Macacos	14.803	(741)	-	-	-	(207)	(42)	-	13.813
Mohini	85.094	-	-	-	-	(75.424)	7.938	(17.608)	-
Navegantes	149	53	-	-	-	-	(191)	-	11
PCH Holding	297.463	156.865	-	-	-	-	14.794	(26.289)	442.833
PCH Participações	-	275.351	-	-	-	-	4.869	-	280.220
Pedra Preta	14.374	(717)	-	-	-	(131)	(10)	-	13.516
Penedo	1.766	120	-	-	-	-	(67)	-	1.819
Plano Alto	16.992	1.646	-	-	-	-	9.730	(2.607)	25.761
Salto Góes	49.330	40.445	-	-	-	-	(660)	-	89.115
Santa Clara I	111.347	37.563	3.338	(118)	-	-	4.322	(1.869)	154.583
Santa Clara II	103.168	25.644	3.000	(106)	-	-	5.196	(2.424)	134.478
Santa Clara III	71.834	57.012	2.658	(91)	-	-	4.993	(2.242)	134.164
Santa Clara IV	47.983	85.506	2.094	(71)	-	-	5.176	(2.347)	138.341
Santa Clara V	45.441	88.159	1.956	(68)	-	-	5.162	(2.345)	138.305
Santa Clara VI	25.919	107.927	1.572	(58)	-	-	5.125	(2.311)	138.174
Santa Cruz	6.231	-	-	-	-	-	23	-	6.254
Santa Mônica	11.402	(2.938)	-	-	-	-	(87)	-	8.377
Santa Ursula	11.403	(3.580)	-	-	-	-	(75)	-	7.748
São Benedito	11.381	(3.481)	-	-	-	-	(74)	-	7.826
São Domingos	11.394	(3.030)	-	-	-	-	(178)	-	8.186
Solar	-	-	-	-	-	-	87	-	87
Sul Centrais Elétricas	18.238	-	-	-	-	(15.959)	467	(2.746)	-
T-15	-	-	-	-	-	255.429	48.610	(13.987)	290.052
Tombo	1.028	21	-	-	-	-	(115)	-	934
Turbina 16	-	24	-	-	-	-	(1)	-	23
Turbina 17	-	24	-	-	-	-	(1)	-	23
Ventos de Santo Dimas	11.335	(2.901)	-	-	-	-	(55)	-	8.379
Ventos de São Martinho	11.372	(3.011)	-	-	-	-	(165)	-	8.196
Sub total do investimento	2.041.022	958.966	18.377	(677)	66.747	-	204.029	(122.141)	3.166.323
PCH Holding 2 (*)	-	4.977	-	-	-	-	(14.873)	-	(9.896)
Total do investimento	2.041.022	963.943	18.377	(677)	66.747	-	189.156	(122.141)	3.156.427

(*) Provisão para perda de investimento, valor reclassificado para o passivo circulante

	Saldo em 31/12/2012	Aumento / (Reduções) de capital	Amortização da capitalização de juros	Transferência de investimento	Incorporação	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos Pagos	Saldo em 31/12/2013
Alto Irani	37.826	-	-	-	-	14.825	(7.020)	45.631
Atlântica I	11.623	-	-	-	-	(6.140)	-	5.483
Atlântica II	11.509	-	-	-	-	(8.027)	-	3.482
Atlântica IV	11.347	-	-	-	-	(6.861)	-	4.486
Atlântica V	12.882	-	-	-	-	(6.371)	-	6.511
Baixa Verde	294	-	-	-	-	(18)	-	276
Bio Alvorada	26.653	33.440	-	-	-	(33.151)	-	26.942
Bio Buriti	147.217	-	-	-	-	5.187	(4.004)	148.400
Bio Coopcana	26.449	17.876	-	-	-	(20.862)	-	23.463
Bio Energia	44.810	-	-	-	-	(2.183)	-	42.627
Bio Formosa	122.822	345	-	-	-	(8.106)	-	115.061
Bio Ipe	29.495	-	(61)	-	-	3.181	(4.804)	27.811
Bio Pedra	194.613	-	(249)	-	-	22.460	(4.207)	212.617
Boa Vista 1	17	-	-	-	-	(5)	-	12
Boa Vista 2	2.607	-	-	-	-	(151)	-	2.456
Cachoeira Grande	7.529	-	-	-	-	41	-	7.570
Cajueiro	494	-	-	-	-	(15)	-	479
Campos dos Ventos I	14.237	(4.910)	-	-	-	(73)	-	9.254
Campos dos Ventos III	14.193	(5.096)	-	-	-	(293)	-	8.804
Campos dos Ventos IV	173	-	-	-	-	(50)	-	123
Campos dos Ventos V	14.589	(5.204)	-	-	-	31	-	9.416
Costa Branca	13.347	5.913	-	(18.880)	-	(380)	-	-
Costa das Dunas	858	-	-	-	-	(28)	-	830
Eólica Holding	13.881	2.783	-	71.875	-	(782)	-	87.757
Eurus V	159	-	-	-	-	(48)	-	111
Eurus VI	41.240	-	(23)	-	-	2.388	(1.624)	41.981
Farol de Touros	377	-	-	-	-	(39)	-	338
Figueira Branca	237	-	-	-	-	(124)	-	113
Gameleira	1.195	-	-	-	-	(81)	-	1.114
Jantus	255.179	-	-	(255.179)	1.165	(1.165)	-	-
Juremas	13.083	3.041	-	(16.056)	-	(68)	-	-
Lacenas	44.170	-	-	-	-	9.976	-	54.146
Macacos	13.813	4.760	-	(18.198)	-	(375)	-	-
Navegantes	11	-	-	16	-	(27)	-	-
PCH Holding (**)	442.833	-	-	5.099	-	26.946	(27.302)	447.576
PCH Participações	280.220	28	-	-	-	13.910	-	294.158
Pedra Preta	13.516	5.292	-	(18.741)	-	(67)	-	-
Penedo	1.819	-	-	-	-	(11)	-	1.808
Plano Alto	25.761	-	-	-	-	10.813	(2.752)	33.822
Salto Góes	89.115	-	-	-	-	5.388	-	94.503
Santa Clara I	154.583	-	(238)	-	-	8.986	(9.307)	154.024
Santa Clara II	134.478	-	(215)	-	-	9.631	(10.490)	133.406
Santa Clara III	134.164	82	(185)	-	-	9.519	(9.874)	133.706
Santa Clara IV	138.341	-	(146)	-	-	9.953	(10.212)	137.934
Santa Clara V	138.305	-	(138)	-	-	9.925	(10.303)	137.789
Santa Clara VI	138.174	-	(110)	-	-	9.856	(10.177)	137.743
Santa Cruz	6.254	-	-	-	-	19	-	6.273
Santa Mônica	8.377	-	-	-	-	(32)	-	8.345
Santa Ursula	7.748	-	-	-	-	(41)	-	7.707
São Benedito	7.826	-	-	-	-	(19)	-	7.807
São Domingos	8.186	-	-	-	-	(246)	-	7.940
SIIF Energies	-	-	-	283.713	-	96.761	(70.752)	309.722
Solar	87	-	-	13	-	(100)	-	-
T-15	290.052	-	-	-	-	35.370	-	325.422
Tombo	934	-	-	-	-	(2)	-	932
Turbina 16	23	1	-	-	-	(4)	-	20
Turbina 17	23	-	-	-	-	(5)	-	18
Ventos de Santo Dinis	8.379	-	-	-	-	(27)	-	8.352
Ventos de São Martinho	8.196	-	-	-	-	(230)	-	7.966
Subtotal do investimento	3.166.323	58.351	(1.365)	33.662	1.165	208.959	(182.828)	3.284.267
PCH Holding 2 (*)	(9.896)	-	-	-	-	(13.485)	-	(23.381)
Navegantes (*)	-	-	-	(16)	-	-	-	(16)
SIIF Desenvolvimento (*)	-	-	-	(28.534)	-	(1.567)	-	(30.101)
Solar	-	-	-	(13)	-	-	-	(13)
Total do investimento	3.156.427	58.351	(1.365)	5.099	1.165	193.907	(182.828)	3.230.756

(*) Provisão para perda de investimento, valores reclassificados para o passivo não circulante.

(**) Transferência entre investimento e direito de exploração.

Direitos de exploração incluindo os efeitos fiscais

Em 31 de dezembro de 2012 e 2013, a Companhia possuía saldo de direito de exploração das seguintes SPEs:

	Controladora				Saldo em 31/12/2012
	Saldo em 31/12/2011	Adição	Amortização	Ajustes (*)	
Aiuruoca	26.163	-	(2.000)	-	24.163
Alto Irani	110.788	2.082	(5.377)	-	107.493
Arvoredo	23.709	-	(1.290)	-	22.419
Atlânticas I	-	308	-	-	308
Atlânticas II	-	308	-	-	308
Atlânticas IV	-	308	-	-	308
Atlânticas V	-	308	-	-	308
Baixa Verde	1.527	1.755	-	(82)	3.200
Barra da Paciência	33.503	-	(2.553)	-	30.950
Boa Vista II	48.873	-	-	-	48.873
Cachoeira Grande	1.752	-	-	-	1.752
Cajueiro	3.309	1.755	-	(174)	4.890
Campos dos Ventos I	3.642	-	-	(415)	3.227
Campos dos Ventos II	5.578	-	-	-	5.578
Campos dos Ventos III	3.642	-	-	(415)	3.227
Campos dos Ventos IV	3.642	-	-	(415)	3.227
Campos dos Ventos V	3.642	-	-	(415)	3.227
Cocais Grande	18.238	-	(993)	-	17.245
Corrente Grande	20.669	-	(1.544)	-	19.125
Costa Branca	32.659	-	-	(348)	32.311
Costas das Dunas	3.484	-	-	(1.633)	1.851
Eurus V	3.642	-	-	(415)	3.227
Eurus VI	1.273	38	(22)	-	1.289
Farol de Touros	2.412	-	-	(268)	2.144
Figueira Branca	1.608	-	-	-	1.608
Foz do Rio Choro	91.603	-	(4.876)	(544)	86.183
Gameleira	2.144	-	-	-	2.144
Icaraízinho	231.401	-	(11.389)	(544)	219.468
Juremas	26.896	-	-	(1.345)	25.551
Lacenas	-	11.788	(82)	-	11.706
Macacos	35.233	-	-	(1.762)	33.471
Navegantes	-	-	-	-	-
Ninho da Águia	18.238	-	(993)	-	17.245
Paíol	36.475	-	(1.985)	-	34.490
Paracuru	153.787	-	(8.187)	(544)	145.056
Pedra Preta	35.237	-	-	(1.762)	33.475
Penedo	24.210	-	-	-	24.210
Plano Alto	83.983	-	(3.952)	-	80.031
Praia Formosa	148.848	2.115	(8.096)	(544)	142.323
Salto Goes	36.591	-	-	-	36.591
Santa Clara I	5.077	151	(84)	-	5.144
Santa Clara II	5.077	151	(84)	-	5.144
Santa Clara III	5.077	151	(84)	-	5.144
Santa Clara IV	5.077	151	(84)	-	5.144
Santa Clara V	5.077	151	(84)	-	5.144
Santa Clara VI	5.077	151	(84)	-	5.144
Santa Cruz	850	-	-	-	850
Santa Mônica	5.963	-	-	-	5.963
Santa Ursula	5.963	-	-	-	5.963
São Benedito	5.963	-	-	-	5.963
São Domingos	5.963	-	-	-	5.963
São Gonçalo	20.061	-	(1.092)	-	18.969
Sif Desenvolvimento	49.917	-	(649)	(542)	48.726
Tombo	17.493	-	-	-	17.493
Varginha	16.414	-	(894)	-	15.520
Várzea Alegre	13.678	-	(744)	-	12.935
Ventos de Santo Dimas	5.963	-	-	-	5.963
Ventos de São Martinho	5.963	-	-	-	5.963
Total do direito de exploração, líquido impostos diferidos (i)	1.463.054	21.671	(57.222)	(12.167)	1.415.337

(*) Ajustes complementares decorrentes de aquisições de controladas e baixas

	Controladora				
	Saldo em 31/12/2012	Amortização	Ajuste de preço	Transferência(*)	Saldo em 31/12/2013
Aiuruoca	24.163	(1.804)	-	(1.702)	20.657
Alto Irani	107.493	(5.236)	-	-	102.257
Arvoredo	22.419	(1.384)	-	-	21.035
Atlântica I	308	-	-	-	308
Atlântica II	308	-	-	-	308
Atlântica IV	308	-	-	-	308
Atlântica V	308	-	-	-	308
Baixa Verde	3.200	-	-	-	3.200
Barra da Paciência	30.950	(1.404)	-	(2.156)	27.390
Boa Vista 2	48.873	-	-	-	48.873
Cachoeira Grande	1.752	-	-	-	1.752
Cajueiro	4.890	-	-	-	4.890
Campos dos Ventos I	3.227	-	-	-	3.227
Campos dos Ventos II	5.578	-	-	-	5.578
Campos dos Ventos III	3.227	-	-	-	3.227
Campos dos Ventos IV	3.227	-	-	-	3.227
Campos dos Ventos V	3.227	-	-	-	3.227
Cocais Grande	17.245	(1.064)	-	-	16.181
Corrente Grande	19.125	(890)	-	(1.241)	16.994
Costa Branca	32.311	-	-	-	32.311
Costa das Dunas	1.851	-	-	-	1.851
Eólica Formosa	142.323	(7.065)	-	-	135.258
Eólica Icarazinho	219.468	(11.252)	-	-	208.216
Eólica Paracuru	145.056	(7.168)	-	-	137.888
Eurus V	3.227	-	-	-	3.227
Eurus VI	1.289	(43)	-	-	1.246
Farol de Touros	2.144	-	-	-	2.144
Figueira Branca	1.608	-	-	-	1.608
Gemeleira	2.144	-	-	-	2.144
Juremas	25.551	-	-	-	25.551
Lacenas	11.706	(599)	(1.313)	-	9.794
Macacos	33.471	-	-	-	33.471
Ninho da Águia	17.245	(1.064)	-	-	16.181
Paíol	34.490	(2.128)	-	-	32.362
Pedra Preta	33.475	-	-	-	33.475
Penedo	24.210	-	-	-	24.210
Plano Alto	80.031	(3.952)	-	-	76.079
Salto Góes	36.591	(1.323)	-	-	35.268
Santa Clara I	5.144	(168)	-	-	4.976
Santa Clara II	5.144	(168)	-	-	4.976
Santa Clara III	5.144	(168)	-	-	4.976
Santa Clara IV	5.144	(168)	-	-	4.976
Santa Clara V	5.144	(168)	-	-	4.976
Santa Clara VI	5.144	(168)	-	-	4.976
Santa Cruz	850	-	-	-	850
Santa Mônica	5.963	-	-	-	5.963
Santa Ursula	5.963	-	-	-	5.963
São Benedito	5.963	-	-	-	5.963
São Domingos	5.963	-	-	-	5.963
São Gonçalo	18.969	(1.168)	-	-	17.801
SIIF Cinco	86.183	(4.264)	-	-	81.919
SIIF Desenvolvimento	48.726	(3.508)	-	-	45.218
Tombo	17.493	-	-	-	17.493
Varginha	15.520	(964)	-	-	14.556
Varzea Alegre	12.935	(805)	-	-	12.130
Ventos de Santo Dimas	5.963	-	-	-	5.963
Ventos de São Martinho	5.963	-	-	-	5.963
Total do direito de exploração, líquido impostos diferidos	1.415.337	(58.093)	(1.313)	(5.099)	1.350.832

(*) Transferência entre investimento e direito de exploração

O direito de exploração será amortizado pelo período remanescente das respectivas autorizações/concessões, a partir da entrada em operação dos empreendimentos.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não identificou nenhum evento que pudesse gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos investimentos.

Incorporação

Incorporação de empresa subsidiária integral.

a) Jantus

Em 26 de março de 2013, os acionistas da Companhia aprovaram, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da sua subsidiária integral Jantus S.L., nos termos do Protocolo de Incorporação e Justificação e do Laudo de Avaliação relacionado à Incorporação, também aprovados na referida data, mediante prévia recomendação do Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada no dia 29 de novembro de 2012.

Conforme decisão da CVM, prevista no OFÍCIO/CVM/SEP/GEA-1/nº 725/12, a Companhia foi dispensada, com base na Deliberação nº 559, de 18 de novembro de 2008, emitida pela CVM, de atender aos requisitos dispostos nos artigo 264 da Lei das S.A. e na Instrução CVM nº 319/99.

A Jantus S.L detinha, direta ou indiretamente, 100% do capital social da SIIF Énergies do Brasil Ltda. e da SIIF Desenvolvimento de Projetos de Energia Eólica Ltda., as quais passaram, após a incorporação, a ser controladas diretas da Companhia. Como resultado da incorporação, a Jantus foi extinta, e a totalidade das ações representativas de seu capital social detida pela Companhia foi cancelada, mantendo-se inalterado o capital social da Companhia após a incorporação.

Transferência de contratos societários:

Reestruturação de empresas sobre controle comum, portanto, realizadas pelo valor de livros.

- a) Em 18 de outubro de 2013, a CPFL Renováveis conferiu o controle societário das controladas SPE Pedra Preta Energia S.A., SPE Juremas Energia S.A., SPE Macacos Energia S.A. e SPE Costa Branca Energia S.A. para a Eólica Holding S.A., controlada direta da CPFL Renováveis, com o objetivo de viabilizar a contratação de financiamento para os respectivos projetos com o BNDES.

Adiantamento para futuro aumento de capital

	Controladora	
	Ativo	
	31/12/2013	31/12/2012
Alto Irani	1.541	1.541
Atlântica I	5.194	-
Atlântica II	1.753	-
Atlântica IV	9.172	-
Atlântica V	19.780	-
Baixa Verde	-	-
Bio Alvorada	8.524	-
Bio Coopcana	10.970	-
Boa Vista 2	591	140
Campos dos Ventos I	432	-
Campos dos Ventos III	447	-
Campos dos Ventos V	318	-
Costa Branca	-	290
CPFL Bio Formosa	-	345
CPFL Bioenergia	3.499	-
Eólica Holding	91.232	45.248
Figueira Branca	32	-
Juremas	-	300
Macacos	-	380
Navegantes	20	-
PCH Holding 2	143	-
PCH Participações	34	34
Penedo	10	380
Santa Clara I	-	2
Santa Ursula	-	2
Santo Dimas	-	2
São Benedito	-	2
São Domingos	-	2
Lacenas	5.098	2.817
T-15	10	10
Tombo	5	-
Turbina 14	-	2.891
Solar I	2.891	10
Turbina 16	-	1
SIIF Desenvolvimento	1.097	-
SIIF Enegies	10.000	-
Turbina 17	1	1
Bitupitá I	3	-
Bitupitá IIII	2	-
Curra Velho I	11	-
Curra Velho II	14	-
Curra Velho IV	9	-
	<u>172.833</u>	<u>54.398</u>

12. IMOBILIZADO

Controladora								
	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitoria	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total	
Saldo em 31/12/2011	2.254	1.313	1.465	474	852	-	6.358	
Custo histórico	2.254	1.453	1.721	494	1.116	-	7.038	
Depreciação acumulada	-	(140)	(256)	(20)	(264)	-	(680)	
Adições	1.192	-	104	79	39	6.398	7.812	
Baixas	-	(582)	(645)	-	(16)	-	(1.243)	
Transferencias	-	-	4.665	-	-	(4.665)	-	
Depreciação	-	(40)	(494)	(93)	(59)	-	(686)	
Baixa da depreciação	-	85	124	-	-	-	209	
Transferência - Depreciação	-	-	-	-	-	-	-	
Saldo em 31/12/2012	3.446	776	5.219	460	816	1.733	12.450	
Custo histórico	3.446	871	5.845	573	1.139	1.733	13.607	
Depreciação acumulada	-	(95)	(626)	(113)	(323)	-	(1.157)	
Taxa média depreciação	-	3 a 4	5 a 6	17 a 18	7 a 8	-		
Controladora								
	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitoria	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total	
Saldo em 31/12/2012	3.446	776	5.219	460	816	1.733	12.450	
Custo histórico	3.446	871	5.845	573	1.139	1.733	13.607	
Depreciação acumulada	-	(95)	(626)	(113)	(323)	-	(1.157)	
Adições	-	-	-	-	-	1.172	1.172	
Baixas	-	-	-	(165)	-	-	(165)	
Transferencias	367	730	499	179	229	(2.684)	(680)	
Depreciação	-	(53)	(425)	(78)	(80)	-	(636)	
Baixa da depreciação	-	-	-	40	-	-	40	
Transferência - Depreciação	-	45	345	39	251	-	680	
Saldo em 31/12/2013	3.813	1.498	5.638	475	1.216	221	12.861	
Custo histórico	3.813	1.601	6.344	587	1.368	221	13.934	
Depreciação acumulada	-	(103)	(706)	(112)	(152)	-	(1.073)	
Taxa média depreciação	-	3 a 4	5 a 6	17 a 18	7 a 8	-		
Consolidado								
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitoria	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2011	97.311	657.103	402.557	1.013.345	896	3.384	943.861	3.118.457
Custo histórico	97.311	800.271	500.628	1.232.106	1.104	4.734	943.861	3.580.015
Depreciação acumulada	-	(143.168)	(98.071)	(218.761)	(208)	(1.350)	-	(461.558)
Adições	1.186	19.951	15.149	63.396	76	236	958.941	1.058.935
Aquisições Atlântica/BVP/Lacenas	-	-	75.841	682.740	-	93	23.006	781.680
Baixas	-	(783)	(3.836)	(3.147)	-	(349)	-	(8.115)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências - Outros Ativos (*)	(18.536)	76.263	-	1.222.098	(19)	1.319	(1.340.511)	(59.386)
Depreciação	(2.918)	(37.271)	-	(130.309)	(56)	(175)	-	(170.729)
Depreciação na aquisições Atlântica/BVP/Lacenas	-	-	(10.371)	(76.120)	-	(96)	-	(86.587)
Baixa da depreciação	-	-	-	-	65	26	-	91
Transferência - Depreciação	-	-	1.241	(1.088)	14	(167)	-	-
Saldo em 31/12/2012	77.043	715.263	480.581	2.770.915	976	4.271	585.297	4.634.346
Custo histórico	79.961	895.702	587.782	3.197.193	1.161	6.033	585.297	5.353.129
Depreciação acumulada	(2.918)	(180.439)	(107.201)	(426.278)	(185)	(1.762)	-	(718.783)
Taxa média depreciação	3 a 4	3 a 4	3 a 4	5 a 6	17 a 18	7 a 8	-	
	79.961	895.702	587.782	3.197.193	1.161	6.033	585.297	5.353.129
	(2.918)	(180.439)	(107.201)	(426.278)	(185)	(1.762)	-	(718.783)
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-

(*) O valor de R\$ 59.386 é composto por: (i) a reversão de provisão para custos socioambientais no montante de R\$ 66.773 (ii) transferências do ativo intangível de R\$ 7.387

Consolidado								
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras (a)	Edificações, obras civis e benfeitoria (a)	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2012	77.043	715.263	480.581	2.770.915	976	4.271	585.297	4.634.346
Custo histórico	79.961	895.702	587.782	3.197.193	1.161	6.033	585.297	5.353.129
Depreciação acumulada	(2.918)	(180.439)	(107.201)	(426.278)	(185)	(1.762)	-	(718.783)
Adições	-	-	-	-	-	2	874.334	874.336
Baixas	-	-	-	(1.071)	(190)	-	-	(1.261)
Transferências	5.489	(90.188)	200.826	445.726	270	(119)	(562.004)	-
Transferências - Outros Ativos (*)	-	820	(147.743)	163.539	14	69	7.817	24.516
Reversão de custo sócioambiental e desmobilização	-	-	(17.747)	-	-	-	-	(17.747)
Depreciação	(3.123)	(28.222)	(35.631)	(148.030)	(318)	(685)	-	(216.009)
Baixa da Depreciação	-	-	-	103	42	-	-	145
Transferência - Depreciação (*)	-	(581)	37.858	(35.568)	-	378	-	2.087
Saldo em 31/12/2013	79.409	597.092	518.144	3.195.614	794	3.916	905.444	5.300.413
Custo histórico	85.450	806.334	623.118	3.805.387	1.255	5.985	905.444	6.232.973
Depreciação acumulada	(6.041)	(209.242)	(104.974)	(609.773)	(461)	(2.069)	-	(932.560)
Taxa média depreciação	3 a 4	3 a 4	3 a 4	5 a 6	17 a 18	7 a 8		

(*) O valor de R\$ 26.603 é referente a R\$ 11.353 de transferência do ativo intangível e R\$ 15.250 a transferência de impostos a recuperar

- (a) A Companhia concluiu, no primeiro trimestre de 2013, o processo de revisão do controle patrimonial da companhia BVP, adquirida em 19 de junho de 2012. Como resultado deste processo de revisão, a Companhia procedeu à reclassificação do montante líquido de R\$266.778, de edificações e benfeitorias para máquinas e equipamentos. A referida reclassificação não implicou a alteração da despesa de depreciação, tendo em vista que os bens se encontravam registrados com as vidas úteis adequadas.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía saldo de imobilizado em curso das seguintes SPEs:

Imobilizado em curso	Saldo líquido		Data prevista de entrada em operação (**)
	31/12/2013	31/12/2012	
Aiuroca	14.295	11.515	(*)
Atlântica I	81.907	23.120	1T14
Atlântica II	77.221	22.727	1T14
Atlântica IV	102.328	25.743	1T14
Atlântica V	201.770	74.491	1T14
Baixa Verde	142	137	(*)
Bio Alvorada	-	95.733	em operação
Bio Coopcana	-	78.801	em operação
Boa Vista II	1.606	1.304	(*)
Cachoeira Grande	6.517	3.453	(*)
Cajueiro	115	114	(*)
Campos dos Ventos I	7.642	7.324	1T15
Campos dos Ventos II	-	11.678	em operação
Campos dos Ventos III	7.852	7.680	1T15
Campos dos Ventos V	7.384	7.051	1T15
Costa Branca	118.638	43.277	2T14
Costa das Dunas	331	331	(*)
Farol de Touros	173	173	(*)
Figueira Branca	94	94	(*)
Gemeleira	551	551	(*)
Jurema	46.005	17.230	2T14
Macacos	60.464	23.280	2T14
Pedra Preta	58.264	22.090	2T14
Penedo	985	985	(*)
Santa Cruz	5.692	3.544	(*)
Santa Mônica	7.644	7.510	3T15
Santa Úrsula	6.979	6.863	3T15
São Benedito	7.026	6.955	3T15
São Domingos	7.640	7.457	3T15
Tombo	933	933	(*)
Ventos de Santo Dimas	7.654	7.518	3T15
Ventos de São Martinho	7.621	7.460	3T15
Pedro Cheirosa I	4.544	-	(*)
Pedro Cheirosa II	4.109	-	(*)
Bitupitá I	222	-	(*)
Bitupitá II	221	-	(*)
Bitupitá III	221	-	(*)
Curral Velho I	185	-	(*)
Curral Velho II	185	-	(*)
Curral Velho III	183	-	(*)
Outros projetos	50.099	58.175	(*)
Total	<u>905.444</u>	<u>585.297</u>	

(*) Empreendimento em fase de preparação

(**) Informação não auditada pelos auditores independentes

As autorizações das PCHs e dos parques eólicos poderão ser renovadas no final dos seus respectivos prazos, a critério do Poder Concedente. As concessões de PCHs, caso não sejam renovadas, deverão ser devolvidas ao Poder Concedente no final de seus respectivos prazos.

A contribuição de capital com determinados ativos de geração das empresas integrantes do Grupo CPFL, realizada na data-base 31 de julho de 2011, na atual CPFL Renováveis, incluiu saldo de R\$56.973 (valor original), líquido de amortização acumulada até aquela data, referente ao custo atribuído dos bens do imobilizado (“deemed cost”), registrado no processo de convergência das novas normas contábeis brasileiras. Determinados empreendimentos foram avaliados pelo custo atribuído, enquanto outros ativos de empreendimentos recentemente construídos foram mantidos ao custo de aquisição, que na avaliação da Administração estavam próximos dos respectivos valores de mercado. Parte desses ativos imobilizados foi avaliada ao seu respectivo valor de mercado, com base em laudo de avaliação preparado por empresa de engenharia independente, especializada em avaliação patrimonial. O saldo líquido da mais-valia, no montante de R\$56.973, foi registrado no patrimônio líquido na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo não amortizado desta rubrica era de R\$51.114.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não identificou nenhum evento que pudesse gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos seus ativos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foi registrada despesa de depreciação no montante de R\$216.009 (consolidado), sendo que R\$215.373 classificada no grupo “Custos de geração de energia” na rubrica “Depreciação e amortização”, R\$636 (controladora) no grupo “Despesas gerais e administrativas” na rubrica “Depreciação e amortização”.

Em 31 de dezembro de 2013, o valor total de imobilizado dado em garantia as instituições financeiras é de R\$875.802, referente a contratos de empréstimos e financiamentos celebrados na modalidade FINAME (nota explicativa nº 15).

Início de operação e atraso nas obras das Usinas do Grupo

a) Bio Coopcana

Mediante autorização concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em seu despacho nº 2.988/13 e conforme resolução nº 3.328/12, em 28 de agosto de 2013, entrou em operação a Usina Termelétrica Movida à Biomassa Coopcana (“UTE Coopcana”), localizada no Município São Carlos do Ivaí, Estado do Paraná.

A UTE Coopcana, com potência instalada de 50 MW, teve sua energia vendida no Mercado Livre com o prazo de fornecimento de 21 anos e 18 MW médios de energia contratada.

b) Campo dos Ventos II

A ANEEL publicou, em 03 de outubro de 2013, o Despacho nº 3.333, que considera o Parque Eólico Campo dos Ventos II com 30 MW de capacidade instalada, localizado no município de João Câmara no Rio Grande do Norte, contratado no Leilão de Energia de Reserva (LER) 2010, apto para entrada em operação a partir do dia 27 de setembro de 2013.

Em virtude das linhas de transmissão para conexão à Rede Básica não terem sido concluídas até a data de entrada em operação comercial, esses empreendimentos estão impossibilitados de gerar e transmitir energia elétrica temporariamente. Diante desse fato excepcional, a ANEEL emitiu o Despacho nº 3333 para solucionar a questão do fluxo de caixa desse negócio. Assim sendo, e conforme o Despacho, a Campo dos Ventos fará jus ao recebimento da respectiva receita fixa de acordo com a Subcláusula 5.12 do Contrato de Energia de Reserva - CER, as obrigações de pagamento referentes aos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST ficam mantidas.

c) Bio Alvorada

Mediante autorização concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em seu despacho nº 3.769/13 e conforme resolução nº 3.714/13, em 9 de novembro de 2013, entrou em operação a Usina Termelétrica Movida à Biomassa Alvorada (“UTE Alvorada”), localizada no Município de Araporã, Estado de Minas Gerais.

A UTE Alvorada, com potência instalada de 50 MW, teve sua energia vendida no Mercado Livre com o prazo de fornecimento de 20 anos e 18 MW médios de energia contratada.

d) Atraso na entrada em operação.

Em 31 de dezembro de 2013, as seguintes controladas em construção estão com as obras em atraso:

Controlada	Data inicialmente prevista para entrada em operação (*)	Data atualmente prevista para entrada em operação (*)
Atlântica I	4T13	1T14
Atlântica II	4T13	1T14
Atlântica IV	4T13	1T14
Atlântica V	4T13	1T14

(*) Informação não auditada pelos auditores independentes

A Companhia firmou contratos de compra de energia de curto prazo para honrar os compromissos assumidos (vide nota explicativa nº 28.4).

e) Complexo Macacos

Conforme despacho nº 3.796/13, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em 12 de novembro de 2013, estabeleceu-se a data de 1º de abril de 2014 para início da operação comercial das Centrais Geradoras Eólicas - EOLs Juremas, Macacos, Pedra Preta e Costa Branca (Complexo Macacos) e alterou-se, de 1º de novembro de 2013 para 1º de abril de 2014, o início do período de suprimento dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs atrelados às usinas mencionadas, mantido o prazo de suprimento de 20 anos.

13. INTANGÍVEL

A composição e movimentação do saldo do intangível é como segue:

	Controladora
	Outros ativos intangíveis
Saldo em 31/12/2011	3.965
Custo histórico	3.792
Amortização acumulada	173
Adições	6.367
Amortização	(1.315)
Baixa	-
Saldo em 31/12/2012	9.017
Custo histórico	10.159
Amortização acumulada	(1.142)
Taxa média anual de amortização - %	9 a 10

	Controladora
	Outros ativos intangíveis
Saldo em 31/12/2012	9.017
Custo histórico	10.159
Amortização acumulada	(1.142)
Adições	656
Amortização	(1.990)
Baixa	(208)
Saldo em 31/12/2013	7.475
Custo histórico	10.607
Amortização acumulada	(3.132)
Taxa média anual de amortização - %	9 a 10

	Consolidado		
	Direito de concessão		
	Adquirido em combinações de negócios	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2011	2.299.807	31.679	2.331.486
Custo histórico	2.346.977	35.373	2.382.350
Amortização acumulada	(47.170)	(3.694)	(50.864)
Adições	792.321	24.258	816.579
Amortização	(111.006)	(7.429)	(118.435)
Baixa	-	-	-
Transferência (*)	-	(13.918)	(13.918)
Transferência - Depreciação (*)	-	6.531	6.531
Saldo em 31/12/2012	2.981.122	41.121	3.022.243
Custo histórico	3.139.298	45.713	3.185.011
Amortização acumulada	(158.176)	(4.592)	(162.768)
Taxa média anual de amortização - %	3 a 4	9 a 10	

(*) Transferência para ativo imobilizado no montante de R\$7.387

	Consolidado		
	Direito de concessão		
	Adquirido em combinações de negócios	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2012	2.981.122	41.121	3.022.243
Custo histórico	3.139.298	45.713	3.185.011
Amortização acumulada	(158.176)	(4.592)	(162.768)
Adições	-	1.696	1.696
Amortização	(128.277)	(4.069)	(132.346)
Baixa	(1.988)	(626)	(2.614)
Transferência (*)	-	(9.217)	(9.217)
Transferência - Depreciação (*)	-	(2.136)	(2.136)
Saldo em 31/12/2013	2.850.857	26.769	2.877.626
Custo histórico	3.137.310	37.566	3.174.876
Amortização acumulada	(286.453)	(10.797)	(297.250)
Taxa média anual de amortização - %	3 a 4	9 a 10	

(*) O valor de R\$ 11.353 refere-se a transferência do ativo imobilizado

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía saldo de direito de exploração das seguintes SPEs:

	Consolidado			Saldo em 31/12/2013
	Saldo em 31/12/2012	Baixa	Amortização	
Aiuruoca	49.394	-	(2.834)	46.560
Alto Irani	159.784	-	(7.962)	151.822
Arvoredo	35.674	-	(2.054)	33.620
Atlântica I	468	-	-	468
Atlântica II	468	-	-	468
Atlântica IV	469	-	-	469
Atlântica V	468	-	-	468
Baixa Verde	5.057	-	-	5.057
Barra da Paciência	63.114	-	(3.626)	59.488
Boa Vista II	74.049	-	-	74.049
Bons Ventos	738.085	-	(35.853)	702.232
Cachoeira Grande	2.654	-	-	2.654
Cajueiro	7.899	-	-	7.899
Campos dos Ventos I	3.227	-	-	3.227
Campos dos Ventos II	5.576	-	-	5.576
Campos dos Ventos III	3.227	-	-	3.227
Campos dos Ventos IV	3.227	-	-	3.227
Campos dos Ventos V	3.227	-	-	3.227
Cocais Grande	27.441	-	(1.574)	25.867
Corrente Grande	38.418	-	(2.210)	36.208
Costa Branca	49.482	-	-	49.482
Costas das Dunas	5.278	-	-	5.278
Eurus V	3.225	-	-	3.225
Eurus VI	1.290	-	(42)	1.248
Farol de Touros	4.060	-	-	4.060
Figueira Branca	2.436	-	-	2.436
Siif Cinco	131.598	-	(6.780)	124.818
Cameleira	3.248	-	-	3.248
Eólica Icaraizinho	332.431	-	(17.112)	315.319
Juremas	40.751	-	-	40.751
Lacenas	17.692	(1.988)	(951)	14.753
Macacos	53.384	-	-	53.384
Ninho da Águia	27.441	-	(1.575)	25.866
Paíol	54.882	-	(3.159)	51.723
Eólica Paracuru	220.931	-	(11.376)	209.555
PCH Holding 2	85.360	-	(2.813)	82.547
Pedra Preta	53.390	-	-	53.390
Penedo	36.682	-	-	36.682
Plano Alto	118.765	-	(6.024)	112.741
Eólica Formosa	216.874	-	(11.160)	205.714
Salto Goes	55.442	-	(2.002)	53.440
Santa Clara I	5.145	-	(169)	4.976
Santa Clara II	5.145	-	(169)	4.976
Santa Clara III	5.145	-	(169)	4.976
Santa Clara IV	5.145	-	(169)	4.976
Santa Clara V	5.145	-	(168)	4.977
Santa Clara VI	5.145	-	(169)	4.976
Santa Cruz	1.288	-	-	1.288
Santa Mônica	5.963	-	-	5.963
Santa Ursula	5.963	-	-	5.963
São Benedito	5.963	-	-	5.963
São Domingos	5.963	-	-	5.963
São Gonçalo	30.185	-	(1.731)	28.454
Siif Desenvolvimento	74.651	-	(3.840)	70.811
Tombo	26.505	-	-	26.505
Varginha	24.696	-	(1.419)	23.277
Várzea Alegre	20.581	-	(1.167)	19.414
Ventos de Santo Dimas	5.963	-	-	5.963
Ventos de São Martinho	5.963	-	-	5.963
Direito de autorização	2.981.122	(1.988)	(128.277)	2.850.857

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, no consolidado foi registrada despesa de amortização do direito de exploração no valor de R\$128.277 (R\$111.006 em 2012), classificada no grupo “Despesas operacionais”.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foi registrada despesa de amortização de outros intangíveis no montante de R\$4.069 (consolidado), sendo que R\$2.079 (consolidado) classificado no grupo “Custos de geração de energia” na rubrica “Depreciação e amortização”, R\$1.990 (controladora/consolidado) no grupo “Despesas gerais e administrativas” na rubrica “Depreciação e amortização”.

O saldo dos intangíveis é amortizado pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração dos empreendimentos, pelo método da linha reta a partir da data de entrada em operação.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não identificou nenhum evento que pudesse gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis.

14. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Circulante				
Suprimento de energia elétrica	3.596	1.120	31.580	19.147
Encargos de uso da rede elétrica	-	886	585	1.452
Materiais e serviços	3.976	7.327	61.898	55.538
Total	<u>7.572</u>	<u>9.333</u>	<u>94.063</u>	<u>76.137</u>
Não circulante				
Materiais e serviços	-	-	-	4.467
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.467</u>
Total	<u>7.572</u>	<u>9.333</u>	<u>94.063</u>	<u>80.604</u>

A CPFL Renováveis coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora									
	31/12/2013					31/12/2012				
	Principal				Total	Principal				Total
	Encargos circulante	Circulante	Total circulante	Não circulante		Encargos circulante	Circulante	Total circulante	Não circulante	
Mensuradas ao custo										
Moeda nacional										
BNDES - Repotenciação	6	1.229	1.235	-	1.235	16	3.601	3.617	1.217	4.834
BNDES - Investimento	2.449	77.799	80.248	856.019	936.267	9.991	63.627	73.618	910.048	983.666
Instituições financeiras	175	150.000	150.174	-	150.174	-	-	-	-	-
Total	2.630	229.028	231.657	856.019	1.087.676	10.007	67.228	77.235	911.265	988.500

Controladora							
Saldo em 31/12/2011	Liberações	Juros	Custo de captação	Amortização do custo de captação	Amortização	Pgto juros	Saldo em 31/12/2012
613.829	362.058	57.304	-	-	(27.529)	(17.162)	988.500

Controladora							
Saldo em 31/12/2012	Liberações	Juros	Custo de captação	Amortização do custo de captação	Amortização	Pgto juros	Saldo em 31/12/2013
988.500	153.717	69.011	-	-	(68.137)	(55.415)	1.087.676

	Consolidado									
	31/12/2013					30/12/2012				
	Principal				Total	Principal				Total
	Encargos circulante	Circulante	Total circulante	Não circulante		Encargos circulante	Circulante	Total circulante	Não circulante	
Mensuradas ao custo										
BNDES - Repotenciação	6	1.229	1.235	-	1.235	16	3.601	3.617	1.217	4.834
BNDES - Investimento	16.698	456.581	473.279	2.103.867	2.577.146	12.596	256.812	269.408	1.734.488	2.003.896
Instituições financeiras	10.591	363.556	374.147	679.357	1.053.504	15.867	425.024	440.891	749.380	1.190.271
Total	27.295	821.366	848.661	2.783.224	3.631.885	28.479	685.437	713.916	2.485.085	3.199.001

Consolidado									
Saldo em 31/12/2011	Aquisição BVP	Aquisição Lacenas	Liberações	Juros	Custo de captação	Amortização do custo de captação	Amortização	Pgto juros	Saldo em 31/12/2012
1.475.143	500.450	56.256	1.325.406	184.034	-	-	(218.094)	(124.194)	3.199.001

Consolidado							
Saldo em 31/12/2012	Liberações	Juros	Custo de captação	Amortização do custo de captação	Amortização	Pgto juros	Saldo em 31/12/2013
3.199.001	1.408.774	250.497	-	1.932	(1.026.293)	(202.026)	3.631.885

Mensuradas ao custo	Consolidado		Remuneração anual	Condições de Amortização	Principais garantias
	31/12/2013	31/12/2012			
Moeda nacional					
BNDES - Repotenciação					
Banco do Brasil e Itaú (*)	1.235	4.818	TJLP + 3,1% a 4,3%	72 a 75 parcelas mensais a partir de setembro de 2007 e julho de 2008	Aval e Fiança da CPFL Energia e nota promissória
BNDES/BNB/FINEP/NIB - Investimento					
FINEM I	352.829	384.629	TJLP + 1,95%	168 parcelas mensais a partir de outubro de 2009 e julho de 2011	PCH Holding devedora solidária, carta fiança
FINEM II	31.997	35.395	TJLP + 1,90%	144 parcelas mensais a partir de junho de 2011	Fiança da CPFL Energia, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária dos direitos creditórios
FINEM III (*)	605.263	616.806	TJLP + 1,72%	192 parcelas mensais a partir de maio de 2013	Fiança da CPFL Energia, penhor de quotas, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária de direitos creditórios
FINEM V	113.106	124.508	TJLP + 2,8% e 3,4%	143 meses a partir de dezembro de 2011	PCH Holding 2 e CPFL Renováveis devedora solidária.
FINEM VI	76.673	71.742	TJLP + 2,05%	173 a 192 parcelas mensais a partir de outubro de 2013 e abril de 2015	Penhor de ações da CPFL Renováveis, cessão de recebíveis
FINEM VII	194.041	213.404	TJLP + 1,92 %	156 parcelas mensais a partir de outubro de 2010 a setembro de 2023	Penhor de ações, cessão fiduciária, alienação fiduciária das máquinas e equipamentos.
FINEM VIII	50.811	39.024	TJLP + 2,02%	192 parcelas a partir de janeiro de 2014	Penhor de Ações e Conta Reserva da SPE e Cessão de Recebíveis
FINEM IX	46.994	54.413	TJLP + 2,15%	120 parcelas a partir de maio de 2010	Penhor de Ações da Controlada, alienação fiduciária de máquinas e equipamentos, hipoteca de imóveis e carta de fiança
FINEM X	1.108	1.428	TJLP	84 parcelas a partir de outubro de 2010	Penhor de Ações.Cessão fiduciária.Alienação fiduciária das máquinas e equipamentos.
FINEM XI (*)	138.101	149.557	TJLP + 1,87% a 1,9%	De 108 a 168 parcelas mensais a partir de janeiro de 2012 e janeiro de 2013.	Fiança da CPFL Energia, penhor de quotas, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária de direitos creditórios
FINEM XII	333.745	-	TJLP + 2,18%	192 parcelas mensais a partir de julho de 2014	Fiança da CPFL Energia, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária conjunta de direitos creditórios e penhor de ações
FINAME I (*)	190.396	217.318	Pré-fixado 5,5%	102 a 108 parcelas mensais a partir de janeiro de 2012 a agosto de 2020	Fiança da CPFL Energia, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária conjunta de direitos creditórios
FINAME II	31.168	36.662	Pré-fixado 4,5%	102 parcelas mensais a partir de junho de 2011	Fiança da CPFL Energia, bens vinculados em alienação fiduciária e cessão fiduciária dos direitos creditórios.
FINAME III	129.659	59.025	Pré-fixado 2,5%	108 parcelas a partir de janeiro de 2014 e fevereiro de 2015	Penhor de Ações da CPFL Renováveis e penhor de Ações e Conta Reserva da SPE
FINEP I (*)	2.507	-	Pré-fixado 3,5%	61 parcelas mensais a partir de outubro de 2014	Fiança Bancária
Ponte BNDES II	84.507	-	TJ6 + 3,02 %	parcela única em Fevereiro de 2014	Penhor de Ações da SPE
Ponte BNDES III	194.242	-	TJLP + 3,02 %	parcela única em Fevereiro de 2014	Penhor de Ações da SPE
Instituições Financeiras:					
BNB	133.194	144.252	Pré fixado de 9,5% a 10% a.a. e bonus de adimplência de 15%	168 parcelas mensais a partir de janeiro de 2009 a 2028	Alienação Fiduciária, ação da controlada e garantia da SHIF Energy.
BNB	175.695	181.924	Pré fixado 10% a.a. e bonus de adimplência de 15% e 25%	222 parcelas mensais a partir de maio de 2010 a outubro de 2029	Fiança da CPFL Energia
NIB	79.109	82.489	ICPM + 8,63% a.a.	Juros e Principal amortizados trimestralmente início em junho 2011 até setembro 2023	Não existem garantias
Banco Safra	27.713	52.546	CDI + 0,4%	Parcelas anuais até dezembro de 2014	Não existem garantias
HSBC	343.190	397.523	CDI + 0,5%	8 parcelas anuais a partir de junho de 2013	Alienação de ações
Banco do Brasil - Nota promissória	-	331.538	108,5% do CDI	Parcela única em Janeiro de 2013	Alienação de ações
Banco do Brasil - Nota promissória	-	-	108,5% do CDI	Parcela única em Maio de 2013	Alienação de ações
Banco do Brasil - Nota promissória	144.428	-	108,5% do CDI	Parcela única em Janeiro de 2014	Alienação de ações
Banco Itaú - Capital de giro	-	-	CDI + 1,05%	parcela única em Novembro de 2013	Não existem garantias
Banco Itaú - Nota Promissória (*)	150.174	-	CDI + 105%	parcela semestral até jun/14	Não existem garantias
	3.631.885	3.199.001			

(*) Empréstimos registrados na controladora

Principais movimentações no exercício:

Moeda nacional

Investimento:

Ponte BNDES I e IV - Em 2012, o BNDES aprovou financiamento no montante de R\$175.476, destinado às controladas indiretas Macacos, Costa Branca, Juremas e Pedra Preta, e que foi captado no exercício de 2013. Em função da liberação do empréstimo de longo prazo (FINEM XII), o financiamento foi liquidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Ponte BNDES II e III - No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, as controladas pertencentes ao complexo eólico Atlântica captaram com o BNDES empréstimos ponte no montante de R\$263.714, com o objetivo de suprir as necessidades do projeto até a obtenção de financiamentos de longo prazo. Não há cláusulas restritivas para esta operação, apenas penhor de ações das controladas e fiança corporativa da CPFL Renováveis.

FINEM III - No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Controladora captou todo o saldo remanescente com o BNDES, no montante de R\$1.240.

FINEM VI - No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a controlada Salto Góes captou o montante de R\$1.690 com o BNDES. O saldo remanescente a ser liberado é o montante de R\$13.572.

FINEM VIII - Em 2013, as controladas Coopcana e Alvorada captaram o montante de R\$9.000 com o BNDES, desembolsando totalmente o saldo remanescente.

FINEM XII - Em novembro de 2013, o BNDES celebrou o financiamento de longo prazo no montante de R\$391.245 com as controladas indiretas Campo dos Ventos II, Macacos, Costa Branca, Juremas e Pedra Preta. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, as controladas indiretas captaram o montante de R\$333.745. O saldo remanescente a ser liberado é o montante de R\$57.500.

FINAME III - No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, as controladas Coopcana, Alvorada e Ester captaram R\$68.753 com o BNDES. O saldo remanescente a ser liberado é o montante de R\$46.938.

FINEP I - Em setembro de 2013 a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) celebrou o financiamento no montante de R\$2.502 com a CPFL Renováveis tendo como co-executora a SPE CPFL Solar 1 Energia. O empréstimo tem como objetivo financiar a implantação de tecnologias de geração de energia solar fotovoltaica para o projeto Solar 1. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foi liberado todo o montante. Não há cláusulas restritivas para esta operação, apenas a contratação de uma fiança bancária.

Instituições financeiras:

Banco do Brasil (Nota promissória e capital de giro) - Em 2012, as controladas Atlântica I, Atlântica II, Atlântica IV, Atlântica V, Alvorada e Coopcana assinaram contratos de financiamento na modalidade de notas promissórias no montante de R\$320.000 para a utilização na construção de quatro empreendimentos eólicos e dois de biomassa. Em janeiro de 2013, foram pagos R\$332.107 (R\$320.000 de principal e R\$12.107 de juros), e, na mesma data, foram emitidas novas notas promissórias no total de R\$230.000, ao mesmo custo de 108,5 % do CDI, com vencimento em maio 2013. Em maio de 2013, foi liquidado parcialmente o montante de R\$94.399 referente a essas novas notas promissórias, utilizando-se o empréstimo ponte do BNDES e em julho de 2013 o saldo remanescente foi liquidado com recursos advindos de uma nova emissão nas mesmas condições, no montante de R\$138.000. Não há cláusulas restritivas para esta operação.

Banco Itaú (Capital de Giro) - Em maio de 2013 a controlada Campos dos Ventos II captou, com Banco Itaú o montante de R\$35.000 para construção do referido projeto. Não há cláusulas restritivas para esta operação. Em novembro de 2013 o financiamento foi liquidado em seu respectivo vencimento.

Banco Itaú (Notas Promissórias) - Durante o exercício de 2013, a controladora, captou com o Banco Itaú, na modalidade de Nota Promissória, o montante de R\$150.000, com o objetivo de reforço de capital de giro. Não há cláusulas restritivas para esta operação.

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos de longo prazo têm vencimentos assim programados:

Controladora		Consolidado	
Vencimento	Valor	Vencimento	Valor
2015	78.167	2015	257.171
2016	78.167	2016	265.264
2017	78.167	2017	268.570
2018	78.167	2018	282.022
2019	78.084	2019	294.222
2020 a 2024	282.618	2020 a 2024	988.380
2025 a 2029	182.649	2025 a 2029	417.176
+2030	-	+2030	10.419
Total	856.019	Total	2.783.224

Condições Restritivas

Os contratos de empréstimos e financiamentos estão sujeitos a certas condições restritivas e contemplam cláusulas, entre outras, que requerem que a Companhia e/ou suas controladas mantenham determinados índices financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos. Os empréstimos vigentes em 2013 têm as seguintes cláusulas restritivas relacionadas a indicadores financeiros:

FINEM I e FINEM VI

- Manutenção de Índice de Cobertura da Dívida em 1,2 vezes, durante o período de amortização.
- Manutenção de Índice de Capitalização Própria igual ou superior a 25%, durante o período de amortização.

FINEM II e FINAME II

- Restrição à distribuição de dividendos caso não sejam atingidos Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,0 e Índice de Endividamento Geral menor ou igual a 0,8.

FINEM III

- Manutenção de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Bancárias Líquidas) superior a 0,28 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia S/A, durante a vigência do contrato.
- Manutenção de Índice de Dívida Bancária Líquida/EBITDA menor ou igual a 4,0 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia S/A, durante o período de amortização.

FINEM V

- Manutenção de Índice de Cobertura da Dívida em 1,2 vezes, durante o período de amortização.
- Manutenção de Índice de Capitalização Própria igual ou superior a 30%, durante o período de amortização.

Em 31 de dezembro de 2012 a Santa Luzia Energética S.A. não atendeu o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD), cujo parâmetro previa uma geração de caixa correspondente a 1,2 vezes o serviço da dívida do respectivo período. O montante total da dívida, de R\$112.747, foi classificado no passivo circulante. Não houve declaração de vencimento antecipado da dívida em razão do não atendimento do ICSD pactuado em 31 de dezembro de 2012.

Em 20 de fevereiro de 2013, a Companhia obteve do Banco do Brasil a dispensa para apuração do ICSD referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, bem como para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e para todos os trimestres até 30 de junho de 2014. O descumprimento do referido “covenant” também não provocou o vencimento antecipado das demais dívidas que possuem condições específicas de “cross-default”.

Em 26 de setembro de 2013, a Companhia obteve do Banco do Brasil nova dispensa para apuração do ICSD referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e para todos os trimestres até 30 de setembro de 2014. O descumprimento do referido “covenant” também não provocou o vencimento antecipado das demais dívidas que possuem condições específicas de “cross-default”.

Em 31 de dezembro de 2013 a companhia atendeu aos “covenants” do FINEM V.

FINEM VII e X

- Manutenção anual de Índice de Cobertura da Dívida em 1,2 vezes, durante o período de amortização.
- Manutenção de saldos mínimos em conta reserva.
- Distribuição de dividendos limitada ao índice Exigível Total dividido pelo Patrimônio Líquido ex-Dividendos menor que 2,33.

FINEM VIII e FINAME III

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,2 durante a vigência do contrato.
- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 7,5 em 2013, 6,0 em 2014, 5,6 em 2015, 4,6 em 2016 e 3,75 em 2017 em diante e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis, durante a vigência do contrato.
- Manutenção de Índice de Patrimônio Líquido/ (Patrimônio Líquido + Dívidas Líquidas) maior ou igual a 0,41 nos anos de 2013 a 2016 e 0,45 em 2017 e em diante, apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis, durante a vigência do contrato.

FINEM IX

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,3 durante a vigência do contrato.

FINEM XI e FINAME I

- Manutenção de Índice de Dívida Bancária Líquida/EBITDA menor ou igual a 4,0 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da CPFL Energia S.A., durante o período de amortização.

FINEM XII

- Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida das SPEs maior ou igual a 1,3, após o início de amortização e durante a vigência do contrato.
- Manutenção anual do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Consolidado maior ou igual a 1,3 apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da Eólica Holding, após o início de amortização e durante a vigência do contrato.

PONTE I, II, III e IV

- Manutenção de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Bancárias Líquidas) superior a 0,41 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis, durante a vigência do contrato.
- Manutenção de Índice de Dívida Bancária Líquida/EBITDA menor ou igual a 7,5 em 2013 e 6,0 em 2014 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis, durante a vigência do contrato.

HSBC

- A partir de 2013 há a obrigação de manter a relação entre Dívida Líquida e EBITDA com Caixa Acumulado inferior a 5,00 em 2013 e a 3,50 nos demais anos até a quitação.

NIB

- Manutenção semestral de Índice de Cobertura da Dívida em 1,2 vezes, durante o período de amortização.
- Manutenção da razão entre Dívida Total e Patrimônio Líquido igual ou superior a 30%, durante o período de amortização.
- Manutenção de Índice de Cobertura da Duração do Financiamento maior ou igual a 1,7 durante o período de amortização.

A Administração da Companhia e de suas controladas monitoram esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas.

No entendimento da Administração da Companhia e de suas controladas, todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores sejam mensurados na data base estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2013.

16. DEBÊNTURES

Quantidade em circulação	Remuneração anual	Condições de amortização	Garantias	Controladora									
				31/12/2013					31/12/2012				
				Encargos	Circulante	Total Circulante	Não circulante	Total	Encargos	Circulante	Total Circulante	Não circulante	Total

43.000	CDI + 1,7%	Principal anual a ser pago a partir de maio de 2015 e juros semestrais pagos a partir de novembro 2012	Cessão Fiduciária dos dividendos da BVP e PCH Holding	5.065	-	5.065	427.403	432.468	3.761	-	3.761	426.921	430.682
				5.065	-	5.065	427.403	432.468	3.761	-	3.761	426.921	430.682

Controladora							
Saldo em 31/12/2011	Emissão	Juros	Custo de emissão	Amortização do custo de emissão	Amortização	Pgto juros	Saldo em 31/12/2012
-	430.000	24.044	(3.673)	594	-	(20.283)	430.682

Controladora							
Saldo em 31/12/2012	Emissão	Juros	Custo de emissão	Amortização do custo de emissão	Amortização	Pgto juros	Saldo em 31/12/2013
430.682	-	41.667	-	482	-	(40.363)	432.468

Quantidade em circulação	Remuneração anual	Condições de amortização	Garantias	Consolidado									
				31/12/2013					31/12/2012				
				Encargos	Circulante	Total Circulante	Não circulante	Total	Encargos	Circulante	Total Circulante	Não circulante	Total

432.299.666	TJLP + 1%	39 parcelas semestrais e consecutivas a partir de 2009	Alienação Fiduciária	814	34.872	35.686	474.171	509.857	1.774	33.483	35.257	481.051	516.308
43.000	CDI + 1,7%	9 parcelas pagas anualmente a partir de maio de 2015 e juros semestrais pagos a partir de novembro 2012	Cessão Fiduciária dos dividendos da BVP e PCH Holding	5.065	-	5.065	427.402	432.467	3.760	-	3.760	426.921	430.681
1.581	CDI + 1,6%	9 parcelas pagas anualmente de 2015 a 2023 e juros pagos mensalmente a partir de junho 2015.	Fiança da CPFL Renováveis	-	-	-	190.370	190.370	-	-	-	172.968	172.968
				5.879	34.872	40.751	1.091.943	1.132.694	5.534	33.483	39.017	1.080.940	1.119.957

Consolidado							
Saldo em 31/12/2011	Emissão	Juros	Custo de emissão	Amortização do custo de emissão	Amortização	Pgto juros	Saldo em 31/12/2012
516.810	588.193	76.955	(5.856)	2.095	(27.890)	(30.350)	1.119.957

Consolidado							
Saldo em 31/12/2012	Emissão	Juros	Custo de emissão	Amortização do custo de emissão	Amortização	Pgto juros	Saldo em 31/12/2013
1.119.957	-	90.472	-	2.262	(27.891)	(52.106)	1.132.694

O saldo de debêntures de longo prazo tem seus vencimentos assim programados:

Controladora		Consolidado	
Vencimento	Valor	Vencimento	Valor
2015	21.500	2015	98.896
2016	43.000	2016	86.573
2017	43.000	2017	86.573
2018	64.500	2018	108.073
2019	64.500	2019	124.050
2020 a 2024	190.903	2020 a 2024	466.574
2025 a 2029	-	2025 a 2029	121.204
+2030	-	+2030	-
Total	427.403	Total	1.091.943

Condições Restritivas

As emissões de debêntures vigentes no exercício contemplam cláusulas que requerem da Companhia a manutenção dos seguintes índices financeiros:

1ª emissão - CPFL Renováveis

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida da Operação maior ou igual a 1,00.
- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,05.
- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA inferior ou igual a 7,5 em 2013, 6,0 em 2014, 5,6 em 2015, 4,6 em 2016 e 3,75 de 2017 em diante.
- Manutenção de Índice EBITDA/Despesa Financeira Líquida maior ou igual a 1,75.

1ª emissão - PCH Holding 2

- Manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida da controlada Santa Luzia maior ou igual a 1,2 a partir de setembro de 2014
- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA inferior ou igual a 7,5 em 2013, 6,0 em 2014, 5,6 em 2015, 4,6 em 2016 e 3,75 de 2017 em diante.

Em 30 de junho de 2013 a Santa Luzia Energética S.A. não atendeu o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD), cujo parâmetro previa uma geração de caixa correspondente a 1,2 vezes o serviço da dívida do respectivo período. Não houve declaração de vencimento antecipado da dívida em razão do não atendimento do ICSD pactuado em 30 de junho de 2013, tendo em vista que em 15 de maio de 2013, a Companhia obteve do Banco Santander S.A. a dispensa para apuração do ICSD referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, bem como para o semestre a findar-se em 30 de junho de 2014. O descumprimento do referido “covenant” também não provocou o vencimento antecipado das demais dívidas que possuem condições específicas de “cross-default”.

Em Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª. (Primeira) Emissão de Debêntures Simples da controlada PCH Holding 2, realizada em 3 de setembro de 2013, foi deliberada a alteração da Clausula 4.13.1 da Escritura, a fim de definir que o cálculo dos Índices Financeiros previstos na escritura, fosse alterado, de forma a prever que o início da apuração do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida da controlada Santa Luzia passe a ser efetuado a partir de 30 de setembro de 2014, referente aos últimos 12 meses, e ao final dessa apuração esse índice passe a ser apurado ao final de cada ano.

A Administração da Companhia e de suas controladas monitoram esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas.

No entendimento da Administração da Companhia e de suas controladas, todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores sejam mensurados na data base estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2013.

17. CONTAS A PAGAR DE AQUISIÇÕES

Na controladora e no consolidado, o saldo em 31 de dezembro de 2013 desta conta totaliza R\$10.477 (R\$11.369 em 31 de dezembro de 2012), conforme segue:

- Inclui R\$6.035 referentes à compra dos projetos de geração eólica, São Benedito, São Domingos, Santa Mônica, Santa Úrsula, Ventos de São Martinho e Ventos de Santo Dimas, todos localizados no Estado do Ceará, e Campos dos Ventos I, Campos dos Ventos III, Campos dos Ventos IV, Campos dos Ventos V e Eurús V, todos localizados no Estado do Rio Grande do Norte. O valor será pago na entrada em operação desses parques eólicos e será corrigido pela inflação (IGP-M e IPCA).
- A Companhia firmou compromisso com o sócio minoritário referente a pagamento complementar na compra das SPEs Cajueiro Energia S.A. e Baixa Verde Energia S.A., condicionado à viabilização dos parques eólicos para participação em leilões de energia para construção de empreendimentos. Caso a transação seja completada, a Companhia deverá desembolsar, até 2015, o montante de R\$4.442, atualizado monetariamente pelo IGP-M.
- A Companhia reteve R\$1.408 referentes à aquisição da usina de biomassa Lacenas. Em decorrência da apuração do preço final ocorrida ao final do exercício de 2013, o montante de R\$1.313 foi revertido contra a rubrica de direito de concessão no Intangível, e o montante de R\$95 foi pago.

Em 2012, a Companhia liquidou o passivo de R\$152.442 (R\$151.534 referentes ao preço base e R\$908 referentes ao ajuste de preço) relacionado à aquisição da Santa Luzia Energética S.A. e o valor de R\$18.432 relacionado à aquisição da Jantus, reconhecidos nesta rubrica em 31 de dezembro de 2011.

Em agosto de 2012, a Companhia liquidou o montante de R\$83.428 aos antigos acionistas da BVP (ver nota explicativa nº 1.2) a título de complemento de preço.

18. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES - CONSOLIDADO

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo consolidado desta conta totaliza o montante de R\$11.775 (R\$14.584 em 31 de dezembro de 2012), sendo o valor de R\$1.339 relativo ao faturamento antecipado efetuado à Câmara de Comercialização de Energia, sem que tivesse havido ainda o fornecimento de energia das respectivas controladas Bio Pedra e Campos dos Ventos. As controladas Alto Irani e Plano Alto apresentam o valor de R\$32 relativo ao faturamento antecipado efetuado à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. As controladas Bio Formosa e Lacenas possuem o montante de R\$328 com o cliente Cia Energética de Pernambuco. A controlada Bio Formosa possui o montante de R\$9.292 com os clientes: Ampla, Bandeirante, CELG, CEMIG, Centrais Elétricas do Pará, CEPISA, Cia Estadual de Distribuição de Energia, Companhia Energia do Ceará, Companhia Energética do Rio Grande Sul, Companhia Paulista de Força e Luz, Copel, Elektro, AES Eletropaulo, Empresa Energética do Mato Grosso, Energisa Paraíba, Energia Sergipe, Espírito Santo Centrais Elétricas, e Ligth Serviços de Eletricidade. A controlada Bioenergia possui o montante de R\$784 com a Baldin Bioenergia S.A referente ao faturamento antecipado do fornecimento de energia.

19. PROVISÕES PARA CUSTOS SOCIOAMBIENTAIS E DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS - CONSOLIDADO

Consolidado					
Saldo em 31/12/2011	Reversão de Provisão	Provisão	Pagamentos	Atualização	Saldo em 31/12/2012
83.125	(66.773)	37.674	(2.709)	4.178	55.495

Consolidado					
Saldo em 31/12/2012	Reversão de Provisão	Provisão	Pagamentos	Atualização	Saldo em 31/12/2013
55.495	(17.747)	-	(4.166)	3.905	37.487

19.1. Provisões para custos socioambientais

Considerando que: (a) até a entrada em operação comercial das PCHs ou das eólicas, a Companhia obtém todas as licenças ambientais e, conseqüentemente, tem uma obrigação de cumprir as obrigações nelas constantes para poder operar; (b) que essa obrigação decorre de eventos já ocorridos (construção da usina); e (c) que se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, a Companhia provisiona os custos socioambientais no passivo circulante e não circulante e incorpora tal custo no ativo imobilizado durante o período de construção dos empreendimentos. Após a entrada em operação, tais custos são registrados diretamente no resultado.

A provisão é inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e por mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados, os quais são considerados suficientes para os desembolsos futuros das controladas durante a fase de construção e operação das usinas em operação.

A Companhia tem como prática a revisão e atualização de suas provisões. No exercício de 2013, a Companhia revisou suas estimativas de gastos com custos socioambientais e, em decorrência, foi feita a reversão no valor total de R\$17.747, em contrapartida ao imobilizado (lançamento original).

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo total da provisão para custos socioambientais era de R\$3.016 (R\$9.278 em 31 de dezembro de 2012) no passivo circulante e R\$4.970 (R\$17.388 em 31 de dezembro de 2012) no passivo não circulante.

19.2. Provisões para desmobilização de ativos

A controladas indiretas assumiram obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo total da provisão para desmobilização de ativos era de R\$29.501 (R\$28.829 em 31 de dezembro de 2012) registrada no passivo não circulante.

20. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a processos judiciais e procedimentos administrativos no âmbito trabalhista, previdenciário, tributário, cível e ambiental.

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, constitui provisão para causas cujo desfecho desfavorável é avaliado como provável.

O saldo das provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais encontra-se a seguir:

Controladora							
	31/12/2011	Provisão	Reversão	Pagamento	Atualização	Transferência	31/12/2012
Trabalhista	-	560	(239)	(119)	9	-	211
Cíveis	-	571	-	-	35	-	606
Outros passivos contingentes	-	35	-	-	-	-	35
	-	1.166	(239)	(119)	44	-	852
Depósitos judiciais	-	(83)	18	-	-	-	(65)

Controladora							
	31/12/2012	Provisão	Reversão	Pagamento	Atualização	Transferência	31/12/2013
Trabalhista	211	345	(83)	(124)	13	-	362
Cíveis	606	1.500	-	-	44	-	2.150
Outros passivos contingentes	35	-	-	-	-	-	35
	852	1.845	(83)	(124)	57	-	2.547
Depósitos judiciais	(65)	(137)	26	7	(8)	-	(177)

Consolidado							
	31/12/2011	Provisão	Reversão	Pagamento	Atualização	Transferência	31/12/2012
Trabalhista	360	1.374	(1.248)	(241)	11	-	256
Cíveis	571	582	(664)	-	38	93	620
Tributárias	93	-	-	-	-	(93)	-
Outros passivos contingentes	13.950	10.035	-	-	-	-	23.985
Total	14.974	11.991	(1.912)	(241)	49	-	24.861
Depósitos judiciais	(24)	(290)	113	-	-	-	(201)

Consolidado							
	31/12/2012	Provisão	Reversão	Pagamento	Atualização	Transferência	31/12/2013
Trabalhista	256	500	(129)	(131)	16	-	512
Cíveis	620	1.529	-	-	44	-	2.193
Tributárias	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos contingentes	23.985	-	-	-	-	-	23.985
Total	24.861	2.029	(129)	(131)	60	-	26.690
Depósitos judiciais	(201)	(1.569)	34	7	(22)	-	(1.751)

A Companhia reconheceu, na data da aquisição da Jantus e Bons Ventos, passivos contingentes avaliados ao seu valor justo na combinação de negócios, no montante de R\$23.985, sendo R\$13.950 da Jantus e R\$10.000 de Bons Ventos e R\$35 da associação da ERSa e CPFL, decorrente de riscos trabalhistas, tributários e cíveis. A Companhia também reconheceu o ativo indenizável pelo montante de R\$23.950 equivalente ao passivo (nota explicativa nº 9), conforme condições contratuais.

Riscos cuja probabilidade de perda é considerada possível são:

Cíveis

Em 31 de dezembro de 2013, as controladas eram parte passiva em 21 ações judiciais cíveis e ambientais e procedimentos administrativos ambientais, com prognóstico de perda classificado como possível estimado em R\$4.783 e para o qual, portanto, não foi constituída provisão. As ações cíveis em andamento versam, em geral, sobre indenização decorrente de desapropriação de área ou servidão, bem como uma ação de indenização por danos morais e materiais com valor de causa no montante de R\$2.030 cujo escopo é a discussão acerca do descumprimento de cláusulas contratuais.

Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2013, as controladas eram parte passiva em 107 judiciais trabalhistas e procedimentos administrativos trabalhistas com valor estimado em R\$2.904 e cujo prognóstico de perda foi classificado pelos advogados externos como possível, portanto, não foi constituída nenhuma provisão contábil.

As ações judiciais trabalhistas e procedimentos administrativos trabalhistas versam, em geral, sobre pedidos e infrações relacionados às prestadoras de serviço terceirizadas.

Tributárias

Em 31 de dezembro de 2013, as controladas eram parte em doze processos administrativos de natureza fiscal-tributária, tendo como valor envolvido atualizado o montante de R\$76.754, versando exclusivamente sobre recolhimento de ISS e cujo prognóstico de perda foi classificado pelos advogados externos como possível, portanto, não foi constituída provisão contábil.

Outros

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas eram parte ativa em ação judicial de natureza regulatória, relacionada com a cobrança do encargo de serviço do sistema - ESS, prevista na Resolução CNPE nº. 03, de 06 de março de 2013, na qual a Companhia e suas controladas, por meio da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE e a Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa - ABRAGEL, obtiveram liminar que suspende a cobrança do referido encargo. O valor envolvido totaliza R\$11.631. Os assessores jurídicos externos da Companhia qualificaram o risco de êxito dessa ação como possível. Nenhum passivo foi constituído em relação a esse tema.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social subscrito e integralizado monta a R\$2.907.487 (R\$2.675.731 em dezembro de 2012), representado por 441.425.692 (412.274.029 em dezembro de 2012) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Cada ação tem direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 17 de julho de 2013, foi aprovado o aumento de capital da Companhia, no montante de R\$350.000, decorrente da Oferta Pública de Ações, mediante a emissão de 27.977.618 ações ordinárias, sendo destinado o montante de R\$222.422 à conta de capital social e o restante, no montante de R\$127.578, destinado à conta de reserva de capital.

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 19 de agosto de 2013, foi aprovado o aumento de capital da Companhia, mediante a emissão de 1.174.045 ações, distribuídas na Oferta Pública de Ações, ao preço de emissão de R\$12,51. Do montante total emitido, que totalizou R\$14.687, o montante de R\$9.334 foi destinado a conta de capital social e o restante, no montante de R\$5.353, foi destinado à conta de reserva de capital.

b) Composição acionária

A composição acionária, incluindo os efeitos do grupamento de ações, conforme descrito no item (c), da Companhia é a seguinte:

Acionistas	31/12/2013		31/12/2012	
	Ordinárias	%	Ordinárias	%
CPFL Geração de Energia S.A.	259.748.799	58,84%	146.312.932	35,49%
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	0,00%	113.435.867	27,51%
Secor LLC	24.255.307	5,49%	38.082.654	9,24%
Patria Energia Fundo de Invest. Em Participações	21.064.242	4,77%	33.072.441	8,02%
Pátria Energia Renovável - Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura	3.699.532	0,84%	5.808.543	1,41%
Fundo de Invest. Partic. Brasil Energia	31.439.288	7,12%	31.439.288	7,63%
DEG - Deutsche Investitions Und Ent MBH	6.499.722	1,47%	10.205.052	2,48%
Fundo de Invest. Partic. Multisetorial Plus	13.104.207	2,97%	20.574.590	4,99%
Previ	31.974.420	7,24%	-	0,00%
GMR Energia S.A.	8.498.104	1,93%	9.210.360	2,23%
Outros	41.142.071	9,33%	4.132.302	1,01%
	441.425.692	100%	412.274.029	100%

Em 28 de março de 2013, a CPFL Energia, de forma a promover a centralização das atividades de geração de energia na CPFL Geração, realizou, a operação de cisão parcial da CPFL Brasil, que resultou na transferência para a CPFL Geração dos ativos e passivos relacionados ao investimento de 27,51%, detido pela CPFL Brasil na Companhia. Após a operação, a CPFL Geração, anteriormente detentora de 35,49% do capital social da Companhia, passou a deter 63% do capital social da Companhia, anteriormente à Oferta Pública de Ações da Companhia.

Em 19 de agosto de 2013, foi concluída a Oferta Pública de distribuição primária 27.977.618 de ações ordinárias, secundária de 43.964.828 de ações ordinárias e complementares de 1.174.045 de ações ordinárias da Companhia, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal e livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, lançada em 27 de junho de 2013. Foram distribuídas, no total, 73,1 milhões de ações a R\$12,51 cada, perfazendo o montante de R\$914.686. A operação promoveu a captação bruta: (i) de R\$364.687 na oferta primária e complementar, que foram destinadas à conta de capital social até o valor do preço por ação correspondente ao patrimônio líquido dividido pelo número total de ações na data base de 31 de março de 2013, data da última informação contábil disponível antes da Oferta, e o valor remanescente de recursos líquidos foi destinado à conta de reserva de capital; e (ii) de R\$549.999 na oferta secundária, tendo sido vendidas 43,9 milhões de ações ordinárias por determinados acionistas da Companhia. Os custos de captação incorridos nesta operação montam a R\$36.187.

c) Grupamento de ações

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de maio de 2012, foi aprovado o grupamento da totalidade das ações de emissão da Companhia, na proporção de 5 para 1, ou seja, cada 5 (cinco) ações ordinárias foram grupadas em 1 (uma) ação ordinária, com a consequente modificação do “caput” do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia.

d) Reservas de capital

A Companhia detém intangível de direito de exploração (autorização) no montante de R\$528.988 em 31 de dezembro de 2013 e 2012, em contrapartida à rubrica “Reserva de ágio na subscrição de ações”, no patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia também detém o montante de R\$75.601, líquido dos custos de captação, na rubrica “Reserva de ágio na subscrição de ações”, decorrente dos aumentos de capital ocorridos pela conclusão da Oferta Pública de Ações, em 19 de agosto de 2013 (vide (a) acima). Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia realizou a absorção da parcela excedente do prejuízo do exercício no montante de R\$21.143, conforme previsto no artigo 200 da Lei nº 6.404/76.

e) Reserva de lucros - legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia absorveu o prejuízo do exercício com o saldo de reserva legal, no montante de R\$1.578, conforme previsto no artigo 189 da Lei nº 6.404/76.

f) Reserva de lucros - retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros tem como objetivo principal atender aos planos de investimentos previstos em orçamento de capital para expansão da capacidade de geração direcionada para os empreendimentos de PCH, eólicos e de biomassa. O orçamento de capital foi aprovado em AGO.

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia absorveu o prejuízo do exercício com o saldo de reserva de retenção de lucros, o montante de R\$22.492, conforme previsto no artigo 189 da Lei nº 6.404/76.

g) Reserva de lucros a realizar

No exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do Estatuto Social da Companhia, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar.

Considera-se realizada a parcela do lucro líquido do exercício que exceder o resultado líquido positivo da equivalência patrimonial.

No exercício de 2013, a Companhia recebeu o montante de R\$182.828 de suas controladas a título de dividendos, referentes ao exercício de 2012 e dividendos antecipados, referentes ao exercício de 2013, realizando assim o saldo de reserva de lucros a realizar.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia absorveu o prejuízo do exercício com o saldo de reserva de lucros a realizar no montante de R\$7.496, conforme previsto no artigo 189 da Lei nº 6.404/76.

h) Dividendos

Conforme o Estatuto Social, os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

i) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício.

O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício, considerando os efeitos dilutivos e de instrumentos conversíveis em ações.

Em conformidade com a CPC 41, equivalente ao IAS 33 - Resultado por Ação, a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido (prejuízo) aos montantes usados para calcular o lucro (prejuízo) básico e diluído por ação.

	2013	2012
A. Lucro (prejuízo) básico por ação		
Numerador		
(Prejuízo) lucro disponível aos acionistas ordinários (em milhares R\$)	(54.947)	8.291
Denominador		
Média ponderada de número de ações ordinárias	425.505.767	412.274.029
(Prejuízo) lucro básico por ação (R\$ por ação)	(0,13)	0,02
B. (Prejuízo) lucro diluído por ação		
Numerador		
(Prejuízo) lucro disponível aos acionistas ordinários (em milhares R\$)	(54.947)	8.291
Efeito dilutivo das debêntures conversíveis	(42.371)	(27.837)
(Prejuízo) lucro disponível aos acionistas ordinários	(97.318)	(19.546)
Denominador		
Média ponderada de número de ações ordinárias	425.505.767	412.274.029
(Prejuízo) lucro diluído por ação (R\$ por ação)	(0,23)	(0,05)

De acordo com o CPC 41 Resultado por Ação, o cálculo da quantidade média ponderada de ações levou em consideração o evento ocorrido em 31 de maio de 2012, de grupamento de ações, em função de não ter ocorrido alteração de recursos financeiros e ainda os aumentos de capital ocorridos em 17 de julho de 2013 e 19 de agosto de 2013.

O efeito dilutivo do numerador no cálculo de lucro por ação diluído considera os efeitos dilutivos das debêntures conversíveis em ações emitidas por controladas da Companhia (nota explicativa nº 16). Estes instrumentos reduzem o resultado disponível aos acionistas controladores da Companhia. Os efeitos foram calculados considerando a premissa de que, tais debêntures seriam convertidas em ações ordinárias das controladas no início do exercício.

Os efeitos apurados no denominador do cálculo de lucro por ação diluído oriundos do plano de pagamento baseado em ações (nota explicativa nº 10.2) foram considerados anti dilutivos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012. Por este motivo, estes efeitos não foram incluídos no cálculo de cada exercício.

j) Ajuste de avaliação patrimonial

Determinados empreendimentos foram avaliados pelo custo atribuído (“deemed cost”). O saldo líquido da mais-valia, no montante de R\$56.973 (valor original) foi registrado na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”. O saldo em 31 de dezembro de 2013 é de R\$51.114.

k) Distribuição de dividendos

Os acionistas têm direito a dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. De acordo com as práticas contábeis internacionais, CPC 24 - Evento Subsequente e ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado. Já o dividendo proposto ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente.

Até 31 de dezembro de 2013 não houve distribuição de dividendos.

	Controladora	
	2013	2012
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(54.947)	8.291
(-) Compensação de prejuízos acumulados	-	-
(+) Realização da conta de ajuste de avaliação patrimonial	2.238	2.536
(Prejuízo) lucro líquido ajustado (a)	(52.709)	10.827
(-) Reserva legal (baseada no lucro líquido ajustado)	-	(541)
Base de cálculo dos dividendos	(52.709)	10.286
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%, antes da constituição da reserva de lucros a realizar (b)	-	2.571
Lucros a realizar:		
Equivalência patrimonial (nota explicativa nº 11)	193.907	189.156
Lucro não realizado (c)	(193.907)	(189.156)
Lucro realizado no exercício, correspondente aos dividendos mínimos obrigatórios a pagar (a) - (c) = (d)	-	-
Constituição da reserva de lucros a realizar (b) - (d)	-	2.571

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas são reconhecidas de acordo com os contratos firmados.

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receita de venda de energia	59.917	31.773	1.086.013	860.565
Outras receitas	9	58	1.405	383
Receita bruta	59.926	31.831	1.087.418	860.948
Deduções da receita bruta:				
Pis/Cofins	(5.542)	(2.944)	(67.038)	(49.844)
Encargos regulatórios	-	-	(1.769)	(4.684)
Receita operacional líquida	54.384	28.887	1.018.611	806.420

A seguir demonstramos a segregação de receita por tipo de contrato:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
CCEAR*	-	-	143.049	72.467
CER**	-	-	163.369	80.575
Mercado Livre	59.917	31.773	327.923	309.693
Proinfa	-	-	451.672	397.830
Total	59.917	31.773	1.086.013	860.565

* Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado

** Contrato de Energia de Reserva

Os contratos de venda de energia das controladas da Companhia que se encontram vigentes em 31 de dezembro de 2013 têm as seguintes características:

<u>Empreendimento/SPE</u>	<u>Tipo</u>	<u>Energia contratada (MWm)</u>	<u>Preço contratado (R\$/MWh)*</u>	<u>Índice de Reajuste</u>	<u>Mês de Reajuste</u>
Alto Irani	Proinfa	13,5	201,62	IGPM	Junho
Atlântica I	CCEAR	13,1	149,55	IPCA	Novembro *
Atlântica II	CCEAR	12,9	149,55	IPCA	Novembro *
Atlântica IV	CCEAR	13,0	149,55	IPCA	Novembro *
Atlântica V	CCEAR	13,7	149,55	IPCA	Novembro *
Americana	Mercado Livre	8,1	184,93	IGPM	Abril
Andorinhas	Mercado Livre	0,4	190,76	IGPM	Janeiro
Arvoredo	CCEAR	7,0	187,83	IPCA	**
Baia Formosa	CCEAR	11,0	208,43	IPCA	**
Bio Coopcana	Mercado Livre	18,0	142,88	IPCA	Janeiro
Bio Alvorada	Mercado Livre	18,0	142,88	IPCA	Janeiro
Bio Energia	Mercado Livre	12,8	186,16	IGPM	Janeiro
Barra da Paciência	Mercado Livre	13,4	188,94	IPCA	Janeiro
Bio Buriti	Mercado Livre	21,0	185,33	IPCA	Janeiro
Bio Ipê	Mercado Livre	8,2	185,33	IPCA	Janeiro
Bio Pedra	CER	24,4	170,94	IPCA	Março
Bons Ventos	Proinfa	15,9	349,38	IGPM	Março
Buritis	Mercado Livre	0,4	184,93	IGPM	Abril
Canoa Quebrada	Proinfa	22,9	313,25	IGPM	Junho
Campos dos Ventos II	CER	14,0	151,15	IPCA	Setembro
Capão Preto	Mercado Livre	2,3	184,93	IGPM	Abril
Chibarro	Mercado Livre	1,7	184,93	IGPM	Abril
Cocais Grande	Proinfa	5,0	201,62	IGPM	Junho
Corrente Grande	Mercado Livre	7,9	188,94	IPCA	Janeiro
Costa Branca	CCEAR	9,8	158,34	IPCA	Novembro ***
Diamante	Mercado Livre	1,6	177,16	IGPM	Janeiro
Dourados	Mercado Livre	7,0	184,93	IGPM	Abril
Eloy Chaves	Mercado Livre	11,6	184,93	IGPM	Abril
Enacel	Proinfa	10,0	351,78	IGPM	Junho
Esmeril	Mercado Livre	2,9	184,93	IGPM	Abril
Eurus VI	CER	3,0	184,71	IPCA	Julho
Foz do Rio Choró	Proinfa	7,4	355,63	IGPM	Agosto
Gavião Peixoto	Mercado Livre	3,8	184,93	IGPM	Abril
Guaporé	Mercado Livre	0,6	190,76	IGPM	Janeiro
Icaraízinho	Proinfa	21,5	313,90	IGPM	Março
Jaguari	Mercado Livre	4,5	184,93	IGPM	Abril
Juremas	CCEAR	7,5	165,12	IPCA	Novembro ***
Bio Ester	CCEAR	7,0	194,02	IPCA	**
Bio Ester	Mercado Livre	3,2	118,54	IPCA	Janeiro
Lençóis	Mercado Livre	1,0	184,93	IGPM	Abril
Macacos	CCEAR	9,7	165,12	IPCA	Novembro ***
Monjolinho	Mercado Livre	0,4	168,90	IGPM	Abril
Ninho da Águia	Mercado Livre	5,7	188,94	IPCA	Janeiro
Paíol	Mercado Livre	11,2	188,91	IPCA	Janeiro
Paracuru	Proinfa	11,8	309,32	IGPM	Março
Pedra Preta	CCEAR	10,1	158,34	IPCA	Novembro ***
Pinhal	Mercado Livre	3,7	184,93	IGPM	Abril
Pirapó	Mercado Livre	0,6	190,76	IGPM	Janeiro
Plano Alto	Proinfa	10,2	201,62	IGPM	Junho
Praia Formosa	Proinfa	1,8	354,70	IGPM	Julho
Praia Formosa - A	Proinfa	1,5	355,63	IGPM	Agosto
Praia Formosa - B	Proinfa	3,7	356,14	IGPM	Setembro
Praia Formosa - C	Proinfa	21,2	350,81	IGPM	Março
Salinho	Mercado Livre	0,7	190,76	IGPM	Janeiro
Salto Grande	Mercado Livre	2,6	184,93	IGPM	Abril
Santa Clara I	CER	13,0	184,71	IPCA	Julho
Santa Clara II	CER	12,0	184,71	IPCA	Julho
Santa Clara III	CER	12,0	184,71	IPCA	Julho
Santa Clara IV	CER	12,0	184,71	IPCA	Julho
Santa Clara V	CER	12,0	184,71	IPCA	Julho
Santa Clara VI	CER	12,0	184,71	IPCA	Julho
Santa Luzia	CCEAR	14,0	187,83	IPCA	**
Santa Luzia	Mercado Livre	4,0	213,25	IGPM	Agosto
Santana	Mercado Livre	2,6	184,93	IGPM	Abril
Salto Góes	CCEAR	11,1	176,67	IPCA	**
São Gonçalo	Mercado Livre	7,3	188,94	IPCA	Janeiro
São Joaquim	Mercado Livre	5,1	184,93	IGPM	Abril
Socorro	Mercado Livre	0,3	184,93	IGPM	Abril
Solar	Mercado Livre	0,2	172,72	IPCA	Janeiro
Taíba Albatroz	Proinfa	6,6	318,40	IGPM	Março
Três Saltos	Mercado Livre	0,5	184,93	IGPM	Abril
Varginha	CCEAR	4,0	187,83	IPCA	**
Várzea Alegre	Mercado Livre	4,3	188,94	IPCA	Janeiro
Total		<u>608,9</u>			

Data de Referência 31/12/2013

(*) Preço praticado do parque Atlântica com redução de 10% em virtude do atraso, valor sem dedução R\$ 166,17

(**) Reajuste do contrato é realizado na data do reajuste tarifário do comprador (distribuidora).

(***) Complexo Macacos início de operação postergada (Costa Branca, Juremas, Macacos, Pedra Preta)

23. CUSTO DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012 (reapresentado)
Custo:				
Custo de compra de energia (a)	(61.193)	(22.719)	(225.878)	(79.903)
Encargos de uso do sistema	(35)	-	(41.638)	(32.107)
Custo de operação das usinas	-	-	(47.596)	(40.531)
Materiais	-	-	(13.345)	(15.571)
Custo de pessoal	-	-	(12.035)	(12.856)
Arrendamentos	-	-	(9.301)	(8.514)
Depreciação e amortização	-	-	(217.452)	(176.157)
Outros custos de operação	-	-	(6.303)	(5.775)
Total	<u>(61.228)</u>	<u>(22.719)</u>	<u>(573.548)</u>	<u>(371.414)</u>
Despesas gerais e administrativas:				
Despesas com pessoal	(47.879)	(31.316)	(47.879)	(31.316)
Despesas de ocupação	(2.064)	(1.775)	(4.540)	(1.775)
Despesas com viagens e estadas	(348)	(1.743)	(1.002)	(2.444)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4)	-	(1.637)	(13.838)
Despesas gerais	(870)	(1.050)	(1.275)	(6.018)
Serviços profissionais	(16.297)	(34.580)	(30.155)	(43.328)
Impostos e taxas	(395)	(54)	(2.693)	(1.296)
Outros	(4.691)	(529)	(2.475)	(853)
Total	<u>(72.548)</u>	<u>(71.047)</u>	<u>(91.656)</u>	<u>(100.868)</u>
Remuneração dos administradores	(7.755)	(5.992)	(7.755)	(5.992)
Depreciação e amortização	(2.626)	(2.001)	(2.626)	(2.001)
Amortização do direito de exploração	-	-	(128.277)	(111.006)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(3)	1	1	-
Total	<u>(82.932)</u>	<u>(79.039)</u>	<u>(230.313)</u>	<u>(219.867)</u>

- (a) A Companhia e determinadas controladas participam do MRE - Mecanismo de Realocação de Energia. Durante o primeiro semestre de 2013, os participantes desse mecanismo não geraram o volume de garantia física sazonalizada pelos agentes no período devido a condições hidrológicas desfavoráveis. Decorrente deste fato, os agentes participantes do MRE tiveram que comprar energia no mercado de curto prazo a preços de PLD - Preço de Liquidação das Diferenças.

Adicionalmente, em decorrência da postergação de entrada em operação de algumas usinas durante o exercício de 2013 (nota explicativa nº 12 (d)), a Companhia e suas controladas compraram energia no mercado para honrar seus contratos.

24. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receitas financeiras:				
Receita de aplicação financeira	13.727	13.170	46.794	41.812
Variações monetárias ativas	-	-	-	4.247
Ajuste a valor presente	-	-	5.274	3.216
Outras	3.497	37	3.015	7.186
Total	<u>17.224</u>	<u>13.207</u>	<u>55.083</u>	<u>56.461</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre empréstimos e debêntures	(111.160)	(81.348)	(345.163)	(260.989)
Juros capitalizados no imobilizado	-	18.377	48.328	32.528
Fiança bancária/Comissões e corretagens	(211)	-	(1.969)	(6.396)
Variações monetárias passivas	(386)	-	(427)	(2.913)
Ajuste a valor presente	-	-	(3.905)	(3.019)
Outros juros	(1.587)	(85)	(160)	(84)
Outras	(3.500)	(246)	(10.947)	(13.211)
Total	<u>(116.844)</u>	<u>(63.302)</u>	<u>(314.243)</u>	<u>(254.084)</u>

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

25.1. Imposto de renda e contribuição social correntes

A Administração da Companhia adotou o regime de tributação com base no lucro presumido para apuração do imposto de renda e da contribuição social para suas controladas em operação, com exceção das SPEs, Bons Ventos, Formosa, Icaraizinho e Chimay que adotaram o regime de tributação com base no lucro real. Na controladora e nas SPEs em construção e em preparação (em desenvolvimento) foi adotado o regime de tributação com base no lucro real.

O quadro a seguir demonstra a reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social aplicando-se as alíquotas válidas para a controladora e os efeitos consolidados vigentes nos respectivos exercícios.

	Controladora			
	2013	2013	2012	2012
	IR	CS	IR	CS
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(54.946)	(54.946)	8.291	8.291
Alíquota vigente	25%	9%	25%	9%
Expectativa de crédito (débito) de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	13.737	4.945	(2.073)	(746)
Reconciliação para a taxa efetiva (efeitos da aplicação das taxas fiscais):				
Exclusão - equivalência patrimonial (nota explicativa nº 11)	48.477	17.452	47.289	17.024
Outras (adições) exclusões permanentes	(1.278)	(460)	(1.676)	(603)
Incentivos fiscais de dedução do IRPJ (Lucro de exploração)				
Créditos decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais não registrados em função da incerteza na sua realização	(60.936)	(21.937)	(43.540)	(15.675)
Aproveitamento de créditos decorrentes de sua realização	-	-	-	-
	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social - receita (despesa)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

	Consolidado			
	2013	2013	2012	2012
	IR	CS	IR	CS
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(44.410)	(44.410)	17.516	17.516
Alíquota vigente	25%	9%	25%	9%
Expectativa de crédito (débito) de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	11.103	3.997	(4.379)	(1.576)
Reconciliação para a taxa efetiva (efeitos da aplicação das taxas fiscais):				
Outras (adições) exclusões permanentes	2.144	(434)	(9.737)	(3.505)
Incentivos fiscais de dedução do IRPJ (Lucro de exploração)	13.300	-	10.439	-
Créditos decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais não registrados em função da incerteza na sua realização	(60.298)	(21.123)	(39.677)	(6.767)
Aproveitamento de créditos decorrentes de sua realização	4.569	1.645	4.099	1.476
Registro de prejuízo fiscal e base negativa	8.260	2.974		
Reversão do efeito da tributação - lucro real	32.404	11.667	48.766	17.851
Tributação pelo regime do lucro presumido, utilizando-se a receita bruta de vendas como base para cálculo.	(13.181)	(7.634)	(16.533)	(9.712)
Imposto de renda e contribuição social - receita (despesa)	<u>(1.699)</u>	<u>(8.908)</u>	<u>(7.022)</u>	<u>(2.233)</u>
Impostos - corrente	(29.093)	(18.185)	(22.993)	(13.233)
Impostos - diferido	27.394	9.277	15.971	11.000
Impostos líquidos	<u>(1.699)</u>	<u>(8.908)</u>	<u>(7.022)</u>	<u>(2.233)</u>
Alíquota efetiva - %	<u>3,8%</u>	<u>20,1%</u>	<u>(40,1%)</u>	<u>(12,7%)</u>

25.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis. Adicionalmente, algumas controladas da SIIF Energies e a Bons Ventos Participações S.A. (BVP), que apuram o imposto no regime de lucro real, registram os créditos fiscais sobre prejuízo fiscal acumulado e base negativa da contribuição social. Os créditos fiscais foram computados de acordo com as alíquotas vigentes para as empresas tributadas pelo lucro real.

As controladas indiretas Eólica Icaraizinho Geração e Comercialização de Energia S.A., Eólica Formosa Geração e Comercialização de Energia S.A. e a Bons Ventos Geradora de Energia S.A registram imposto de renda diferido ativo relacionado a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social considerando a sua expectativa de rentabilidade futura, tendo como base a aquisição do grupo econômico SIIF Energies e BVP pela Companhia e o consequente processo de reestruturação das dívidas destas controladas, visando à redução das suas despesas financeiras.

Os saldos dos impostos diferidos são apresentados no balanço pelo montante líquido, no nível da entidade legal. A apresentação dos impostos diferidos é conforme segue:

	Consolidado					
	31/12/2013			31/12/2012		
	CSLL	IRPJ	Total	CSLL	IRPJ	Total
Diferenças temporariamente indedutíveis - combinação de negócios CPFL Renováveis						
Impostos diferidos - ativo:						
Valor justo de ativo imobilizado (menos valia de ativos)	27.049	75.137	102.187	28.644	79.567	108.211
Prejuízo Fiscal - Base negativa	5.295	14.709	20.004	3.042	8.449	11.491
Total ativo	32.345	89.846	122.191	31.686	88.016	119.702
Impostos diferidos - passivo:						
Mais valia decorrente da apuração de custo atribuído	6.970	19.360	26.330	7.255	20.132	27.387
Mais valia de ativos recebidos da antiga ERSA	93.120	258.667	351.787	96.453	267.924	364.377
Intangível - direito de exploração/autorização Jantus, Santa Luzia, Complexo Atlântica, BVP e Lacenas	155.471	431.863	587.333	163.767	454.907	618.674
RTT Depreciação fiscal x societária	9.006	25.016	34.022	6.319	17.553	23.872
Total passivo	264.567	734.906	999.472	273.794	760.516	1.034.310
Total	232.222	645.059	877.281	242.108	672.500	914.608

Expectativa de recuperação	Consolidado
2014	12.340
2015	13.783
2016	10.526
2017	5.549
2018	5.549
2019 a 2023	27.743
2024 a 2028	27.743
2029 a 2032	18.958
Total	122.191

a) Resumo - apresentação no balanço patrimonial - consolidado

O saldo dos impostos diferidos são apresentados no balanço pelo montante líquido no nível da entidade legal. A apresentação dos impostos diferidos é conforme segue:

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Total do ativo	122.191	119.702
Total do passivo	(999.472)	(1.034.310)
	<u>(877.281)</u>	<u>(914.608)</u>
Classificado:		
Ativo líquido	20.004	11.491
Passivo líquido	<u>(897.285)</u>	<u>(926.099)</u>
	<u>(877.281)</u>	<u>(914.608)</u>

b) Movimentação dos saldos de impostos diferidos

	Ativo			Passivo		
	CSLL	IRPJ	Total	CSLL	IRPJ	Total
Saldo em 31.12.2011	1.941	5.391	7.332	192.912	535.868	728.780
Realização de impostos diferidos	(5.016)	(13.934)	(18.950)	(12.156)	(33.765)	(45.921)
Aquisições BVP	4.792	13.313	18.105	4.401	12.224	16.625
Adição intangível direito de exploração Atlântica/Lacenas/BVP/SIFs/ERSA	-	-	-	60.883	169.114	229.997
Reclassificação para obrigações tributárias	1.581	3.423	5.004	(890)	(2.492)	- 3.382
Saldo em 31.12.2012	3.298	8.193	11.491	245.150	680.949	926.099
	Ativo			Passivo		
	CSLL	IRPJ	Total	CSLL	IRPJ	Total
Saldo em 31.12.2012	3.298	8.193	11.491	245.150	680.949	926.099
Realização de impostos diferidos	(824)	(2.288)	(3.111)	(7.454)	(20.704)	(28.158)
Créditos fiscais diferidos	3.077	8.547	11.624	-	-	-
Baixa intágivel de direito de exploração Lacenas	-	-	-	(179)	(497)	(676)
Reclassificação para obrigações tributárias	-	-	-	1	19	20
Saldo em 31.12.2013	5.552	14.452	20.004	237.518	659.767	897.285

25.3. Créditos fiscais - Controladora

A Companhia possui prejuízos fiscais para os quais não foram registrados ativos diferidos de impostos conforme os seguintes valores-base:

	<u>Controladora</u>
	<u>R\$</u>
Prejuízos fiscais apurados até 31 de dezembro de 2013	<u>367.859</u>
Base negativa de contribuição social até 31 de dezembro de 2013	<u>367.859</u>

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

A Companhia apresenta prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias nas datas dos balanços. A decisão da Administração quanto ao não reconhecimento dos benefícios fiscais futuros está baseada: (i) no fato de a Companhia ser uma holding, cujos resultados são principalmente derivados da equivalência patrimonial de seus investimentos; e (ii) na ausência de histórico de apuração de lucros tributáveis até o momento que suporte o reconhecimento de créditos tributários diferidos.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que as empresas do grupo possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A Companhia mantém Política de Aplicações Financeiras e administração de recursos. A exposição máxima de caixa por instituição financeira, elegível nesta nova política, é limitada a 30% (trinta por cento) do caixa total, resultando em uma maior pulverização da exposição financeira, com consequente redução de risco versus baixo impacto na rentabilidade de caixa.

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos nem em outros ativos de risco.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

26.1. Classificações dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados como:

- a) Ativos financeiros, tendo como categorias: (i) empréstimos e recebíveis; (ii) mensurados ao valor justo através do resultado; (iii) mantidos até o vencimento; e (iv) disponíveis para venda. A classificação é realizada com base nos seguintes critérios:

(i) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em mercado ativo. Tais ativos financeiros são registrados ao custo histórico pelo método do custo amortizado.

A Companhia tem como principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

- Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5).
- Aplicação financeira vinculada (nota explicativa nº 6).
- Aplicação financeira (nota explicativa nº 6.1).
- Contas a receber de clientes (nota explicativa nº 7).
- Outros créditos (nota explicativa nº 9).
- Partes relacionadas (nota explicativa nº 10).

(ii) Mensurados ao valor justo através do resultado

São ativos financeiros os: (1) mantidos para negociação no curto prazo; (2) designados ao valor justo, com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas, a fim de obter-se informação contábil mais relevante e consistente; ou (3) derivativos. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

- Títulos e valores mobiliários (nota explicativa nº 6.2).

(iii) Mantidos até o vencimento

Correspondem aos ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem a intenção de mantê-los até o vencimento. Os ativos financeiros referentes a esta classificação são registrados ao custo histórico pelo método do custo amortizado.

A Companhia não possui ativos financeiros classificados nesta categoria.

(iv) Disponíveis para venda

Referem-se aos ativos financeiros que não se enquadram em nenhuma classificação anterior ou que sejam designados como disponíveis para venda. O registro desses ativos financeiros é realizado aos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o patrimônio líquido.

A Companhia não possui ativos financeiros classificados nesta categoria.

- b) Passivos financeiros, tendo como categorias: (i) mensurados ao valor justo através do resultado; e (ii) outros passivos financeiros. A classificação é realizada conforme os seguintes critérios:

(i) Mensurados ao valor justo através do resultado

São passivos financeiros os: (1) mantidos para negociação no curto prazo; (2) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente; ou (3) derivativos. Esses passivos são registrados pelos respectivos valores justos e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

A Companhia não possui passivos financeiros nesta categoria.

(ii) Outros passivos financeiros

São os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação anterior. Os passivos financeiros referentes a esta classificação são reconhecidos e amortizados seguindo essencialmente o método do custo amortizado.

Os principais passivos financeiros classificados nesta categoria são:

- Partes relacionadas (nota explicativa nº 10).
- Fornecedores (nota explicativa nº 14).
- Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 15).
- Debêntures (nota explicativa nº 16).
- Contas a pagar de aquisições (nota explicativa nº 17).

O valor justo dos instrumentos financeiros registrados pelo custo amortizado foi estimado com base em cotações de mercado disponíveis ou o uso de técnicas de avaliação, entre elas, o valor presente dos fluxos de caixa futuros. No entanto, métodos e premissas utilizados para a divulgação do valor justo são julgamentais. Assim, o valor justo estimado não reflete, necessariamente, valores que seriam recebidos ou pagos em caso de liquidação imediata desses instrumentos. O uso de metodologias ou premissas diferentes poderia ter um efeito material nos valores de mercado estimados.

As metodologias utilizadas são as seguintes:

- Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, outros créditos, fornecedores e outros passivos a curto prazo: devido à natureza de curto prazo destes saldos, os valores registrados se aproximam dos valores justos dos instrumentos na data destas demonstrações financeiras.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazo:

		Consolidado	
		31/12/2013	
		Contábil	Valor Justo
Mensuradas ao custo			
Moeda nacional			
BNDES - Repotenciação	Nível 2	1.235	1.235
BNDES - Investimento	Nível 2	2.577.147	2.082.374
Instituições financeiras	Nível 2	1.053.503	1.030.054
Debêntures	Nível 2	1.132.694	1.012.398
Total		4.764.579	4.126.061

O valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

- Transações com partes relacionadas: devido às características específicas dos acordos assinados entre a Companhia e suas controladas, entre elas, o fato dos AFACs não apresentarem remuneração ou data de vencimento, os valores registrados se aproximam dos valores justos dos instrumentos na data destas demonstrações financeiras.

26.2. Ativos registrados a valor justo no balanço patrimonial

A Companhia e suas controladas classificam seus instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, entre os Níveis 1 a 3, como descrito abaixo, com base no grau observável da apuração do valor justo:

- Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas através de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
- Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

A Companhia e suas controladas classificam seus títulos e valores mobiliários, no montante de R\$952, em 31 de dezembro de 2013 (R\$2.161 em 31 de dezembro de 2012) como sendo mensurações de valor justo de Nível 2.

26.3. Considerações sobre riscos

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeiras e patrimoniais de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de “rating”.

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de contas a receber de clientes, consolidado, inclui entre outros, valores devidos pelos seguintes agentes: (i) R\$105.054 (50% do total) pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS (Proinfa), (ii) R\$51.340 (24% do total) pela Câmara de Comercialização Energia (iii) R\$24.672 (12% do total) pelo grupo CPFL (acionista controlador), (iv) R\$6.959 (3% do total) por um grande consumidor e (v) R\$22.721 (11% do total) por outras empresas. Adicionalmente, a Companhia possui saldos a receber da Baldin Bioenergia S.A. (vide nota explicativa nº 9).

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas controladas fazem para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (“covenants”) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros

Em conformidade à instrução CVM N° 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de ilustrar sua sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado.

Supondo: (i) que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados a taxa de juros variáveis de 31 de dezembro de 2013 fosse mantido e que os respectivos indexadores anuais apurados na data base de 31 de dezembro de 2013 permaneçam estáveis (CDI em 9,77% ao ano, TJLP em 5,0% ao ano, IGPM em 5,53% ao ano e TR em 0,19% ao ano); (ii) elevação dos índices atuais em 25%; e (iii) elevação dos índices atuais em 50%. O cenário “(1)” é o que reflete melhor a expectativa da Administração para os possíveis impactos das transações descritas.

A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação desses cenários no resultado financeiro do Consolidado para os próximos 12 meses seria a seguinte:

Instrumentos	Consolidado				
	Indexador	Exposição	Cenário I	Elevação de índice em 25%	Elevação de índice em 50%
<u>Ativo Financeiro</u>					
Aplicação CDB/Debêntures/Títulos Públicos	CDI	92.869	8.748	10.935	13.122
Títulos e Valores Mobiliários	TR	952	2	3	3
Aplicação Fundos*	CDI	737.923	72.417	90.521	108.626
		831.744	81.167	101.459	121.751
<u>Passivo Financeiro</u>					
Empréstimos e Financiam. BNDES e FDNE	TJLP+1,73%	(3.105.316)	(209.076)	(247.892)	(286.709)
Empréstimos e Financiam. NIB	IGPM+8,63%	(79.754)	(11.290)	(12.391)	(13.493)
Empréstimos e Financiam. FNE	PRÉ 9,95%	(312.417)	(31.091)	(31.091)	(31.091)
Empréstimos e Financiam. SAFRA, Turbina 15, debêntures PCH Holding 2 e Renováveis	CDI+1,19%	(1.295.552)	(143.530)	(175.551)	(207.572)
		(4.793.039)	(394.987)	(466.925)	(538.865)
Variação		(3.961.295)	(313.820)	(365.466)	(417.114)

(*) A aplicação em fundos não tem remuneração fixa, a remuneração média na data base foi de 100,45 % do DI.

Em 31 de dezembro de 2013, o custo total de captação foi de R\$28.460.

A Companhia e suas controladas têm exposição líquida passiva, uma vez que têm mais instrumentos financeiros passivos que ativos; desta forma a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros é feita considerando a deterioração do cenário econômico, com aumento das taxas de juros.

Risco de vencimentos antecipados de empréstimos e financiamentos

A ocorrência de eventos de inadimplemento em alguns dos instrumentos de dívida da Companhia e suas controladas poderá configurar o vencimento antecipado de outros instrumentos de dívida. O risco de vencimento antecipado decorrente do não cumprimento dos “covenants” financeiros atrelados às dívidas do grupo está detalhado nas notas explicativas nº 15 e nº 16.

26.4. Análise de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Executiva, que elaborou um modelo de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Para os fluxos de caixa com juros pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações.

Controladora

31/12/2013	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	(4.331)	(3.241)	-	-	-	(7.572)
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	(11.589)	(23.238)	(150.335)	(827.986)	(1.022.239)	(2.035.387)
Debêntures - principal e encargos	-	-	(48.821)	(333.550)	(316.064)	(698.435)
Total	<u>(15.920)</u>	<u>(26.479)</u>	<u>(199.156)</u>	<u>(1.161.536)</u>	<u>(1.338.303)</u>	<u>(2.741.394)</u>

Consolidado

31/12/2013	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	(55.377)	(37.408)	(1.278)	-	-	(94.063)
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	(172.930)	(342.751)	(552.974)	(1.724.393)	(2.202.954)	(4.996.002)
Debêntures - principal e encargos	-	-	(90.101)	(671.194)	(1.082.220)	(1.843.515)
Total	<u>(228.307)</u>	<u>(380.159)</u>	<u>(644.353)</u>	<u>(2.395.587)</u>	<u>(3.285.174)</u>	<u>(6.933.580)</u>

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apresentou nas demonstrações financeiras consolidadas o capital circulante líquido negativo no montante de R\$42.338, decorrente principalmente do endividamento de curto prazo (empréstimos ponte) obtido para financiar as obras de construções das suas usinas eólicas, no montante de R\$573.352. Durante o ano de 2012 e de 2013, a Companhia financiou a construção de suas controladas, Atlântica I, Atlântica II, Atlântica IV e Atlântica V, Macacos, Pedra Preta, Juremas, Costa Branca e Campos dos Ventos II, através da captação de recursos de curto prazo (conforme nota explicativa nº 15 referente aos empréstimos ponte BNDES I, II, III e IV e Notas Promissórias). Em novembro de 2013, as controladas Macacos, Pedra Preta, Juremas, Costa Branca e Campos dos Ventos II celebraram financiamento de longo prazo com o BNDES, no montante de R\$391.245, com prazo de amortização de 16 anos, a partir de julho de 2014 e juros baseados na TJLP, acrescida de 2,8% ao ano. O montante captado até 31 de dezembro de 2013 foi de R\$333.745, o saldo remanescente será liberado posteriormente. Para as demais controladas, a Companhia solicitou financiamento de longo prazo ao BNDES, que será utilizado para quitação dos empréstimos ponte obtidos e aguarda os trâmites de aprovação.

27. COBERTURAS DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As usinas em construção possuem apólices contratadas de forma isolada, já que cada obra possui características e cronogramas diferentes. É prática comum a Companhia contratar 100% do valor em risco (valor total estimado do projeto) como limite máximo de indenização, já que não se pode determinar uma porcentagem da obra que terá perda máxima no caso de uma catástrofe.

Já na apólice de riscos operacionais e responsabilidade civil geral, a prática é agrupar as usinas que estão em operação por tipo de geração (Pequenas Centrais Hidrelétricas, Usinas Térmicas a Biomassa, Usinas Eólicas e Solar). Nas contratações de seguros, a Companhia é auxiliada por corretores de renome que possuem expertise do mercado e lhes dá um parâmetro de benchmarking para o desenho das apólices.

É prática da Companhia a determinação da usina de maior valor para estipular o limite máximo de indenização da apólice de riscos operacionais, já que contratar como limite o montante total do valor em risco caracteriza uma situação pouco provável ou nula, em que todas as usinas teriam perda total no mesmo período. Sendo assim, prefere-se assegurar com um limite que dê conforto para cobrir totalmente a usina de maior valor no caso de uma catástrofe, ou qualquer outra usina de menor valor na apólice. No caso de utilizar-se todo o limite da apólice, o mercado de seguros fornece mecanismos de reintegração do risco, pagando um prêmio proporcional por isso.

Descrição	Ramo da Apólice	Limite Máximo de Indenização 31/12/2013
Ativo Imobilizado	Riscos Operacionais - Danos Materiais, Lucros Cessantes e Riscos de Engenharia	2.973.219
Responsabilidade Civil	Obras Cíveis Instalação e Montagem, Concessionárias ou não de Distribuição de Energia Elétrica	106.000
Automóveis	Cobertura Compreensiva	364
Pessoas	Vida em Grupo e Acidentes Pessoais	71.917
Outros	Seguro Garantia, D&O e outros	192.807
Total		<u>3.344.307</u>

Sinistro

Em junho de 2013, houve um sinistro na tubulação da gás da caldeira da controlada Bio Alvorada, durante o período de testes da obra, danificando parte da estrutura e do sistema da caldeira. A obra está coberta por apólice de Risco de Engenharia e Lucros Cessantes. A seguradora foi acionada, tendo sido autorizado o pagamento de adiantamento de indenização em janeiro de 2014, no montante de R\$2.400. O processo encontra-se em fase final de negociação. A Administração da Companhia estima ser indenizada pelo valor total dos danos ocorridos e por lucros cessantes. .

As premissas adotadas para a contratação de seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

28. COMPROMISSOS

28.1. Arrendamento mercantil

Os arrendamentos são classificados como operacionais, uma vez que os termos dos contratos de arrendamento não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato.

Até 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas firmaram contratos de arrendamento de terras, compostos da seguinte forma:

	Ref.	Assinatura do Contrato	Área (ha)	Prazo	R\$ mil Pagamento Ano - 2013	Índice Reajuste
Eólica Santa Clara	5	mar-08	2.079	28 anos	1.854,2	IGP-M
Eólica Bons Ventos	9	set-06	437	28 anos	1.829,0	IGP-M
Eólica Enacel	9	ago-08	341	22 anos	479,0	IGP-M
Eólica Formosa	9	out-01	1.094	28 anos	1.555,0	IGP-M
Eólica Icaraizinho	9	mar-02	423	28 anos	908,0	IGP-M
Eólica Paracuru	9	dez-01	107	28 anos	555,0	IGP-M
Eólica Taíba	9	nov-03	53	25 anos	303,0	IGP-M
Eólica Campo dos Ventos II	9	jun-09	183	37 anos	73,7	IGP-M
Projeto EOL Pontal das Falésias	4	mai-09	571	25 anos	125,0	IGP-M
Projeto EOL Bitupitá	6	nov-08	597	28 anos	275,0	IGP-M
Projeto EOL Curral Velho	7	dez-08	1.178	28 anos	-	IGP-M
Projeto EOL Bloco Norte e Sul	11	out-08	3.300	37 anos	79,2	IGP-M
Projeto EOL Campos dos Ventos	11	abr-08	3.206	37 anos	78,6	IGP-M
Projeto EOL Parambu	5	jul-08	5.163	30 anos	-	IPCA
Projeto EOL Royale	5	nov-10	701	25 anos	19,6	IPCA
Projeto EOL Royale Expansão	5	nov-10	3.000	25 anos	-	-
Projeto EOL Serra do Cabral	12	dez-10	3.365	35 anos	-	-
Projeto EOL Viçosa	5	nov-08	1.199	30 anos	21,5	IPCA
Projeto Pé de Serra	11	jul-11	2.974	35 anos	71,4	IPCA
Projeto Pedra Cheirosa	7	mai-09	809	28 anos	6,6	IGP-M
Projeto Praia do Atalaia	8	mai-09	2.494	28 anos	-	IGP-M
Projeto Serra do Angelim	11	jul-11	3.447	35 anos	82,7	IPCA
Projeto Tapuia	15	nov-11	1.852	35 anos	22,2	IPCA
Projeto EOL Achado	11	nov-12	797	35 anos	18,2	IPCA
Projeto EOL Olhos D'água	11	abr-12	1.350	35 anos	24,3	IPCA
Projeto EOL Rodoleiro	11	abr-12	865	35 anos	20,8	IPCA
Projeto EOL Sacratruz	11	ago-12	871	35 anos	15,7	IPCA
Projeto EOL Palmeiras	11	jul-12	417	35 anos	10,0	IPCA
Projeto EOL Farroupilha	11	mai-12	303	35 anos	7,3	IPCA
Projeto EOL Canguçu	15	set-12	2.365	35 anos	33,3	IPCA
Projeto EOL Cerquinha	11	set-12	680	35 anos	19,4	IPCA
Projeto EOL Cristais	14	out-12	5.072	35 anos	58,1	IPCA
Projeto EOL Dourados	11	out-12	1.820	35 anos	43,7	IPCA
Projeto EOL Esplanada	11	out-12	2.900	35 anos	47,2	IPCA
Projeto EOL Estância	11	nov-12	1.410	35 anos	33,8	IPCA
Projeto EOL Matureia	15	set-12	374	35 anos	6,7	IPCA
Projeto EOL Oasis	11	out-12	438	35 anos	10,5	IPCA
Projeto EOL Planalto	16	nov-12	2.696	35 anos	80,9	IPCA
Projeto EOL Jussara	11	out-12	5.050	35 anos	121,2	IPCA
Projeto EOL Paraíso	11	set-12	403	35 anos	-	IPCA
Projeto EOL São Joaquim	11	out-12	383	35 anos	9,2	IPCA
Projeto EOL São Nicolau	11	ago-12	1.965	35 anos	47,2	IPCA
Projeto EOL Tarumã	11	set-12	2.136	35 anos	51,3	IPCA
Projeto EOL Sossego	14	out-12	1.500	35 anos	18,0	IPCA
Projeto EOL Sucesso	11	out-12	1.101	35 anos	26,4	IPCA
Projeto EOL Ventania	11	abr-12	1.712	35 anos	36,0	IPCA
Projeto EOL Santana	11	nov-12	1.560	35 anos	18,7	IPCA
Projeto EOL Taipa	11	jun-12	3.270	35 anos	78,5	IPCA
Projeto EOL Tangará	17	set-12	4.596	35 anos	66,2	IPCA
Atlântica V	11	jan-11	2.314	35 anos	-	IGP-M
SPE Baixa Verde	3	ago-08	239	25 anos	21,1	IGP-M
SPE Cajueiro	3	ago-08	238	25 anos	21,1	IGP-M
SPE Costa Branca	3	ago-08	322	25 anos	21,1	IGP-M
SPE Costa das Dunas	2	mai-09	469	25 anos	46,2	IGP-M
SPE Farol de Touro	2	mai-09	433	25 anos	46,2	IGP-M
SPE Figueira Branca	1	abr-09	143	25 anos	30,0	IGP-M
SPE Gameleira	1	abr-09	463	25 anos	36,6	IGP-M
SPE Juremas	3	ago-08	217	25 anos	21,1	IGP-M
SPE Macacos	3	ago-08	88	25 anos	21,1	IGP-M
SPE Navegantes	3	mai-09	208	25 anos	21,1	IGP-M
SPE Pedra Preta	3	ago-08	145	25 anos	21,1	IGP-M
				Total	9.547,8	

Observações (valores expressos em reais - R\$):

1. Pagará de R\$27.272,73 a R\$32.727,27 anual até a entrada em operação. A partir da entrada em operação 1,5% da receita bruta anual;
2. A partir da assinatura do contrato R\$36.500,00 anual até a entrada em operação. A partir da entrada em operação 1,5% da receita bruta anual;
3. A partir da assinatura do contrato R\$11.000,00 anual até a entrada em operação. A partir da entrada em operação 1,2% da receita bruta anual;
4. Pagamento somente a partir da entrada em operação 2,0% da receita bruta mensal.
5. Na 1ª e 2ª fase paga-se R\$2,0/há mensal, na 3ª fase 1,5% da receita bruta mensal
6. A partir da assinatura do contrato R\$18.000,00 mensal, após a entrada em operação 1,67% da receita bruta mensal;
7. A partir da entrada em operação R\$1.000,00 por aerogerador instalado mensal;
8. A partir da assinatura do contrato R\$35.000,00 mensal, após a entrada em operação 1,7% da receita bruta mensal;
9. A partir da entrada em operação comercial 1,5% da receita bruta.
10. Pagamento de R\$3,0 por ha na fase pré-operacional e 0,85% da receita após operação
11. Pagamento de R\$2,0 por ha na fase pré-operacional e 0,85% da receita após operação
12. Não foi pago valor de arrendamento no ano de 2011 e de 2012. A partir da entrada em operação R\$2.500,00 a R\$14.500,00 por aerogerador instalado anualmente em função do PPA e fator de capacidade;
13. Pagamento de R\$1,2 por ha na fase pré-operacional e 1,5% da receita após operação.
14. Pagamento de R\$1,0 por ha na fase pré-operacional e 1% da receita após operação
15. Pagamento de R\$1,5 por ha na fase pré-operacional e 1,5 % da receita após operação
16. Pagamento de R\$2,5 por ha na fase pré-operacional e 1,5 % da receita após operação
17. Pagamento de R\$1,2 por ha na fase pré-operacional e 0,7 % da receita após operação

A seguir o cronograma de pagamento dos compromissos de arrendamentos:

Consolidado			
Vencimento	Fixo	Variável	Total
2014	1.573	10.588	12.161
2015	1.205	10.892	12.097
2016	1.310	12.218	13.528
2017	1.281	12.504	13.785
2018	587	12.483	13.070
2019 a 2023	-	64.082	64.082
2024 a 2028	-	61.611	61.611
2029 a 2033	-	50.794	50.794
2034 a 2038	-	32.370	32.370
2039 a 2043	-	29.626	29.626
2044 a 2048	-	17.112	17.112
	<u>5.956</u>	<u>314.280</u>	<u>320.236</u>

28.2. Compromisso de aquisição negócios (preço complementar)

A Companhia firmou compromisso com o sócio minoritário referente a pagamento complementar na compra das SPEs Cajueiro Energia S.A. e Baixa Verde Energia S.A, condicionado à viabilização dos parques eólicos para participação em leilões de energia para construção de empreendimentos. Caso a transação seja completada, a Companhia deverá desembolsar até 2015 o montante de R\$4.442 atualizado monetariamente pelo IGP-M. Esse valor está registrado como passivo na rubrica de contas a pagar de aquisições.

28.3. Compromisso de compra e venda de energia (grupo CPFL)

A Companhia firmou compromisso com a CPFL Comercialização Brasil referente a compra de energia.

Segue abaixo o cronograma dos compromissos de compra de energia:

Compromisso de compra de energia para o ano de 2014	Consolidado												Total
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Montante em MWh	3.720	-	-	-	5.122	5.677	3.634	4.378	2.797	-	-	-	25.328
Montante em R\$ mil	888	-	-	-	410	454	291	350	224	-	-	-	2.617

28.4. Compromisso de compra de energia - demais fornecedores.

A Companhia firmou compromissos futuros referentes à compra de energia para cumprimento de contrato das empresas do Complexo Atlântica conforme tabela a seguir:

Compromisso de compra de energia para o ano de 2014	Consolidado	
	Quantidade de MWh	Custo
Atlântica I	11.762	3.861
Atlântica II	17.075	4.969
Atlântica IV	21.538	6.192
Atlântica V	7.440	2.530
	<u>57.815</u>	<u>17.552</u>

28.5. Outros compromissos

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo para construção de usinas e prestação de serviço de manutenção e operação:

em R\$ mil	2014	2015	2016	2017	2018	A partir de 2019	Total
Contratos de construção de usinas	728.395	7.743	11.931	12.937	10.560	191.861	963.427
Contratos de prestação de serviço de manutenção e operação de usina	27.503	20.540	18.226	18.275	18.275	19.001	121.819
Total	<u>755.898</u>	<u>28.283</u>	<u>30.157</u>	<u>31.212</u>	<u>28.835</u>	<u>210.862</u>	<u>1.085.246</u>

29. PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Sociedade oferece aos seus empregados benefícios, como seguro de vida, assistência médica e plano opcional de complementação de aposentadoria, entre outros, sob o regime de contribuição definida. A contabilização desses benefícios obedece ao regime de competência e sua concessão cessa ao término do vínculo empregatício.

Em julho de 2012, a Sociedade firmou um Plano Gerador de Benefício Livre com a Bradesco Vida e Previdência S.A. O plano é composto por Planos Coletivos de Previdência Complementar Aberta - PGBL, regulamentados pela Superintendência de Seguros Privados - SUSESP. O Plano Gerador de Benefício Livre é estruturado na modalidade de contribuição paritária visto que a Patrocinadora está limitada ao percentual que ela acordou contribuir para o fundo e o valor do benefício pós-emprego recebido pelo funcionário é determinado pelo montante de contribuições pagas pela patrocinadora e pelo funcionário, acrescido dos retornos obtidos sobre os investimentos. Em consequência, o risco atuarial de que os benefícios sejam inferiores ao esperado e o risco de investimentos (riscos de que os ativos investidos sejam insuficientes para cobrir os benefícios esperados) são assumidos pelo funcionário, já que a escolha do tipo de renda para a contribuição parte empregado e livre para o mesmo. Em 31 de dezembro de 2013, não há saldo de contribuição a pagar pela Companhia. A despesa registrada no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$685.

30. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Transações oriundas de combinação de negócios:				
Impostos diferidos ativos	-	-	675	57.121
Investimento	-	66.663	-	-
Imobilizado	-	-	-	695.093
Direitos de autorização	(1.408)	13.109	(1.988)	779.764
Provisão para riscos cíveis, tributárias, trabalhistas e ambientais	-	-	-	(14.144)
Empréstimo e Financiamentos	-	-	-	(556.706)
Impostos diferidos passivos	-	-	-	(265.120)
Outros	-	-	-	39.864
Total	<u>(1.408)</u>	<u>79.772</u>	<u>(1.313)</u>	<u>735.872</u>
Outras aquisições a pagar	-	(186)	-	(28.278)
Contrapartida paga	<u>(1.408)</u>	<u>79.586</u>	<u>(1.313)</u>	<u>707.594</u>
Outras transações:				
Provisão para custos socioambientais capitalizadas no imobilizado	-	-	-	33.528
Encargos financeiros capitalizados	-	18.377	48.328	32.528
AFACs capitalizados	-	138.755	-	-
Partes relacionadas	3.566	3.135	3.566	4.684
Transferência entre imobilizado e intangível	-	7.378	11.353	7.378
Reversão de provisão para custos socioambientais	-	-	17.747	66.773
Reclassificação de impostos diferidos	-	-	20	8.386
Ágio na subscrição de ações	-	2.082	-	3.155
Incorporação de saldo de partes relacionadas	-	-	1.165	-
Transferência entre imobilizado e impostos a recuperar	-	-	15.250	-
Fornecedores de imobilizado	-	-	23.937	-

31. LEI Nº 12.783(MP Nº 579/2012) - RENOVAÇÃO DAS CONCESSÕES E OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE

Em 11 de setembro de 2012 o Governo Federal editou a Medida Provisória nº 579, convertida na Lei nº 12.783 em 13 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, relativas aos contratos de concessão assinados antes de 1995 sobre a redução de encargos setoriais, a modicidade tarifária e outras providências.

Em uma análise efetuada pela Administração da Companhia, esta entende que essa Lei não irá afetar diretamente os negócios (avaliação de ativos e mensuração de receitas) da Companhia e suas controladas em virtude de os vencimentos das concessões e autorizações de exploração outorgadas pela ANEEL somente ocorrerem a partir do ano 2027 e, também, os contratos de comercialização de energia terem sido contratados por meio do Proinfa, da Energia de Reserva, do CCEAR e de contratos bilaterais (mercado livre), tendo, na sua maioria, prazos entre 15, 20 e 30 anos.

A Administração também entende que, indiretamente, caso seja dado às concessões e autorizações da Companhia o mesmo tratamento dado àquelas objeto da Lei, esse fato poderá resultar na diminuição da rentabilidade dos negócios no futuro.

32. MEDIDA PROVISÓRIA Nº. 627 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2013

A Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013, e a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, trouxeram mudanças para o cenário das regras tributárias federais, dentre elas a revogação do Regime de Tributação Transitória, o RTT.

Os dispositivos contidos nessa Medida Provisória entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, sendo facultada a aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário de 2014.

A Administração da Companhia está avaliando os impactos e o melhor momento para sua adoção. Em uma análise preliminar, a Companhia entende que não haverá efeitos relevantes a serem considerados nas demonstrações financeiras.

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

- 4ª emissão de notas promissórias do Complexo Atlânticas

Em 06 de janeiro de 2014, as controladas do Complexo Atlânticas liquidaram a 3ª emissão de notas promissórias e, simultaneamente, emitiram a 4ª emissão de notas promissórias, no montante de R\$138.000, com vencimento em 05 de julho de 2014 e com remuneração de 108% do CDI.

- Associação entre CPFL Renováveis e Dobrevê Energia S.A. - (“DESA”)

Em 17 de fevereiro de 2014, a CPFL Renováveis e a DESA celebraram um acordo de associação. Essa associação se dará mediante a incorporação pela CPFL Renováveis da WF2 Holding S.A. - (“WF2”), que será detentora da totalidade das ações de emissão da DESA na data de sua incorporação.

Em virtude da incorporação, o patrimônio líquido da CPFL Renováveis será aumentado pela emissão de novas ações da Companhia, representativas de 12,63% de suas ações ordinárias. Esta participação poderá sofrer ajustes decorrentes da auditoria a ser realizada e cumprimento das condições precedentes, conforme descritas a seguir. A CPFL Geração se manterá como acionista controladora da CPFL Renováveis, detendo mais de 50% de suas ações ordinárias.

A consumação da associação está condicionada ao cumprimento de determinadas condições precedentes usuais em transações similares, dentre as quais as devidas aprovações pela ANEEL, pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) e por determinados credores da DESA e da WF2.

A consumação da associação está condicionada, ainda, ao resultado satisfatório das auditorias legal, contábil e financeira, de engenharia e ambiental a serem realizadas tanto pela CPFL Renováveis, em relação às operações da DESA, como pela DESA em relação às operações da CPFL Renováveis.

- Conclusão da aquisição de Rosa dos Ventos

Em 27 de fevereiro de 2014, a Companhia concluiu a aquisição de Rosa dos Ventos Geração e Comercialização de Energia S.A, para explorar os parques eólicos: (i) Canoa Quebrada, com capacidade instalada de 10,5 MW; e (ii) Lagoa do Mato, com capacidade instalada de 3,2 MW, transação negociada em 18 de junho de 2013. Os Parques Eólicos localizam-se no município de Aracati, no Estado do Ceará e se encontram em operação comercial plena, sendo que a totalidade da energia gerada pelos Parques

Eólicos está contratada com a Eletrobrás, através do PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.

O preço total da aquisição é de R\$103.367, que compreende: (i) o valor de R\$70.296 pago ao vendedor; e (ii) a assunção de dívida líquida da Rosa dos Ventos no valor de R\$33.071; os quais poderão ser ajustados até a data do balanço de fechamento, conforme previsto no contrato de compra e venda de ações.

34. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 10 de março de 2014.
